



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
TRÓPICO ÚMIDO  
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

**FABIO ARAÚJO FERNANDES**

**A CAPOEIRAGEM AMAZÔNIDA:**  
políticas públicas e sustentabilidade cultural em Belém

Belém  
2009

**FABIO ARAÚJO FERNANDES**

**A CAPOEIRAGEM AMAZÔNIDA:**  
políticas públicas e sustentabilidade cultural em Belém

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Ligia T. L. Simonian

Belém  
2009

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Fernandes, Fábio Araújo

A Capoeiragem amazônica: políticas públicas e sustentabilidade cultural em Belém / Fábio Araújo Fernandes; orientador, Lígia T. L. Simonian. – 2009.

116 f. : il.; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, 2009.

1. Capoeira – Política Governamental. 2. Educação não formal – Belém (PA). 3. Política e educação - Belém (PA). 4. Política e cultura - Belém (PA). 5. Projeto Capoeira nas Escolas - Belém (PA) I. Simonian, Lígia T. L., orientador. II. Título.

---

CDD 21. ed. 796.81098115

**FABIO ARAÚJO FERNANDES**

**A CAPOEIRAGEM AMAZÔNIDA:**  
políticas públicas e sustentabilidade cultural em Belém

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre em Planejamento do  
Desenvolvimento.

Aprovada em: 13 de março de 2009

**BANCA EXAMINADORA:**

Profa. Dra. Ligia T. Lopes Simonian  
Orientadora, NAEA-UFPA

Profa. Dra. Rosa Acevedo Marin  
Examinadora interna, NAEA-UFPA

Profa. Dra. Denise Machado Cardoso  
Examinadora externa, Departamento de Antropologia, IFCH-UFPA

## AGRADECIMENTOS

A Deus, sobretudo e aos meus pais e familiares que são a base de minha vida e conduta.

À Profa. Dra. Ligia T. L. Simonian, que desde o início do Mestrado me deu apoio, me guiando através de seu conhecimento pelo mundo da Antropologia e suas possibilidades infinitas.

Ao professor Luis Augusto Leal, pelo apoio decisivo e por ser minha referência em pesquisa sobre a capoeira no Pará.

Ao NAEA e ao CNPq pela infraestrutura proporcionada, fator de suma importância que me deu condições de desenvolver meus estudos e pesquisa da maneira mais salutar possível.

Aos meus colegas de turma pelas discussões excelentes que ajudaram em muito o meu crescimento e amadurecimento, em especial à Vânia Lúcia Quadros, ao Bruno Malheiro, Raphael e Sildo.

Aos meus amigos de hoje e sempre Wilson Albuquerque, Rodolfo Nascimento e Livia Rosa.

Ao meu professor de capoeira Ivenir Pereira da Silva, pela paciência por minhas ausências.

Devo agradecer aqui em especial à Marcela Nogueira de Andrade. Amiga, companheira e irmã, minha pedra fundamental durante todo este percurso. A força de todas as horas, a presença em todos os momentos decisivos.

A todos que participaram direta e indiretamente para a plena conclusão deste trabalho de dissertação. Aos mestres e professores de capoeira entrevistados, em especial ao Mestre Walcir e ao professor Fernando pelas informações preciosas.

## RESUMO

Pretende-se neste trabalho de dissertação a análise de três políticas públicas ligadas ao desenvolvimento social, a saber: o projeto Capoeira nas Escolas; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); e a Lei Municipal nº 7.850/97. Objetiva-se, também, analisar as relações entre estas intervenções e suas contribuições para o desenvolvimento sustentável utilizando as atividades de capoeira como unidades de análise. Para isso foram feitas pesquisas documentais e bibliográficas sobre as estruturas nas quais as unidades de análises estão imersas, além de pesquisas de campo nas atividades que são o objeto de estudo. Com base nas informações levantadas foi possível entender as particularidades das ações pesquisadas e suas estruturas, as semelhanças e diferenças históricas e contextuais além de levantar a importância estratégica da área da cultura dentro de uma perspectiva sustentável destas ações ligadas ao desenvolvimento social. Deste modo pretende-se oferecer “novos olhares” para a temática delimitada dentro de premissas mais interdisciplinares e sustentáveis cultural e socialmente.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável Local. Descentralização Política. Capoeira. Sustentabilidade Cultural.

## **ABSTRACT**

Its pretends on this dissertation work to examine three public policies related to social development, namely the Capoeira in Schools project, the Program for the Eradication of Child Labor (PETI), and Municipal Law n. 7850/97. Seeks to also examine the relationship between these interventions and their contributions to sustainable development activities using activities of capoeira as units of analysis. To this end were made documentary and bibliographic research on the structures in which the units of analysis are embedded in addition to research activities in the activities object of the study. Based on the information was possible to understand the specific actions studied and their structures, the similarities and differences, historical and contextual in addition to raising the strategic importance of the area of culture in a sustainable perspective these actions related to the social development. Thus it is intended to provide "new eyes" to the subject premises within defined more interdisciplinary and sustainable each culturally then socially.

**Keywords:** Local Sustainable Development. Decentralization Policy. Capoeira. Cultural Sustainability.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Sistematização das unidades de análise e suas estruturas pesquisadas	16
Mapa 1 -	Atividades de capoeira pesquisadas para a dissertação	18
Organograma 1 -	Estrutura organo-funcional da SEMEC, aprovada em 1992	50
Organograma 2 -	Estrutura funcional da SEMEC, aprovada em 1997	51
Quadro 2 -	Dados sobre as EMEIF contempladas pelo Capoeira nas Escolas	52
Fotografia 1 -	Mestre antigo de capoeira de Belém em aula na EMEIF Rotary Club no bairro do Guamá	53
Fotografia 2 -	Professor de capoeira em aula do projeto Capoeira nas Escolas na EMEIF Ida de Oliveira no bairro de Val-de-Cães	53
Organograma 3 -	Organograma funcional da FUNPAPA, aprovado em 2005	67
Quadro 3 -	Dados quantitativos sobre a ação do PETI dentro dos CRAS 2008	69
Fotografia 3 -	Casa alugada para funcionamento do CRAS da Terra Firme	70
Fotografia 4 -	Estrutura física da antiga residência oficial do prefeito de Belém, atual CRAS do Aurá	70
Quadro 4 -	Número de atendidos PSB nos CRAS	72
Quadro 5 -	Números de atendimentos nos CREAS	72
Quadro 6 -	Levantamento do histórico das atividades de capoeira nos CRAS antigos	77
Fotografia 5 -	Professor e alunos do PETI em roda de treino no CRAS da Cremação	77
Fotografia 6 -	Roda de treino no CRAS do Guamá	77
Organograma 4 -	Estrutura funcional da FUMBEL, aprovada em 1990	80
Quadro 7 -	Planilha anual de projetos da Lei Tó Teixeira	82

Gráfico 1-	Valores destinados à Lei Tó Teixeira (2001-2008)	83
Gráfico 2 -	Situação anual dos projetos inscritos na Lei Tó Teixeira	83
Gráfico 3 -	Quadro geral aproximado das principais modalidades de cultura, 2001-2007	84
Gráfico 4 -	Quadro geral aproximado das principais modalidades de esporte, 2001-2007	84
Quadro 8 -	Projetos de capoeira Lei Tó Teixeira (2001-2008)	85
Quadro 9 -	Sistematização das características principais das intervenções analisadas	93

## LISTA DE SIGLAS

ASEC	Atividade Sócio-Educativa
BASA	Banco da Amazônia S. A.
BELEMTUR	Coordenadoria Municipal de Turismo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BPC	Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social
CEAL	Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
CFC	Conselho Federal de Cultura
COED	Coordenadoria de Educação
CPSAC	Centro de Proteção Social de Alta Complexidade
CPSEMC	Centro de Proteção Social Especial de Média Complexidade
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DAENT	Distrito Administrativo do Entroncamento
DECULT	Departamento de Cultura
DETUR	Departamento de Turismo
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
ENASA	Empresa de Navegação da Amazônia S. A.
FEMB	Fundação Educacional do Município de Belém
FNDE	Fundo de Desenvolvimento da Educação
FUMBEL	Fundação Cultural do Município de Belém
FUNPAPA	Fundação Papa João XXIII
IDEB	Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviços
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação

MINC	Ministério da Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Inclusão Produtiva
PNB	Produto Nacional Bruto
PPP	Planejamento Político Pedagógico
PSB	Proteção Social Básica
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECULT	Secretaria Estadual de Cultura
SEEL	Secretaria Estadual de Esporte e Lazer
SEJEL	Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação de Belém
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>2</b>	<b>CAPOEIRA, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL</b>	25
2.1	CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ABORDAGEM TEÓRICA	25
2.2	DESENVOLVIMENTO LOCAL E DESCENTRALIZAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO MUNICÍPIO PARA A CULTURA	29
2.3	POLÍTICAS SÓCIO-CULTURAIS E EDUCACIONAIS: A TRANSVERSALIDADE NAS AÇÕES PÚBLICAS	31
2.4	CAPOEIRA E EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL NA CONSTRUÇÃO SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL BELENENSE	37
<b>3</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA CAPOEIRA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL</b>	40
3.1	POLÍTICA CULTURAL BRASILEIRA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	40
3.2	A CAPOEIRA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA	44
3.3	A CAPOEIRAGEM EM BELÉM DO PARÁ: ASPECTOS HISTÓRICOS E SÓCIO-CULTURAIS	45
<b>4</b>	<b>PROJETO “CAPOEIRA NAS ESCOLAS”: ESTRUTURA, AÇÕES E RESULTADOS</b>	49
4.1	BREVE HISTÓRICO	49
4.2	O PROJETO “CAPOEIRA NAS ESCOLAS”	52
4.3	DISCUSSÃO	56
4.4	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	59

<b>5</b>	<b>PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: ESTRUTURA, AÇÕES E RESULTADOS</b>	66
5.1	BREVE HISTÓRICO	66
5.2	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	68
5.3	DISCUSSÃO	70
5.4	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	74
<b>6</b>	<b>LEI TÓ TEIXEIRA E GUILHERME PARAENSE: ESTRUTURA, AÇÕES E RESULTADOS</b>	79
6.1	BREVE HISTÓRICO	79
6.2	LEI N. 7.850/97– TÓ TEIXEIRA E GUILHERME PARAENSE	81
6.3	DISCUSSÃO	85
6.4	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	88
<b>7</b>	<b>DISCUSSÃO E NOTAS CONCLUSIVAS</b>	93
	<b>REFERÊNCIAS</b>	98
	<b>ANEXOS</b>	104

## 1 INTRODUÇÃO

Durante a década de 1970 o modelo desenvolvimentista, estruturado no tripé da abundância de recursos naturais, do aumento constante na produtividade do trabalho e do ideal do Estado de bem-estar começa a ruir defronte a uma realidade complexa e de constantes mudanças (BUARQUE, 2002). Este novo cenário de escassez de recursos naturais e de deterioração das responsabilidades sociais das instituições públicas demandava processos e inovações novos, que de acordo com Buarque (2002) preparariam a emergência e formação de um novo paradigma de desenvolvimento com respostas diferentes aos problemas e desafios do modelo em declínio.

Surgem então várias discussões sobre novos conceitos de desenvolvimento não só voltados às questões econômicas, mas principalmente às questões humanas e ambientais. Este novo princípio defendido por vários autores (BUARQUE, 2002; FOLADORI, 2001; IANNI, 2002; SACHS, 1993) teria de ser pautado em uma forma diferente e viável de desenvolvimento, galgado no amadurecimento do conhecimento dos problemas sociais e ambientais causados pelo economicismo. Esta solução veio baseada também no aprofundamento da revolução tecnológica e organizacional, gerando um ambiente de transição de paradigmas aonde a velha ordem industrial dava a vez a uma nova ordem baseada na informação e caracterizada por constantes mudanças.

Neste cenário, Fernandes (2001) coloca a perda gradual da força política e econômica “mediadora” do Estado, deixando as cidades diretamente ligadas ao grande capital mundial. No Brasil o processo de descentralização do poder político teve início com a queda do regime militar em 1985 (BUARQUE, 1999; ORTEGA, 2005) tendo como principal elemento norteador a Constituição de 1988. Pressões feitas por instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial (BM) contribuíram também para a configuração de um novo cenário político nacional.

Porém, tais medidas geraram um ambiente instável cujas instituições públicas municipais ainda passam por um processo de adaptação a essa nova realidade baseada na competitividade e na maneira de planejamento e gestão das cidades. A setorialização causada pela descentralização representa um aspecto de grande relevância no novo cenário político-administrativo do Brasil, pois tanto a descentralização administrativa, financeira e executiva exige medidas mínimas de fiscalização e gestão. Nasce assim os sistemas nacionais de regulamentação com o intuito de identificar direitos e deveres de todas as esferas de governo, dando subsídios assim para uma maior otimização e eficiência das ações públicas setoriais. O

Estado passa assim a ter um papel estratégico de regulamentador e fiscalizador dos estados e municípios que mesmo com a descentralização administrativa ainda estão dependentes financeiramente do Governo Federal e seus programas, planos e projetos.

Como resultado das mudanças ocorridas, as esferas locais de poder acabam acompanhando essas mudanças para uma nova estrutura de poder. Um dos principais pontos de tensão refere-se à implementação de soluções mais participativas de gestão pública que em âmbito local acabam se adaptando à realidade política e social. Deste modo, os mecanismos participativos de gestão como os conselhos municipais acabam sofrendo certa resistência em sua fase de implementação, sendo este ponto ainda um problema a ser superado.

Outro fator de relevante decorrente de todo o processo de setorialização e especialização das ações públicas permeiam questões interdisciplinares, pois o conceito de desenvolvimento sustentável perpassa sobre a noção de interdisciplinaridade aonde cada ciência isoladamente não consegue dar conta dos desafios a serem superados (COSTA, 2002; FENZL, 1997). Portanto, as ações públicas municipais cada vez mais especializadas acabam esbarrando em um problema interdisciplinar que compromete assim a sustentabilidade de suas interferências através de políticas públicas cada vez mais fechadas em si. As políticas públicas municipais mais relevantes possuem algum nível de participação federal, principalmente em relação à viabilização através de recursos captados em organizações multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial.

Dessa maneira, as atividades de capoeira em Belém representam um já tradicional recurso ligado às políticas públicas que visam dar uma ocupação saudável e de inserção de valores sociais a crianças e adolescentes em situação de risco social. Questão que surge com os problemas de desigualdades sociais causados pelo modelo desenvolvimentista baseado na reprodução ampliada do capital adotado até então. Por ser uma atividade lúdica que dialoga com a interdisciplinaridade, a capoeira tem sido historicamente uma questão abordada pelos mais variados ramos do conhecimento (LEAL, 2002; REIS, 2000; SALLES, 1988; SOARES, 2005). As mais diversas áreas como História, Sociologia, Antropologia e Educação Física têm se dedicado ao estudo da capoeira em suas mais variadas facetas.

Recentemente, registrou-se a capoeira como patrimônio histórico imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural (IPHAN). Este fenômeno cultural representa uma das mais representativas influências africanas na cultura brasileira sendo este o aspecto mais abordado sobre o tema atualmente (FERNANDES; MALHEIRO, 2008; LEAL, 2008; MELO, 2000). Questões como a de ações afirmativas e socialmente inclusivas referentes à igualdade racial permeiam as políticas públicas, principalmente as ligadas à área da educação,

aonde a capoeira enquanto prática cultural afro-brasileira começa a ser utilizada como prática que fomenta a valorização da influência afro-brasileira na formação social do país.

Construída desde o processo de colonização do Brasil no século XVI até os dias de hoje, a prática da capoeira vem se adaptando ora de maneira conflitiva, ora consensual com o poder público e a sociedade brasileira em si. Uma atividade inicialmente concebida pela resistência cultural à dominação europeia etnocêntrica, que visava a sobrevivência da cultura africana em terras brasileiras. Posteriormente, em um âmbito mais urbano, a capoeira passa a ser uma prática aliciada para servir de capangas políticos (SOARES, 1999) aonde as maltas ou bandos de capoeira eram tidos como a “Flor da Gente” ou “Chão de Lobos”, temidos e respeitados por toda a sociedade das grandes cidades portuárias brasileiras. Por fim, chega-se ao modelo hegemônico do final do século XX e início do século XXI aonde a capoeira é tida como uma importante ferramenta de inserção social para crianças e adolescentes em situação de risco social.

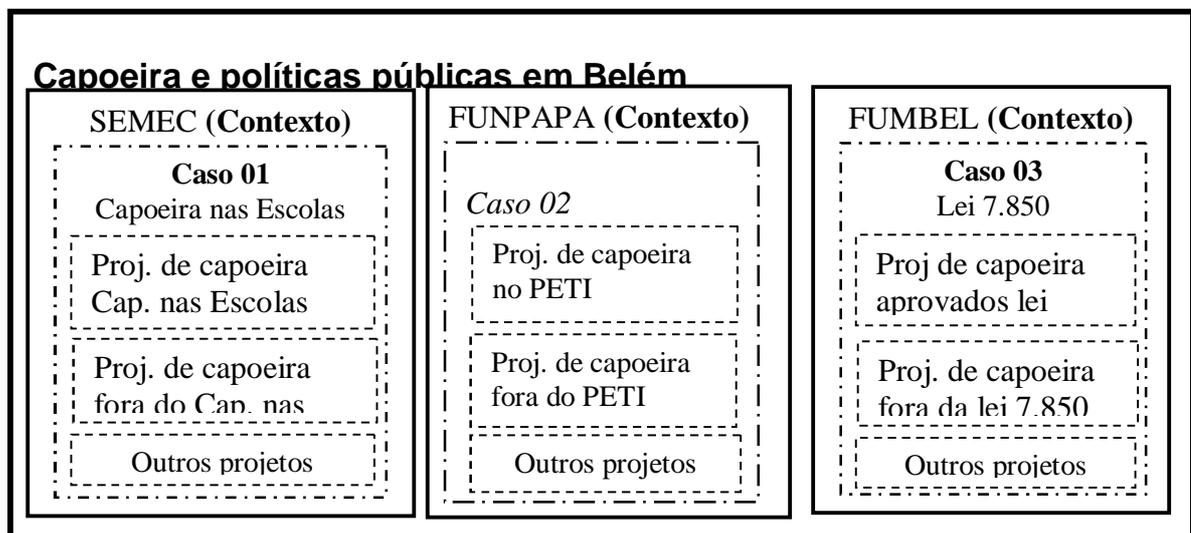
Toda essa movimentação da capoeira dentro do cenário político e social brasileiro culminou em dois sistemas cognitivos que possuem na sistematização e metodização do ensino desta prática as suas características principais. Tais modelos de capoeira, chamados de Angola e Regional, provindos da Bahia, se estabeleceram em todo Brasil e de certa maneira suprimiram a diversidade de estilos que existiam outrora. A Regional seria uma capoeira, mais aos moldes das principais artes marciais, concebida por Manoel dos Reis Machado, conhecido como “Mestre Bimba”, é uma capoeira que conforme o mesmo, “foi criada para resgatar a sua função marcial, acima de tudo uma luta eficaz”. A Capoeira Angola por sua vez é vista por seus praticantes como uma “Capoeira Ancestral” aonde a simbologia e tradicionalismo acabaram preservando maiores traços da cultura afro-brasileira. Porém devido a sua forte característica lúdica, de enfrentamento a uma lógica comportamental ocidental (REIS, 2000), a capoeira acaba, mesmo dentro destes dois sistemas hegemônicos, se diversificando em outras, adaptando-se a cada cultura e lugar aonde é implementado.

Mesmo ainda sendo vista como uma cultura inferior na sociedade brasileira, a capoeira acabou se transformando numa das atividades que mais criam divisas para o Brasil. Na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA), a prática da capoeira se transformou em uma febre que gera uma importante porta de acesso da cultura brasileira no estrangeiro. Diante desta realidade, a capoeira acaba sendo uma problemática de destaque dentro de questões de políticas públicas no que concerne à temática do esporte e lazer, da educação e cultura além de ela estar intimamente ligada às questões referentes à cidadania e democracia cultural. Assim, a mesma se constitui um objeto interessante para se entender as dificuldades

no âmbito local em se alcançar o desenvolvimento sustentável principalmente no correspondente a sustentabilidade, identidade e cidadania cultural.

Pretende-se então neste trabalho de dissertação, utilizando-se da capoeira, problematizar a interdisciplinaridade enquanto elemento estratégico essencial para o desenvolvimento local sustentável. Para isto, priorizou-se como unidades de análise três políticas públicas mais expressivas no que diz respeito às atividades de capoeira, a saber: o projeto “Capoeira nas Escolas”; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); e a Lei municipal nº 7.850 de incentivo a cultura “Tó Teixeira e Guilherme Paraense” (BELÉM, 1997).

No entanto, para o melhor entendimento da situação real das ações pesquisou-se a título de contexto as respectivas instituições responsáveis pela aplicação de tais interferências públicas. Precisamente, a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC); Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA); e a Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL). O Quadro 1 mostra com mais detalhes o objeto a ser pesquisado como um estudo de casos múltiplos determinando as unidades de análise e seus contextos respectivos.



**Quadro 1 - Sistematização das unidades de análise e estruturas pesquisadas**

Fonte: Fernandes (2008)

A delimitação do objeto se justifica pela importância da discussão interdisciplinar nas políticas públicas municipais, ponto importante a ser considerado no caminho do desenvolvimento sustentável local. A capoeira, portanto, representa uma oportunidade estratégica de se analisar diferenças ou semelhanças de visões institucionais para com uma

mesma temática, além de levantar a discussão sobre o papel da cultura dentro deste processo. No que respeita as estruturas onde as políticas estão inseridas, justifica-se a análise pelo pressuposto que não se pode entender as ações públicas sem entender o contexto onde tais ações estão imersas.

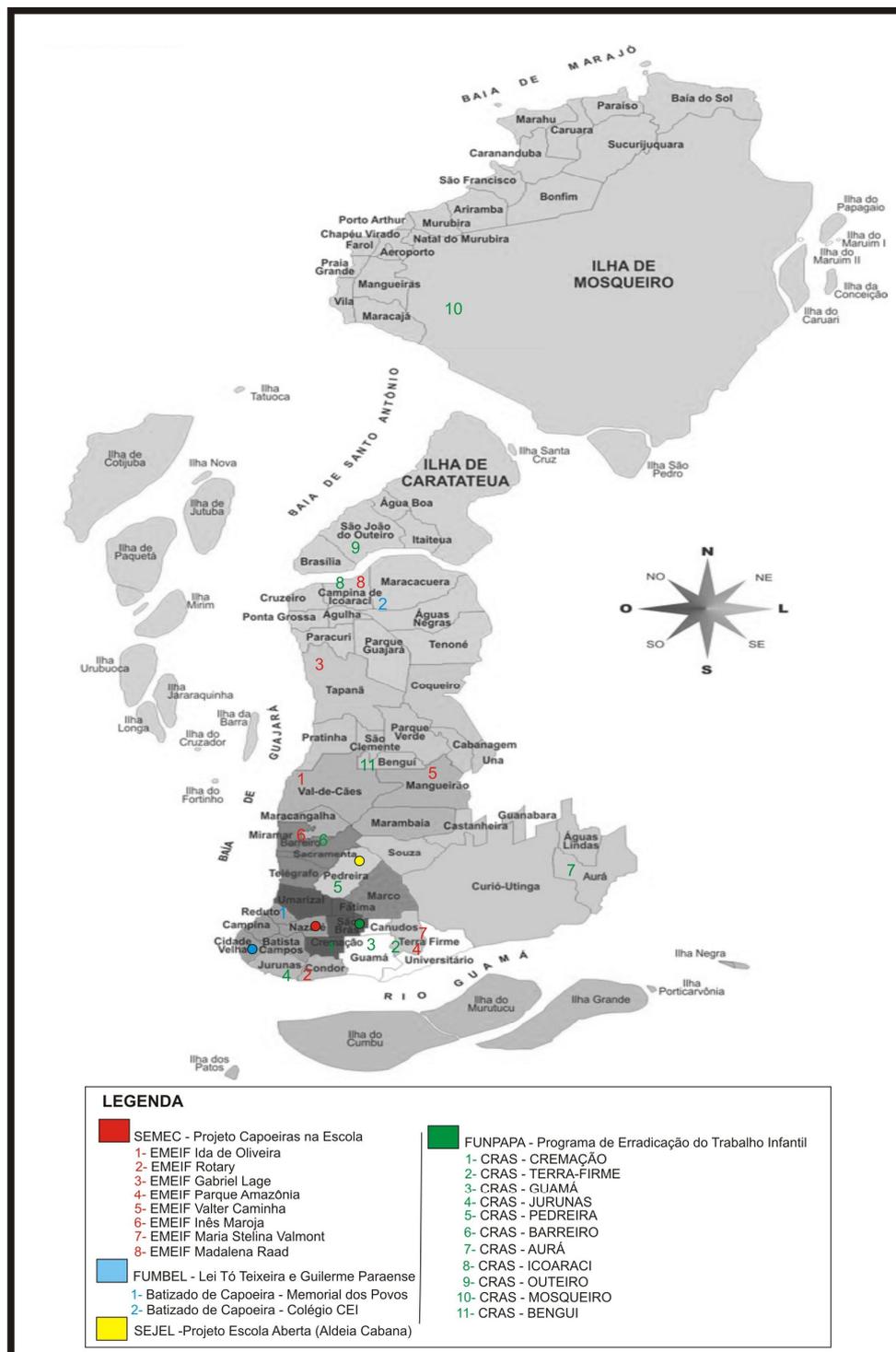
A primeira unidade de pesquisa, o projeto Capoeira nas Escolas, sob a tutela da SEMEC representa uma nova perspectiva de política pública municipal que envolve o conceito de educação culturalmente inclusiva. Mesmo ainda, como é um projeto que objetiva o auxílio às crianças com problemas de disciplina e hiperatividade, possui em sua elaboração, execução e avaliação elementos participativos deliberativos e voltados à execução da Lei federal 10.639/03, que institui o ensino da cultura afro-brasileira como tema transversal nas escolas públicas e particulares de todo o Brasil (BRASIL, 2003). Esse projeto pioneiro em Belém ainda está em fase de experiência, sendo a primeira fase implementada em sete Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEIF) tendo como critério de escolha as escolas que atuam em bairros com elevados problemas sociais.

A segunda política a ser analisada é denominada Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do Ministério do Desenvolvimento Social e administrada em Belém pela Fundação Papa João XXII (FUNPAPA) que objetiva, através de Atividades Sócio-Educativas (ASEC), dar uma ocupação às crianças identificadas em situação de trabalho aonde a atividade da capoeira é mais utilizada em Belém para esse fim. Implementado pelos onze Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), as ASEC de capoeira do PETI representam a visão tradicional do poder público para esta prática cultural. A utilização da capoeira como ferramenta de inserção social e formação de cidadãos permeia o senso comum do fazer político local sendo, inclusive, um campo de disputas político-eleitorais.

Por último, a unidade de análise referente à Lei Municipal nº 7.455/97, denominada “Lei Tó Teixeira e Guilherme Paraense” (BELÉM, 1997) visa fazer uma análise da abordagem do poder público para com o setor de cultura de Belém. Tida como uma área estratégica para políticas públicas mais próximas da realidade cotidiana do local, o setor de cultura representa a possibilidade de sustentabilidade de ações ligadas à igualdade social que perpassam sobre as áreas da educação, da assistência social e do desporto. A capoeira é inserida aqui como uma maneira de interligar estes setores já mencionados.

O estudo aqui apresentado pode ser visto como uma análise das relações entre políticas públicas de diferentes setores do poder público municipal. Para isso fora utilizado como foco o conceito de *politics* do ciclo político aonde os fatores subjetivos ganham importância no processo político. No entanto, as análises das *policy* e *polity* também foram

importantes para o entendimento mais abrangente das políticas analisadas. O Mapa 1 identifica no mapa de Belém todos os locais em que as atividades de capoeira foram pesquisadas aonde foram destacados os pontos de interseção entre as ações.



Mapa 1 - Atividades de capoeira pesquisadas para a dissertação.  
Fonte: Organização de Fernandes (2009); elaborado por Brabo (2009).

A partir das questões propostas como objeto, cabe analisar como se apresentam as instituições e quais os graus de dependência federal para com as ações públicas pesquisadas e por que se tem disponibilidades em integrá-las. O questionamento levantado implica na análise das interrelações entre estrutura e ação dentro do poder público local nos setores da educação, assistência social e cultura. Também, como canalizou-se o aprendizado e amadurecimento institucional e social com esta relação.

Outro ponto de análise se refere à interrelação entre setores municipais, a interdisciplinaridade nas ações de educação, assistência social e cultura. Questiona-se então: Quais as relações tanto institucionalizadas quanto subjetivadas que se estabelecem entre os setores estudados e suas ações? Mesmo sendo atividades intrinsecamente relacionadas, não se percebe nenhuma preocupação mais sistematizada de interligação entre estas ações e tanto entre setores como entre ações semelhantes dentro do próprio setor.

Com o propósito de identificar essas carências, limites e possibilidades é que se propôs o trabalho. A pesquisa foi delimitada prioritariamente para o período de 2001 a 2008, limitada pelo início da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Belém e limitada pelo término do curso de mestrado para o qual este trabalho servirá de dissertação final. Ao delimitar o problema levantado, buscou-se também:

- Identificar, qualificar e categorizar as políticas públicas municipais que tenham alguma forma de diálogo com a comunidade de capoeira em Belém;
- Analisar o nível de participação tanto da comunidade quanto do segmento de capoeira no processo de elaboração, execução e avaliação destas políticas;
- Examinar as influências que a prática da capoeira teve por estas políticas públicas;
- Analisar os impactos destas políticas no processo de sustentabilidade da capoeira enquanto bem cultural, analisando o processo de apropriação, transmissão e adaptação deste conhecimento.

Espera-se com este trabalho colaborar para o enriquecimento das discussões acerca da sustentabilidade das intervenções executadas pelo poder público na área do desenvolvimento social que englobam os setores da assistência social, da educação e da cultura.

A sistematização das informações e conclusões aqui disponibilizadas visam o aprofundamento de questões pouco abordadas como a capoeira. Enfim, a expectativa é que se possa sugerir soluções mais articuladas e culturalmente sustentáveis para o local, pois a cultura aqui é posta como um campo de disputas simbólicas aonde a educação e a assistência social são áreas de legitimação e/ou exclusão de alguns segmentos neste processo.

Assim, a realização da pesquisa tem como pretensão identificar se as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social estão conseguindo realmente promover uma realidade com equidade social maior e de modo sustentável. Com isto pretende-se disponibilizar subsídios teóricos e informacionais para as tomadas de decisões da gestão pública municipal. E isto objetivando ações mais articuladas e de maneira cooperativa dentro de um cenário diverso, instável e dinâmico que se apresenta.

A pesquisa então se apresenta de natureza explanatória e qualitativa fundamentada em Pont Vidal (2006) e Gil (1994) e com uso do método de estudo de caso baseado em Yin (2002). Trata-se de uma investigação de casos múltiplos aonde foram escolhidas três ações públicas que tiveram atividades de capoeira em seu escopo. Tal escolha se justifica para que se tivesse um parâmetro em comum entre as ações podendo deste modo analisá-las a partir de uma perspectiva de conjunto e de sistematicidade.

Através dessa abordagem, pretende-se avaliar a utilização da capoeira em políticas públicas em Belém, especificamente no âmbito do desenvolvimento social, quais finalidades são usadas e que significado este tem para as instituições públicas que as utilizam. Avaliar é indicar se uma dada política está contribuindo para uma quantidade e distribuição desejável de bem-estar (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986), além de verificar somente se esta política está atingindo os resultados desejados. O bem-estar é concebido aqui como a pretensão de gerar igualdade de oportunidades entre os diversos segmentos que uma sociedade possui visando assim a equidade social.

O método escolhido de abordagem exige-se primeiramente que se tenha uma definição prévia dos problemas a serem estudados. Para isto, foi imprescindível primeiramente uma preparação teórica e técnica anteriormente à pesquisa de campo. Esta preparação, segundo Yin (2002), seria para contextualizar melhor os objetos a serem estudados identificando os pontos mais importantes a serem abordados e um entendimento melhor do ambiente aonde os mesmos se inserem. Entende-se então por necessário, no decorrer deste trabalho, efetuar pesquisas bibliográficas acerca das temáticas e ambientes que serão abordados. Os conceitos principais a serem debatidos dizem respeito a políticas públicas, sustentabilidade cultural, educação e cultura popular, desenvolvimento local sustentável e conhecimento não-formal ou tácito.

Sabe-se, conforme os ensinamentos de Giddens (1990), que a complexidade das relações políticas e dos atores sociais tornam o ambiente instável e de mudanças contínuas. Este ambiente instável se dá por ele ser um composto de decisões interrelacionadas que alocam e implementam valores, uma mistura de fatores técnicos e de interesses que se alternam, formando e desfazendo esses valores. Isto acaba por reafirmar um cuidado especial necessário na formação de um conhecimento mais detalhado dos objetivos e metas de tais políticas e de um alicerce teórico para sua análise e contextualização.

Após levantar todos estes dados e informações, seria o momento de se discutir sobre a elaboração do protocolo para o estudo de caso.

Um protocolo para o estudo de caso é mais do que um instrumento. O protocolo contém o instrumento, mas também contém os procedimentos e as regras gerais que deveriam ser seguidas ao se utilizar o instrumento. É desejável se possuir um protocolo para o estudo de caso em qualquer circunstância, mas é essencial se você estiver utilizando um projeto de casos múltiplos (YIN, 2002, p. 89).

A levar-se em consideração que o projeto proposto seria de estudos de caso múltiplos, este instrumento é de suma importância para o bom andamento do mesmo, entendendo-se este como um procedimento importante para orientar e aumentar a confiabilidade da pesquisa em questão. O Anexo A diz respeito ao protocolo utilizado para a pesquisa.

Em suma, para este trabalho utilizou-se do que Velho (1987) coloca como métodos tradicionais de pesquisa, os ditos qualitativos de abordagem. Nestes termos, se fez a coleta de dados através de três fontes de evidências. Objetivou-se pelas mencionadas por Yin (2002), ou seja, a documentação já referida acima, a observação direta, e as entrevistas.

A segunda fonte será a observação direta dos ambientes problematizados, que seria o que Oliveira (1995) denominou de “olhar” aonde se construiria o “modelo nativo”. Por esta fonte, coletou-se informações utilizando-se as classificações identificadas por Gil (1994) como a observação simples e sistemática. A finalidade aqui seria conseguir fazer uma primeira ordenação e classificação do aparente caos, mesmo este sendo guiado pela percepção e imaginação dos atores entrevistados. Esta aceitação de uma intuição sensível se daria, segundo Lévi-Strauss (1976, p. 30), a partir de que [...] “toda classificação é superior ao caos, mesmo uma classificação no nível das propriedades sensíveis, é uma etapa para uma ordem racional”.

A observação simples se deu no primeiro momento da pesquisa de campo por ser uma solução não estruturada, visto a possibilidade desta ser de uma captação mais ampla da

realidade *a priori*. Fez-se então visitas informais às sedes da FUMBEL, da FUNPAPA e da SEMEC, órgãos públicos responsáveis pelas políticas públicas tidas como unidade de análise. Porém, por não se tratar do foco da pesquisa, este entrar no “mundo” do poder público será abordado através de dados secundários e de entrevistas com os responsáveis pelos programas e projetos, objeto proposto na pesquisa realizada. Mesmo assim, um entendimento mínimo destas instituições se faz necessário, pois de acordo com Elmore (1978), não se pode analisar políticas públicas sem levar em conta as instituições pelas quais estas são implementadas.

Cada estudo de caso fora feito separadamente seguindo cada um a mesma sequência metodológica para a efetuação da pesquisa de campo, assegurando com isso uma homogeneidade nas informações coletadas. O primeiro caso a ser pesquisado diz respeito à FUMBEL tendo como unidade de análise as atividades de capoeira aprovadas pela Lei Tó Teixeira e Guilherme Paraense de 2001 a 2008; a segunda abordagem referiu-se à FUNPAPA e aos projetos de capoeira executados através do PETI; por último ao projeto “Capoeira nas Escolas”, administrado pela SEMEC.

Num segundo momento, tendo o modelo estrutural já inicialmente identificado, ter-se-ia o identificado por Oliveira (1995) como “ouvir”. Seria a obtenção de explicações, dada pelos próprios atores sociais sobre os fenômenos observados. Assim, utilizou-se tanto o que Gil (1994) identifica por entrevistas informais quanto as entrevistas focalizadas, baseadas em formulários e conversas informais gravadas, previamente autorizadas, para a captura dos dados necessários. Neste ponto, em paralelo à fase de coleta de dados lançou-se mão da observação sistemática utilizada durante os momentos das entrevistas e questionários.

As entrevistas informais seriam com os atores sociais identificados “informantes-chave” como os representantes das instituições, personalidades políticas e os mestres e professores de capoeira que coordenam as atividades objeto da pesquisa. Estas entrevistas tiveram a finalidade de se ter um melhor entendimento da chamada “significação”. As entrevistas focalizadas seriam utilizadas para se ter informações mais a fundo das experiências vividas de algumas pessoas envolvidas diretamente dentro destas ações de capoeira. As entrevistas seriam então baseadas no diálogo aonde os interlocutores, o pesquisador e o nativo, possam interagir da melhor forma possível para a obtenção do conhecimento.

O contato com este “mundo estranho”, aos poucos materializado pelas entrevistas, é visto como uma das maiores dificuldades pelo choque entre os “idiomas culturais”, do entrevistador e do objeto de estudo, que constituirá o contexto no qual ocorre a entrevista. Do mesmo modo, Oliveira (1995) indica uma maneira mais “dialógica” de interação entre as

partes, aonde o informante vira um verdadeiro interlocutor e o tal confronto objetivista antes problematizado dá lugar ao que é por ele chamado de “encontro etnográfico”. Assim, teve-se mais este cuidado no desenvolver esta fase importante da pesquisa.

No total dos três estudos de caso foram realizadas 15 entrevistas com representantes da administração pública diretamente ligados aos casos além de alguns educadores de capoeira pertencentes às ações estipuladas como unidades de análise. No caso dos questionários foram aplicados dois tipos: no primeiro, em número de 16, focou-se exclusivamente os professores de capoeira e o outro, em número de cinco, foi aplicado a alguns funcionários públicos mais diretamente ligados às ações objeto desta dissertação.

Por seu alto poder lúdico e plástico, utilizou-se neste trabalho as vantagens do registro do objeto de estudo pela fotografia. Através da percepção da realidade pelo registro fotográfico, pode-se capturar e documentar momentos e situações de perspectivas diferenciadas, sendo a fotografia uma excelente forma de percepção e leitura da realidade pelo “olhar”. A grande utilidade desta ferramenta de captura do simbólico das ações culturais defendida por vários autores (SAMAIN, 1995; SIMONIAN, 2006) reforçam o seu caráter de validação e comprovação da realidade subjetiva observada e explicada etnograficamente.

Após a captação das informações produzidas até então, se fará a formatação e a organização deste material. Seria a hora da transformação dos dados, às vezes dispersos e aparentemente desvinculados, em informações coesas e interligadas.

Devemos entender, assim, por Escrever o ato exercitado por excelência no gabinete, cujas características o singularizam de forma marcante, sobretudo quando o comparamos com o que se escreve em campo, seja ao fazermos nosso diário, seja nas anotações que rabiscamos em nossas cadernetas (OLIVEIRA, 1995, p. 22).

Este seria o momento mais cognitivo do trabalho por ser esta a fase de textualização dos fenômenos socioculturais observados, de trazer estes fatos observados (ver e ouvir) para um discurso mais disciplinado com um formato mais formal e definitivo da dissertação (OLIVEIRA, 1995). Este ato seria uma “segunda etapa” da investigação empírica, a hora do “fazer socialmente” através das informações coletadas *being there*. Este fazer precisaria ser uma interpretação da “cultura nativa” pelas categorias ou pelos conceitos básicos constitutivos da disciplina do pesquisador, ou seja, seria uma nova refração natural das informações previamente coletadas.

Nessa última fase, seria então o momento de levar a pesquisa realizada para ser discutida no meio acadêmico e da própria capoeiragem belenense. Fato este importante no sentido de testar as questões norteadoras e conclusões levantadas em meio de discussões e debates com colegas e professores da área científica. Fazer-se valer assim da relação dialética entre o conhecimento acadêmico e os dados levados à tona.

Organizada em sete capítulos, a dissertação aqui introduzida pretendeu acrescentar um olhar mais interdisciplinar das ações envolvendo o desenvolvimento social no município de Belém. O Capítulo 2 terá a predisposição de argumentar teoricamente a pesquisa feita, nele fora feito um aprofundamento teórico nos assuntos pertinentes à pesquisa como a cultura e o desenvolvimento sustentável; desenvolvimento local e descentralização; políticas sócio-culturais e educacionais; e ao final a capoeira e a educação não-formal na construção social, educacional e cultural belenense. Em continuidade, o Capítulo 3 apresenta uma caracterização do tema capoeira e políticas públicas culturais, com ênfase numa perspectiva histórica da política cultural brasileira e da capoeira no contexto das políticas públicas no Brasil e na Amazônia e mais especificamente em Belém.

Os Capítulos 4, 5 e 6 são reservados à sistematização dos três estudos de caso, objetos de estudo desta dissertação, tendo respectivamente a SEMEC e o Projeto Capoeira nas Escolas; a FUNPAPA e o PETI; e por fim a FUMBEL e a Lei Tó Teixeira e Guilherme Paraense. Aqui a pesquisa feita ganha destaque com a sistematização dos dados coletados, um espaço para análise e discussão das respectivas unidades de pesquisa e suas estruturas, fazendo para cada um contexto histórico, uma discussão e considerações teóricas para cada caso. Por fim são dadas as considerações finais, dispostas no Capítulo 7 do trabalho, enfocando a importância da cultura no processo e sustentabilidade das intervenções ligadas ao desenvolvimento social e seu caráter interdisciplinar para a construção de um desenvolvimento local sustentável.

## **2 CAPOEIRA, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

A abordagem realizada no trabalho utilizou alguns conceitos e categorias que enfocaram a importância da sustentabilidade de bens imateriais simbólicos como a capoeira no caminho do desenvolvimento local sustentável. O enfoque se deu principalmente por se perceber que o desenvolvimento local só pode ocorrer “de dentro” através de ações que gerem inclusão social e distribuição de renda, assim como utilize de forma sustentável, as potencialidades e os saberes do local. A capoeira enquanto manifestação popular é apresentada aqui como uma importante ferramenta de inserção e legitimação de valores e símbolos afro-brasileiros.

Todo este processo gerador de desenvolvimento precisa ser formatado e disseminado localmente de acordo com o contexto que este se apresenta. Porém, para que estas soluções possam acompanhar uma realidade globalizada e de constantes mudanças, precisa-se de mecanismos educacionais formais e não-formais que façam com que estes conhecimentos os acompanhem. Esta adaptação contínua é denominada por Hall (2006) de “tradução” da cultura, processo que se justifica e se retroalimenta no tempo e no espaço, através do que historicamente já se fez, com o que se pode fazer para, assim, construir um cenário futuro desejável. Porém, para que este enfoque descrito seja otimizado dentro da pesquisa, foram feitos adiante alguns delineamentos conceituais sobre as categorias e abordagens que serão utilizadas dentro do tema.

### **2.1 CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ABORDAGEM TEÓRICA**

O modelo industrial adotado no Brasil durante a década iniciada em 1930 se baseava no paradigma da racionalidade e da objetividade analítica, onde o crescimento de bens era significado de desenvolvimento (SACHS, 1994). Esse significado de “progresso” tomando como métrica os indicadores econômicos como Produto Interno Bruto (PIB), Produto Nacional Bruto (PNB) e renda per capita, dominaram as decisões políticas e a filosofia desenvolvimentista durante o regime militar. Este conceito utilizava como pilares apenas conhecimentos técnico-científicos, ou seja, acreditava-se que somente através da industrialização os países menos desenvolvidos conseguiriam alcançar o patamar dos países ricos.

Porém, segundo Foladori (2001), esta visão desenvolvimentista predominante no Brasil nas décadas de 1940 e 1950 esbarrava no aumento da exclusão social e da concentração de renda causado por essa corrida desesperada pela industrialização. Deste modo, o processo de industrialização tardia no Brasil acaba acelerando acintosamente problemas de ordem histórico-social de nossa colonização. Percebe-se estes efeitos ainda hoje, pois o Brasil é um dos piores países do mundo em termos de distribuição de renda.

O mesmo se deu na Amazônia. Conforme Mitschein (1989), o ideal desenvolvimentista e de progresso sofreu um esgotamento a partir de meados da década de 1980. Neste período, a expansão desenfreada das fronteiras de mercado na região causou um índice de devastação florestal nunca antes visto e um inchamento em larga escala das cidades urbanas. Processo este considerado como principal causador da favelização e proletarização destas populações provindas principalmente do campo.

De acordo com Brito (2001) e Costa (2005), a representação institucional pública na Amazônia destas políticas desenvolvimentistas se deu através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia S. A. (BASA). Estas instituições influenciaram decisivamente na construção sócio-cultural e econômica da Amazônia, defendendo uma política nacional que objetivava a inserção da mesma no mercado mundial através dos ideais capitalistas de desenvolvimento industrial. Desta maneira, a região em pauta foi posicionada na política federal como criadora de divisas através de grandes projetos, principalmente metalúrgicos, que geraram um descompasso até agora importante entre o desenvolvimento econômico, o cultural e o social na região.

De encontro a esse desenvolvimentismo citado, as peculiaridades e saberes sócio-culturais e ambientais cada vez mais se mostravam fatores importantes a serem considerados. Indicadores como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), equidade social, qualidade ambiental e distribuição de renda, começaram a ser percebidos como informações relevantes quando se pretende discutir o verdadeiro grau de desenvolvimento de uma região. Conforme Buarque (1999), o desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento aparece assim como uma forma de abranger todos estes fatores antes pormenorizados pelo economicismo do desenvolvimento industrial moderno de base capitalista até então vigente.

Segundo Sachs (1993), o desenvolvimento sustentável seria um desenvolvimento pautado simultaneamente em três critérios fundamentais: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. Porém, este objetivo, segundo o autor, só seria possível após um período de transição administrada por uma gestão pública que reduziria a diferença entre ricos e pobres. Para uma melhor sistematização da proposta, Sachs (1993) identifica em 05 as

dimensões essenciais para se alcançar o ecodesenvolvimento: a sustentabilidade social, a sustentabilidade de renda e bens, a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade espacial e a sustentabilidade cultural.

Dentre as dimensões do desenvolvimento citadas, verifica-se uma dimensão diferenciada por sua subjetividade, complexidade e dinamismo, o que faz desta uma dimensão de gestão participante e integrada ao cotidiano do local. A sustentabilidade cultural significa a administração dos bens, signos e saberes endógenos, assegurando sua condição orgânica viva no dia-a-dia da sociedade. Tal visão apresenta a sustentabilidade cultural então como uma dimensão imprescindível para a discussão de desenvolvimento sustentável.

O recorte proposto se explica também pela importância transversal que a cultura pode exercer nas políticas públicas em geral, pois, conforme Botelho (2001) a cultura e sua sustentabilidade são aspectos chave para que qualquer política pública tenha êxito. Esta afirmação se comprova pela importância de se entender os significados e as estruturas sociais da população a ser impactada, para que as ações públicas tenham as mudanças e as transformações almejadas. As políticas públicas que não levem em conta hábitos e costumes, assim como não tenham um entendimento mínimo da constituição das relações sociais e das diferentes sub-culturas de uma sociedade, estão fatalmente fadadas ao fracasso.

A temática da sustentabilidade cultural tem a ver com o processo de transmissão do conhecimento além da garantia de um ambiente propício a essa transmissão. Sendo assim poderia se falar na necessidade de se estabelecer ambientes socioculturais favoráveis que garantam a sobrevivência destas culturas através de um ambiente chamado por Viertler (1999) de “psicossocial” adequado. Dentro deste ambiente sociocultural sustentável destacam-se, através de Viertler (1999), dois atores importantes:

Os mais velhos, com a função de [...] “tentar estimular as práticas e técnicas culturais dos bons tempos do passado” [...] e os mais jovens [...] “a criar novas alternativas de conduta social que interligue valores culturais básicos a novas modalidades de ação, um *tertium quid* que não é nem a ‘cultura tradicional’ nem a ‘cultura do civilizado’” (VIERTLER, 1999, p. 26-27). E tal distinção entre as duas categorias e suas funções dentro de um ambiente sociocultural favorável, pode ser também encontrada em Hall (2006) com a denominação de “tradição” e “tradução” para estes dois importantes aspectos da sustentabilidade cultural.

Numa visão antropológica, a cultura seria um “pool de referências mentais” que dão sentido e significado às experiências individuais e coletivas do homem, o que Geertz (1989) denomina como a “parte faltante do ser humano biológico” que ordena e controla estas experiências e as transforma em conhecimento. Porém, como um campo sempre em

construção, está, de acordo com Viertler (1999), sujeito a constantes alterações e modificações que variam no decorrer da vida social do homem.

Como já visto, a cultura se estabelece como um campo complexo e dinâmico que determina as formas das ações e interações humanas numa sociedade, acabando esta por se tornar a principal arena de disputas dos mais variados segmentos sociais pela valorização de seus respectivos símbolos por esta sociedade. Dentro desta disputa, historicamente os segmentos populares e seus valores sempre, com raríssimas e pontuais exceções, são subordinados e pormenorizados pelos segmentos sociais de elite e seus valores. A valorização da cultura endógena, neste sentido, pode representar um valioso instrumento de diferenciação neste cenário cada vez mais complexo de disputas pela legitimação de valores.

Alguns autores (BOURDIER; PASSERON, 1998; SETTON, 2005; VIERTLER, 1999) realçam a importância desta cultura construída localmente, sendo que é através dela que os seres e saberes humanos se identificam entre si e com seu ambiente. Estes saberes locais, que geram um sentimento de pertencimento, os quais se constituem conjuntamente enquanto sociedade, acabam por desenvolver uma identidade social, política e, por que não dizer, também econômica.

Desse modo, esse recurso social dos segmentos menos favorecidos precisaria ser melhor entendido e facilitado em seu processo de apropriação, adaptação e transmissão, num movimento contínuo e dinâmico, tornando-as assim culturas sustentáveis. Este processo, segundo Setton (2005), faria com que esses segmentos tivessem mais chances na disputa pela legitimação e hegemonia de uma cultura sobre as outras. Este cuidado maior pela cultura popular, provinda do conhecimento tradicional, geraria um processo de valorização de tais saberes. As ações acima mencionadas então constituiriam um “campo fértil” para uma melhor apropriação, adaptação e transmissão destes saberes culturais, porém sem perder seu contexto “natural”.

Em resumo, essa valorização dos saberes tradicionais e populares, adicionada a um constante movimento de adaptação à realidade e de transmissão entre gerações, acabaria por gerar a valorização destas culturas dentro da arena de disputas pela hegemonia social. Nestes termos, todo o processo levaria a adaptação do tradicional visando o crescimento e o desenvolvimento local, gerando técnicas e saberes de forma mais sustentáveis e eficazes. Vários autores (CREWE; HARRISON, 2005; FOLADORI, 2001; SACHS, 1994; SIMONIAN, 2005; VIERTLER, 1999) realçam a importância da utilização dos saberes e das culturas endógenas no processo de desenvolvimento sustentável.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E DESCENTRALIZAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO MUNICÍPIO PARA A CULTURA

A visão acima descrita de desenvolvimento “de dentro” acaba reafirmando a importância desses saberes locais enquanto forma de desenvolvimento mais perto do nativo, o que Geertz (1989) denomina de utilização de categorias mais substantivas, fugindo assim de concepções deveras abstratas. Tal perspectiva proposta reflete assim possibilidades reais de ações que gerem uma distribuição mais adequada de renda e de inserção social. Fatores estes que são vistos por Foladori (2001) e Sachs (1994) como prioritários num processo de desenvolvimento visando a sustentabilidade e o crescimento em países menos desenvolvidos. Argumenta-se aqui então a relevância da criação de ambientes culturais mais democráticos e acessíveis dos símbolos referentes a todos os segmentos sociais dentro da arena de disputas pela legitimação com a finalidade de se criar uma modalidade de desenvolvimento mais sustentável.

Para o debate de desenvolvimento sustentável, a conotação do local então acaba por ter um valor estratégico, pois este representaria a escala mais próxima do real, o plano físico aonde são estabelecidos os vínculos sociais junto com o sentimento de pertença que estipulam e delimitam a territorialidade de grupos sociais. O local então fornece um melhor alcance e contemplação das diversidades, diferenças e multiplicidades das escalas sociais. Através do local então, perpassaria impreterivelmente todo e qualquer planejamento do desenvolvimento que vise a sustentabilidade.

Como conceito de desenvolvimento local teríamos então:

[...] um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos [...]. Esse empreendimento endógeno (o desenvolvimento local) demanda, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes mais efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade (BUARQUE, 2002, p. 26).

Através da visão de desenvolvimento local adotada, verifica-se a necessidade consoante de um sistema político de gestão descentralizada visando intervenções e regulamentações mais eficientes, eficazes e efetivas no local. Outra observação do conceito utilizado diz respeito à preocupação na “criação de raízes” sociais e culturais locais importantes para que se explore melhor as potencialidades endógenas viabilizando assim a competitividade da economia local frente à globalização. Conforme explicitado por Buarque (2002, p. 25), “paradoxalmente (ao

processo acelerado de globalização), contudo, nunca foi tão forte a preocupação com o desenvolvimento local e a descentralização econômica, social e política”. Sendo assim, desenvolvimento local, descentralização e cultura se evidenciam categorias prioritárias a serem exploradas dentro do contexto abordado.

A descentralização, conforme já descrito, representa um aspecto complementar decisivo para o desenvolvimento local, aonde há uma transferência de poder decisório para as unidades subnacionais, aumentando com isso sua autonomia na gestão do local. Ao contrário do conceito de desconcentração, definida apenas pela distribuição executiva das atividades, a descentralização pode ocorrer, segundo Buarque (2002), de duas formas. A autônoma, com base em recursos próprios; e a dependente, aonde os órgãos superiores detêm a decisão dos repasses às unidades hierarquicamente inferiores. Tal dependência decisória de repasses pode ser totalmente condicionado pela União, denominada de tutelada, ou com alguma forma de parceria decisória, denominada de dependente.

Além disso, ainda conforme Buarque (2002), a descentralização pode ser classificada conforme os agentes para os quais as responsabilidades serão repassadas. A descentralização Estado-Estado, quando o repasse administrativo é feito da União para os estados e municípios. Por vez, a descentralização Estado-sociedade seria quando a sociedade, através de grupos organizados como os conselhos gestores, adquirem a capacidade de gestão e execução de atividades.

Outra forma de administração que será abordada se refere à municipalização, que seria [...] “a descentralização com transferência efetiva da capacidade decisória para o município como espaço de poder local” (BUARQUE, 2002, p. 45). Desta maneira particular de descentralização, a sociedade municipal garante uma autonomia decisória de ação *a priori* desvinculada das esferas superiores de poder.

Dentro do contexto das políticas públicas sociais, culturais e educacionais de Belém, as formas e as categorias acima citadas de relações hierárquicas de poder serão elementos importantes de análise de ações públicas. Tais ações, e suas representatividades hierárquicas decisórias proverão as diferentes formas de ação política, coligações e representações dos diversos grupos de interesses que atuam em tais áreas. Estes grupos sociais, representados e organizados nas arenas políticas descritas, apresentam-se substancialmente através do âmbito local, na tentativa de sobreposição ideológica destes segmentos sociais através da legitimação de suas culturas.

Por último, a cultura seria aqui a delimitadora dos grupos sociais e suas coligações nas disputas locais e globais no campo político. Com a globalização esse ambiente se configura

em um cenário cada vez mais diverso, contraditório e dinâmico, aonde alianças são feitas e dissolvidas dentro das idas e das vindas frequentes de atores políticos e sociais, alterando assim repentina e consideravelmente esse ambiente. A cultura local, neste momento, estabelece-se como a base por onde os povos recebem as influências do global, interpretando-a através de seus padrões culturais endógenos. Segundo Buarque (2002, apud ALBAGLI, 1998, p. 6), o que ocorre é uma situação paradoxal aonde este contato com o global acaba por aumentar ainda mais as diferenças e a complexidade cultural ao invés da esperada homogeneização e uniformidade.

Na área da cultura, principalmente na antropologia, o foco no local se torna imprescindível, pois a cultura é construída e reconstruída no cotidiano individual e coletivo da sociedade. Em consequência, o município, por ser a instância administrativa mais próxima deste cotidiano, revela-se o âmbito governamental ideal para as ações governamentais neste setor.

[...] Chama-se a atenção, ainda, para um aspecto de ordem estrutural: se é possível afirmar que a cultura, do ponto de vista antropológico, é a expressão das relações que cada indivíduo estabelece com seu universo mais próximo, em termos de uma política pública, ela solicita, por sua própria natureza, uma ação privilegiadamente municipal [...] (BOTELHO, 2001, p. 75).

O município deve ser uma esfera promotora de ações socioculturais preferenciais na discussão de políticas educacionais, culturais e sociais, aonde verdadeiras ações integradas podem ser planejadas e aplicadas com mais eficiência, eficácia e efetividade. Portanto a interdisciplinaridade aqui se apresenta pela necessidade de se fazer política local integrada e articulada entre si, destacando o município como a instituição pública administradora deste local.

### 2.3 POLÍTICAS SOCIOCULTURAIS E EDUCACIONAIS: A TRANSVERSALIDADE NAS AÇÕES PÚBLICAS

Como já dito, os principais problemas enfrentados hoje, principalmente nos países em desenvolvimento, dizem respeito à exclusão social e à má distribuição de renda, ameaçando, além da obtenção de um desenvolvimento sustentável, o pleno exercício democrático da cidadania da maior parte de suas populações. Esses problemas citados, segundo Marx (1988), são problemas sociais característicos da sociedade capitalista, aonde, pelo pensamento capitalista liberal, o mercado deveria ser o “mecanismo natural” de regulação das relações

sociais. No entanto, o processo de produção e reprodução capitalista acaba gerando uma sociedade excludente, segmentada e orientada pelo capital.

Neste sentido, as políticas públicas se estabelecem como uma forma de regulação ou intervenção dos conflitos sociais, um [...] “mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social” (SILVA; SILVA, 2001, p. 38). Contudo estes mecanismos estão setorialmente delimitados, variando em termos de racionalidades, de autonomia, de sujeitos e grupos de interesse, configurando a cada setor características e finalidades diferentes.

#### *a) Políticas sociais*

No caso das políticas sociais, conforme Behring e Boschetti (2006), elas se estabelecem como ações diretamente ligadas às lutas de classe dentro do sistema capitalista. Inicialmente constituídas pela conquista da jornada normal de trabalho da classe trabalhadora frente ao capital, as políticas sociais ganham espaço graças à “geração de uma consciência coletiva dos trabalhadores enquanto classe”.

[...] Este debate acerca da jornada de trabalho mostra a irrupção da luta de classes e da questão social, bem como de suas formas de enfrentamento, com o início da regulação da relação capital/trabalho. Neste sentido a legislação fabril pode ser compreendida como percussora do papel que caberá ao Estado na relação com as classes e os direitos sociais no século XX [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 56).

Com as conquistas trabalhistas deslocadas de problema de desigualdade e de exploração de classes sociais para o âmbito estatal e do direito formal, estas acabam por se institucionalizar, transformando-as numa importante arena de política pública setorial. O deslocamento destas conquistas para a tutela do Estado materializa a função de regulação da força de trabalho e do controle social.

Ao longo do tempo, após a institucionalização das políticas sociais mencionadas, estas ações públicas sofreram variações significativas até a configuração dominante atual. Nos países em desenvolvimento como o Brasil, de democracias delegativas (O'DONNELL, 1991), aonde instituições são caracterizadas pela multiplicidade, volatilidade e inconstância de seus arranjos, as políticas públicas tendem cada vez mais a fragmentação e setorialização (FREY, 2000). Diante dessa fragilidade política, as ações públicas são largamente influenciadas por

fatores subjetivos ou pontuais de grupos ou atores políticos sendo este um campo de mudanças repentinas e radicais no processo político-administrativo tanto de um governo para o outro quanto no decorrer das gestões (LOBO, 1998).

As políticas sociais, assim explicitadas, transformaram-se em ações pontuais e desarticuladas a outros setores públicos, orquestrando seus resultados pelo que Silva e Silva (2001) denominam de “racionalidade política”, vinculando assim estas ações a uma lógica representativa mais focada nas demandas do que nas necessidades. Sendo assim, as políticas sociais se restringiram quase totalmente a assistência social marcada pela fragmentação e pela descontinuidade. Tal situação se torna visível no âmbito municipal aonde a cultura acaba se tornando o setor responsável pelas intervenções sociais mais abrangentes e significativas.

#### *b) Políticas culturais*

Outro importante segmento de ação política a ser problematizado diz respeito às ações públicas direcionadas à cultura. O tema é visto neste trabalho como peça chave no processo de ações governamentais conjuntas. Conforme Chauí (1995), a cultura deve ter um papel articulador importante nas políticas públicas, pois, enquanto ação de intervenção social, esta só poderá ser bem sucedida se considerar os aspectos culturais desta sociedade.

Conforme ainda Chauí (1995), o principal desafio para um novo pensamento político ligado à cultura perpassa sobre a diretriz da Cidadania Cultural. Este conceito diz respeito ao acesso mais democrático aos bens e equipamentos culturais, não se restringindo apenas ao acesso físico dos mesmos, mas, sobretudo aos signos e símbolos pelos quais estas culturas são decodificadas. Seguindo este caminho, Botelho (2001) ressalta a importância de se redesenhar as ações públicas na área de cultura, deixando de ser um mero setor privatizador de projetos financiados através de incentivos fiscais, para ganhar um posicionamento estratégico no planejamento e execução de políticas públicas.

Diante do que Botelho (2001) denomina “dimensão antropológica” de cultura, ao Estado, através do setor de cultura, passaria a importante função de acompanhamento do cotidiano, focando não só na produção cultural, mas principalmente em sua demanda. Isto implica em perceber as demandas culturais geradas pela sociedade, principalmente das camadas populares historicamente mal interpretadas e sua cultura pormenorizada. Pela dimensão antropológica citada:

[...] a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade [...] (BOTELHO, 2001, p. 74).

A cultura então representaria um invólucro de significados e relações por onde os indivíduos se estabelecem com o lugar, sendo a mesma uma realidade de mudanças constantes pela qual exigiria uma constante atenção.

### *c) Políticas educacionais*

No entender de Demo (1980), o tempo da era industrial brasileira de 1930 de “otimismo pedagógico”, segundo a qual o desenvolvimento de uma nação está na proporção do desenvolvimento dos recursos humanos, já se foi. Via-se a educação como uma solução neoliberal dos problemas de capacitação de mão-de-obra principalmente para a indústria. Defendia-se a tese de que o povo não gostava de trabalhar por falta de princípios. As culturas tradicionais locais das regiões menos desenvolvidas, conforme Crewe e Harrison (2005), significavam uma barreira ao desenvolvimento, que precisava ser combatida e domesticada. No entanto, o sistema educacional brasileiro, mesmo dentro de um processo de municipalização do ensino básico, ainda se encontra centralizado e dependente estratégica e financeiramente da União, representada institucionalmente pelo Ministério da Educação (MEC) aonde, por sua vez, ainda prevalece a visão industrial de educação.

Pela definição tradicional de “sistema de educação”, haveria uma harmonia no processo de transmissão da informação acumulada, aonde o patrimônio cultural de uma sociedade era indivisível. Tal definição desconsidera a diversa e segmentada divisão social existente nas sociedades, encobrindo assim a reprodução social incorporada. O sistema escolar, para Bourdieu (2007), acaba sutilmente servindo para institucionalização e legitimação da cultura erudita, conservando a estrutura das relações entre os diversos segmentos sociais, reproduzindo assim a estrutura de distribuição do capital cultural. Com isso o sistema escolar seria a peça chave de reprodução cultural e social dentro da razão social predominantemente erudita.

Percebe-se assim que a educação pública, para que seja democrática, precisaria ser inserida, segundo Demo (1980), no âmbito social, enfatizando a capacidade redistributiva e participativa da educação. Fundamentada em uma concepção mais ampla e desmistificada do

sistema educacional, as políticas educacionais se transformariam em importantes agentes fomentadores da diversidade e da consciência sócio-cultural dos mais variados segmentos sociais. Cabe então aqui salientar a importância de se considerar a interdependência funcional das políticas públicas, principalmente municipal, nas áreas social, cultural e educacional que precisam de uma articulação estratégica de planejamento e execução.

*d) A avaliação de políticas públicas setoriais municipais*

Para avaliação de estudos de caso de políticas públicas, Frey (2000) parte da abordagem das três dimensões da análise política, principalmente no que diz respeito à política municipal em sociedades em desenvolvimento aonde “as disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados [...]” (FREY, 2000, p. 219). De maneira que o intenso nível de interrelação entre os resultados materiais concretos (*policy*), com o processo de negociação política (*politics*) e a dimensão institucional caracterizada pelas estruturas políticas (*polity*) tornam-se uma das preocupações centrais em uma análise política. E, para um dimensionamento mais significativo dessas interdependências, Frey (2000) sugere um deslocamento de foco para estes “pontos de interseção” destas dimensões.

Faz-se necessário um certo grau de deslocamento dos estudos da parte dos programas, planos e resultados materiais para os pontos de interseção entre estes por um lado e os processos e instituições por outro, dependendo a necessária intensidade do grau de deslocamento do próprio grau de fluidez que caracteriza estes pontos de interseção. Devem-se, portanto, as próprias características empíricas básicas, a serem levantadas por estudos empíricos preliminares, as condicionantes primordiais para a configuração final do ‘design’ de pesquisa (FREY, 2000, p. 247).

Os estudos empíricos preliminares levam a delimitação do estudo de uma reflexão meramente teórica para a dependência de condicionantes empíricos concretos, flexibilizando assim o peso a ser dado para as três dimensões de acordo com cada realidade concreta.

Especificamente na dimensão da *policy*, segundo Frey (2000) as categorias de *policy network*, *policy arena* e *policy cycle* condizem como as mais relevantes dentro do referido debate. A primeira contemplaria as “interações das diferentes instituições e grupos tanto do executivo, do legislativo como a sociedade na gênese e na implementação de uma determinada *policy*” (HECLO, 1978, p. 102). A segunda procura referendar “os processos políticos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de política, as quais podem ser

distinguidas de acordo com seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo” (FREY, 2000, p. 223). Por último, a *policy cycle* refere-se à consideração das possíveis alterações de atores, objetivos e até de critérios nas diversas fases que se constituem o processo político, vista como um “modelo heurístico interessante para a análise de vida de uma política pública” (FREY, 2000, p. 226).

No âmbito da *politics*, a análise dos estilos políticos são postos em foco, [...] “frisando fatores culturais, padrões de comportamento político e inclusive atitudes de atores políticos singulares como essenciais” (FREY, 2000, p. 235). No modelo utilizado por Frey (2000), o conceito de cultura política fornece parâmetros qualitativos para mensuração da “dimensão subjetiva” da vida política. Torna-se possível assim, a identificação de três tipos ideais de cultura política dentro do contexto de mobilidade social ou *civic culture*: a “cultura paroquial”, sem nenhuma organização sistêmica social; a “cultura de súditos”, aonde a sociedade ainda detêm um papel passivo, porém com já algum interesse nos resultados de políticas; por último a “cultura da participação”, interferindo de forma ativa nos acontecimentos políticos.

A abordagem sobre estudos de caso que visam a análise da implementação de programas ou projetos políticos específicos dentro de uma política setorial, a “dimensão subjetiva” descrita por Diamond (1994) ganha um papel importante dentro da proposta. A análise de estilos políticos, levando-se em conta a cultura política, forneceria subsídios e elementos valiosos para a análise destes significados. Porém Frey (2000) recomenda a utilização dos estilos políticos como variáveis independentes, analisando como programas ou projetos são influenciados por esses estilos políticos concretos (do estilo mais participacionista ao mais tecnocrata).

A última abordagem diz respeito à dimensão institucional, ou *polity*, a qual se justifica por se tratar de sociedades instáveis que são caracterizadas por tensões entre os padrões individuais de comportamento e aqueles que transcendem as ações individuais. Assim parte-se do pressuposto que o indivíduo age não só através de seus interesses próprios, mas também através do que March e Olsen (1995) denominam de “identidades e de concepções do comportamento apropriado” embasados em regras gerais e entendimentos fundamentais do social. A chamada dimensão *polity* salienta a “importância do fator institucional para a explicação de acontecimentos políticos concretos” (FREY, 2000, p. 232).

Por fim, os estudos sobre políticas públicas no Brasil e nas sociedades em desenvolvimento são fortemente caracterizados pelo que O’Donnell (1991) denomina “democracias delegativas”. Tal conceito refere-se a democracias ainda não consolidadas com

instituições suscetíveis a determinações exercidas de forma direta de sujeitos pertencentes a uma elite classista que possuem uma influência decisiva nos processos político-administrativos. Ou seja, as políticas públicas nestas sociedades possuem uma forte dependência da ação particular de indivíduos ao invés de uma forma mais “agregada” de grupos sociais mais representativos.

#### 2.4 CAPOEIRA E EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL NA CONSTRUÇÃO SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL BELENENSE

Outro modo de democratização e socialização do conhecimento seria através da valorização do que Gohn (1999) denomina educação não formal ou a identificada por Setton (2005) como não legitimada. Assim, estas outras modalidades de conhecimento vêm tomando uma significativa importância na comunidade acadêmica desde a década de 1990.

O campo de alcance desta perspectiva da educação é bastante amplo e muito importante a partir do momento que está estritamente atrelado ao campo da cultura, enquanto base para o ensino e para aprendizagem, ou seja, tem a preocupação de levar em conta a experiência individual (MELO, 2000, p. 22).

Inicialmente, a educação não formal obteve uma conotação de complemento à educação formal. A partir daí ocorre a valorização da cultura popular como processo pedagógico/educacional, tendo como objeto central a cidadania, pois ela é um elemento coletivo que somente na prática social pode se afirmar.

Através destes métodos tradicionais pedagógicos que são construídos “as relações de pertencimento, o sentido de identidade, o respeito pela tradição e pelos antepassados, e pela simplicidade e alegria com que se celebra a vida, entendemos que a cultura popular nos tem muito a ensinar” (ABIB, 2006, p. 97). A educação não formal representa então a forma tradicional de transmissão dos saberes provindos dos segmentos sociais mais destituídos de cidadania, aonde a oralidade e a observação são as formas de transmissão deste conhecimento.

A seguir-se esta teoria da educação não formal agora como elemento importante na criação de regras democráticas de jogo e que é condição essencial para um projeto de redução da pobreza, a capoeira se apresenta com um papel de vanguarda. De fato, a mesma carrega consigo elementos multifuncionais didáticos da cultura popular brasileira além de ser um exemplar objeto de inserção social de crianças e adolescentes.

A capoeira, dentro de uma premissa educativa, apresenta-se atualmente como um desses espaços, onde se percebem esses questionamentos. As ações interativas, vivenciadas no interior dos grupos na cidade de Belém, primam por uma atuação maior no seio da sociedade. Este aspecto fica visível a partir da preocupação de alguns mestres com projetos, vinculados ou não com determinados setores (igrejas, centros comunitários, partidos políticos), que visam a uma atuação mais eficaz com crianças e adolescentes, particularmente de bairros periféricos, buscando tornar-se uma alternativa lúdica num contexto de poucas possibilidades de participação no lazer institucionalizado (MELO, 2000, p. 75, grifo do autor).

Coloca-se aqui a importância da utilização da capoeira como modo lúdico de educar, passando conceitos de valorização do conhecimento não formal como a sabedoria popular e ainda utilizando-a para inserir cultural e socialmente o indivíduo, introduzindo elementos como a solidariedade, a lealdade e o respeito.

A capoeira, neste sentido, é vista como um objeto interessante a ser problematizado. E se pode justificar por ser uma atividade importante – inclusive em termos educacionais não formais – do que Wallace (1956) denomina “revitalização” e valorização de uma dimensão da cultura popular brasileira. Difundida e valorizada nas mais variadas culturas tanto ocidentais quanto orientais, a capoeira descobre-se paradoxalmente cada vez mais singular e democrática. Tal distinção faz com que a mesma capoeira que é praticada em todo mundo ganhe nestes diferentes lugares significados diferentes. Tendo suas origens em elementos afro-brasileiros, em Belém ela é praticada principalmente pelas camadas mais pobres da população.

Estas atividades visam um convívio social melhor, levando o indivíduo a um autoconhecimento sobre a percepção de como se expressa, brinca, joga e relaciona-se com a sociedade e com o mundo. Tais aspectos, aliados ao poder lúdico que a capoeira possui, resultam em uma combinação perfeita no caminho de uma formação sociocultural satisfatória de crianças e adolescentes de todos os segmentos sociais. Caracterizada principalmente por estabelecer as denominadas relações horizontais ou fracas, a prática da capoeira acaba sendo um importante elemento de ampliação deste tipo de relação social. Relação esta que aglutina com frequência atores de segmentos sociais diversos, desempenhando assim uma função social relevante em sociedades altamente estratificadas e dominadas pelo preconceito como a brasileira.

Falar em cultura popular é falar de símbolos e rituais. É falar do imaginário individual e coletivo que ganham significados variados e inesperados. Da mesma maneira a capoeira é regada de rituais e signos que ganham formas e sentidos diferentes no imaginário popular e de

seus praticantes. São elementos que em muito se assemelham com os das manifestações afro-brasileiras, regadas de significados tradicionais desta matriz cultural: a roda como delimitadora do espaço; o mestre como peça central; a musicalidade rítmica encarregada do andamento do jogo e o batizado como ritual de iniciação ou passagem.

A figura do mestre estabelece-se, segundo Abib (2006), como fundamental dentro da cultura popular, pois ele representa a preservação e a transmissão dos saberes que organizam a vida social de cada cultura popular. A roda nas manifestações afro-brasileiras representa a delimitação do espaço e aonde é estabelecida uma relação de cumplicidade dos participantes “o que acontece na roda, fica na roda”. O ritmo personificado na chamada “bateria de capoeira” composta principalmente por instrumentos afro-brasileiros como o atabaque, o agogô, o reco-reco e o berimbau, instrumento último visto como místico tendo o seu tocador a função de comando na roda. Por último, o batismo ou batizado seria o ritual de passagem do capoeira, aonde ele seria reconhecido pelo seu mestre como capoeirista, uma festa de confraternização dos alunos com seu mestre aonde o primeiro será apresentado para a comunidade de capoeira como seu novo discípulo de capoeira.

Os elementos citados podem ser caracterizados como peças principais dentro do mosaico de símbolos que se configuram a capoeira. Os mesmos, com isso, podem ser vistos como objetos qualificadores desta manifestação no que tange a sua sustentabilidade, ou seja, estes elementos constituem um ambiente favorável para manutenção da capoeira como uma cultura viva na sociedade belenense.

A importância de políticas públicas municipais através de estudos de caso múltiplos tendo a capoeira como elemento participante destas ações se justifica pelas potencialidades já comprovadas empiricamente que esta atividade consegue aglutinar para a formação de uma sociedade mais democrática. No campo das políticas públicas, pretende-se avaliar a hipótese da capoeira ser um fator de cultura política determinante na consolidação do estilo da política vigente nas ações sociais e educacionais em Belém. Com isso, pretende-se medir, além dos efeitos diretos e almejados destas ações, as implicações e os impactos indiretos ou não priorizados que estas ações geram para a capoeira enquanto bem cultural.

Os efeitos tangenciais mencionados que serão levantados podem ser percebidos como recursos sociais, culturais e humanos na arena de disputas simbólicas para a comunidade de capoeira local. Deste modo, pretende-se ter uma visão mais realista e abrangente da relação dos capoeiras com as instituições públicas e, por conseguinte, sua participação no processo dinâmico e complexo de construção social e cultural de Belém.

### **3 CARACTERIZAÇÃO DA CAPOEIRA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

A abordagem pretendida neste trabalho utilizará alguns conceitos e categorias que enfocarão a importância de bens imateriais simbólicos como a capoeira no caminho do desenvolvimento local sustentável. Este enfoque se dará principalmente por se perceber que este desenvolvimento local só pode ocorrer “de dentro” através de ações que gerem inclusão social e distribuição de renda, assim como utilize, de forma sustentável, as potencialidades e os saberes do local. A capoeira enquanto manifestação popular é apresentada aqui como uma importante ferramenta de inserção e legitimação de valores e símbolos afro-brasileiros.

Todo este processo gerador de desenvolvimento precisa ser formatado e disseminado localmente de acordo com o contexto que este se apresenta. Porém, para que tais soluções possam acompanhar uma realidade globalizada e de constantes mudanças, precisa-se de mecanismos educacionais formais e não-formais que façam com que os conhecimentos acompanhem estas mudanças. Esta adaptação contínua é denominada por Hall (2006) de “tradução” da cultura, processo que se justifica e se retroalimenta no tempo e no espaço, através do que historicamente já se fez com o que se pode fazer para, assim, construir um cenário futuro desejável. Porém, para que este enfoque descrito seja otimizado dentro da pesquisa, foram feitos adiante alguns apontamentos conceituais sobre os contextos pelos quais perpassa o trabalho aqui delineado.

#### **3.1 POLÍTICA CULTURAL BRASILEIRA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA**

Durante a década iniciada em 1930, o Brasil passou por transformações importantes. Com a Revolução de 1930, a economia brasileira começa uma transição para uma fase de industrialização e centralização exacerbada (BUARQUE, 2002). O colapso da economia mundial e a Segunda Guerra Mundial pareciam exigir práticas de políticas públicas que se “adequassem” a este novo contexto.

Nesse ambiente novo, e tendo como mastro central o movimento modernista, o governo do então presidente Getúlio Vargas resolve criar pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Com uma finalidade estrutural nacionalista (MICELI, 1984) de criar uma nova cultura industrialista, a instituição pretendia afrouxar os laços de dependência política e cultural com a Europa, criando e defendendo um “patrimônio cultural brasileiro”. Este seria um primeiro

esforço de política pública com o objetivo de se criar uma identidade cultural própria, resgatar e preservar o patrimônio histórico-cultural nacional.

Em 1964, o golpe militar traz uma nova ordem política ainda mais centralizadora e autoritária. Contudo, apesar dos revezes, criou-se em 1966 o Conselho Federal de Cultura (CFC), que tinha como meta o estudo, a pesquisa e a promoção do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Porém estas políticas públicas eram extremamente centralizadoras além de exercer um controle à produção cultural na forma de uma censura onde, de acordo com Ortiz (2005), prevaleciam as diretrizes pré-estabelecidas pelo governo, não conseguindo analisar desta forma toda a diversidade e complexidade cultural do Brasil.

Somente com a reinstauração da democracia e com o processo de descentralização, começou-se a vislumbrar algumas possibilidades de maior democratização e valorização da diversidade cultural brasileira.

Graças à aprovação da emenda Passos Porto em 1983, foram elevados os percentuais dos Fundos de Participação, e também modificados os critérios de cálculo de forma favorável aos entes subnacionais. Entre 1983 e 1988, inverte-se a tendência das duas décadas anteriores e a participação da União no total da receita disponível decresce, passando de 69% a 60,1% (KUGELMAS; SOLA, 2000, p. 68).

Com isso, os estados e os municípios passaram também a ter maior autonomia política e fiscal para planejamento de políticas públicas um pouco mais direcionadas às necessidades regionais, deixando assim o município de ser apenas um órgão que serve para “[...] tapar buracos de rua e ornamentar praças” (DOWBOR, 1987, p. 69). E além da descentralização fiscal vê-se, após a ditadura, o início de uma preocupação na esfera federal com políticas públicas mais abrangentes e ligadas à cultura. Pois até então, as ações em termos culturais estavam restritas ao apoio ao audiovisual e à preservação de construções e ambientes de valor histórico-cultural.

Para melhor entendimento deste contexto histórico, Miceli (1984) pondera que raríssimos eram, na época de 1984, os candidatos políticos que tinham algo a dizer sobre a problemática de políticas culturais. E quando faziam, era sempre em um nível bastante acentuado de generalidades e falta de informação adequada. Assim, somente durante a segunda metade da década de 1980 e a partir de uma política de orientação neoliberal, surgiu a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura no Brasil (MALAGODI; CESNIK, 2004). O seu objetivo foi o de estabelecer parceria entre o Estado e o poder privado para o estímulo e o desenvolvimento da cultura.

A Lei n. 7.505, de 02 de julho de 1986, intitulada “Lei Sarney” (BRASIL, 1986), serviu como ponto de partida a um pensamento mais estratégico e global quanto ao fomento de mercados culturais, através do incentivo do próprio governo ao patrocínio de projetos por empresas públicas e particulares. Uma das principais finalidades desta nova lei foi a de semear a ideia entre o empresariado no sentido de demonstrar o potencial de *marketing* que tem a vinculação de uma marca a um bem cultural. Porém, esta lei acabou beneficiando somente uma parcela mais “comercializável” dos bens culturais, não conseguindo um alcance mais profundo dentre as manifestações culturais brasileiras.

Estes incentivos, no entanto, foram suspensos durante o período de vigência do governo Fernando Collor de Mello, voltando à tona no governo Fernando Henrique Cardoso, a partir da criação da Lei n. 8.313 de dezembro de 1991; denominada de “Lei Rouanet” (BRASIL, 1991). Daí em diante, o que tem se visto é um crescimento de produções culturais de caráter nacional, estimuladas pela nova lei. Exemplar nessa direção tem sido o crescimento das produções cinematográficas fomentadas principalmente pela lei de incentivo do áudio visual.

A seguir-se o exemplo das políticas federais – e contando já com uma maior autonomia fiscal –, o estado do Pará, e a cultura paraense nestes últimos anos, vêm ganhando maior destaque em termos de estímulo através de políticas públicas de incentivo à cultura. Isto tem se dado através principalmente: do fortalecimento e expansão institucional da Secretaria Estadual de Cultura (SECULT); da criação do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA); da FUMBEL e da Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer (CEAL) dentro da SEMEC. No entanto, estas instituições recentes de cultura ainda tentam se estabelecer enquanto um ponto referencial e conceitual de cultura, pois suas ações políticas ainda são dispersas e dependentes de outras mais tradicionais em termos de prioridade dentro do Estado.

Sobre políticas públicas ligadas à cultura em Belém, também, pode-se ressaltar a criação da Lei n. 7850/97 “Tó Teixeira e Guilherme Paraense” (BELÉM, 1997) de incentivo à cultura e ao esporte amador. Esta ação fez parte de uma política pública municipal, voltada ao incentivo e valorização da preservação cultural e esportiva e de inserção social em Belém. Existe ainda a Lei n. 6.572, de 08 de agosto de 2003, de incentivo a cultura “Semear” (PARÁ, 2003), do Governo do Estado do Pará, também com um formato especificamente voltado para o incentivo à cultura através da isenção fiscal em relação ao empresariado.

### 3.2 A CAPOEIRA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

O que se pode dizer a respeito da capoeira, é que a sua inserção nesta última década no mundo globalizado tivera resultados surpreendentes. Atualmente, pratica-se e estuda-se a capoeira nos mais variados países, sendo um dos maiores criadores de divisas do Brasil, pela abertura diplomática que ela proporciona aos valores e saberes do país em quase todo o mundo (BRASIL, 2004). Em universidades de cultura ocidental como dos EUA e Alemanha, assim como em países de cultura oriental como Marrocos e Tunísia, a capoeira já é tema opcional do curso de Educação Física e praticada em quase todos os grandes colégios e universidades.

Esta aceitação internacional da capoeira gerou como consequência uma valorização da capoeira pela classe média e alta brasileira. A verificar-se algumas edições da revista “Você S. A.”, percebe-se que vários dos maiores executivos brasileiros são praticantes ou apreciadores da capoeira. Esta valorização por uma classe “formadora de opinião”, deu-lhe um ar mais contemporâneo e exótico<sup>1</sup>.

Existe um projeto do Governo Federal que pretende resgatar, valorizar e institucionalizar a prática da capoeira no Brasil. O Grupo Interministerial é encabeçado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Cultura (MINC). Além disso, outros 18 ministérios participam das discussões.

Para Benedito Cintra, assessor especial da SEPPIR, [...] “a capoeira é uma manifestação cultural de matriz africana e tem papel importante no processo de promoção da igualdade racial”, estando presente atualmente em mais de 150 países, entre eles: França, Alemanha, Coréia e Japão. Apesar do aumento no número de adeptos do esporte nos últimos anos, a capoeira continua discriminada. E, embora considerada pelo IPHAN (2008) Patrimônio Histórico Cultural brasileiro, não existem ações públicas claras neste sentido, a maioria das escolas, por exemplo, não abordam o tema.

Na realidade, a capoeira ainda é vista por muitos como entretenimento para turista, como algo distante de suas realidades moldadas aos padrões europeus de educação clássica. E no Pará, esta realidade não é diferente. De fato, percebe-se a dificuldade na implementação de políticas direcionadas objetivamente para a valorização, divulgação e desenvolvimento da

---

<sup>1</sup> Segundo dados da Confederação Brasileira de Capoeira (CBC) (2006), existem hoje cerca de seis milhões de praticantes de capoeira no Brasil.

capoeira pelos órgãos públicos no local. A capoeira em Belém, e em todo o estado, foi introduzida de modo pontual, principalmente como ferramenta de inserção social dentro de programas de governo em órgãos como a Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), a Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer (CEAL) da Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC), a Secretaria Estadual de Cultura (SECULT) e a Secretaria de Esporte e Lazer (SEEL) do Pará.

Por seu formato “interdisciplinar”, envolvendo consciência afirmativa negra, esporte de luta, história, artesanato, folclore e ritmo, existe uma dificuldade das instituições locais de “enquadrar” a capoeira dentro de moldes de ações públicas mais integradas. Dessa maneira, vê-se a capoeira em Belém servindo apenas como ferramenta ou meio e não como fim, sendo poucas vezes focalizada como objetivo em si de políticas públicas. Portanto, percebe-se que através deste modelo institucional, de prioridades ainda essencialmente econômicas e políticas, empregado historicamente pelo Estado na região, não consegue assimilar agendas multidisciplinares de bases culturais e sociais, como a capoeira, dentro de suas ações públicas.

De encontro a essa visão periférica institucional pública, os movimentos negros organizados e de capoeira vêm pressionando as instituições no sentido de criar e implementar políticas mais abrangentes e diferenciadas, em forma de leis, com relação à cultura afro-brasileira, incluindo a capoeira dentro destas ações. A justificativa mais usada pelos defensores destas políticas diz respeito ao seu aspecto multidisciplinar e nacionalista. E, ainda de acordo com Vergolino-Henry e Figueiredo (1990), no sentido de contribuir com uma política de ação afirmativa da cultura popular afro-brasileira e de promoção da igualdade social e racial.

Sobre as leis de incentivo fiscal e a capoeira, verifica-se a aprovação de alguns projetos que fomentam o intercâmbio de experiências sobre capoeira em todo o Brasil. Em Belém, através da lei de incentivo “Tó Teixeira”, por exemplo, entre 1996 e 2004, seis projetos foram aprovados com a temática da capoeira<sup>2</sup>. Entretanto, na maioria destes projetos não se enfatiza o lado cultural, educacional e pedagógico da capoeira, por se tratar de projetos quase sempre de cunho estritamente desportivo.

Vê-se então que a capoeiragem em Belém tem pouco aproveitado estas oportunidades para se desenvolver culturalmente, pois uma visão somente esportivo-marcial da capoeira pela sociedade e até pela comunidade capoeirística restringe por várias vezes todo o seu potencial. Porém, pode-se também enfatizar um aspecto positivo que as empresas que estão

---

<sup>2</sup> No que diz respeito à Lei “Semear”, de caráter estadual, não existe registro ainda de nenhum projeto inscrito com esta temática.

patrocinando estes projetos de cunho mais desportivo estão abrindo seus olhos para as possibilidades de marketing sócio-cultural presentes em projetos associados à capoeira. Este olhar mais cauteloso das empresas começa a gerar um interessante mercado patrocinador de produções culturais ligadas à capoeira em Belém.

### 3.3 A CAPOEIRAGEM EM BELÉM DO PARÁ: ASPECTOS HISTÓRICOS E SÓCIO-CULTURAIS

No século XVI, as capitanias hereditárias que dividiam o Brasil começaram a adotar umas das primeiras políticas integradas que se tem conhecimento sobre o período colonial brasileiro. Chamada de *Diáspora Africana*, esta iniciativa foi responsável pelo transporte de cerca de dois milhões de negros vindos de vários cantos da África trazidos como escravos para o trabalho nas lavouras de cana de açúcar (SOARES, 2005). Todavia, conforme o autor ora referido, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão, inicialmente foram os estados que mais receberam esses escravos provindos da África.

Embora vindos de regiões diferentes deste continente com culturas, língua e etnias diferentes e até rivais, os negros africanos foram tratados pelos portugueses de modo indiscriminado, aglomerados dentro de um mesmo espaço físico. Por cerca de três meses, esses negros passavam por situações subumanas nos porões dos navios negreiros onde, por necessidade de sobrevivência, acabavam de algum modo se solidarizando e confraternizando. Segundo historiadores como Soares (2005), teria vindo daí os primeiros estímulos de união e entendimento entre as diversas tribos africanas; gerando uma mistura que, no caso do Brasil, teria tido uma grande importância e influência na formação de nossa cultura popular.

Ainda, de acordo com Soares (2005), as influências culturais do negro sobre a formação cultural do povo brasileiro, neste sentido, não vieram de uma região específica da África. Foi exatamente desta mistura entre etnias, cultos e tradições de várias tribos africanas, que se deu, segundo este mesmo autor, a origem da riqueza cultural de nossa formação afro-brasileira. Porém, este sincretismo cultural não ocorreu homogeneamente, surgindo assim, junto com influências indígenas e europeias, uma grande diversidade cultural no Brasil resultado da variada combinação cultural ocorrida aliada a sua adaptação ao meio ambiente de cada local ou região.

No que diz respeito à vinda de escravos africanos para a colônia do Grão-Pará e Maranhão, a história não foi diferente (BETTENDORFF, 1990). Os primeiros africanos

trazidos para a Amazônia vieram, no entanto, pelas mãos dos ingleses, que no final do século XVI e começo do século XVII trouxeram negros para trabalhar na plantação de cana, as quais haviam sido montadas na costa do Macapá e na zona dos estreitos. Esta tentativa de colonização, porém, não foi bem sucedida, sendo apenas a partir do final do século XVII que se começa a importar negros em maiores quantidades vindos principalmente de Angola. Foi a partir deste momento, que se começou a perceber realmente que a mão-de-obra escrava indígena, até então largamente utilizada, apesar de ser mais barata era menos produtiva, tendo início assim as grandes imigrações de escravos *Tapanhuno*<sup>3</sup> para a Amazônia.

Há uma legislação específica que se editou durante este período colonial. Produziu-se, através de Ordenação do Reino, abundante documentação, esta chamada de “lei pública”, a qual esteve embasada pelo código civil que delimitou os direitos e deveres do negro escravo e livre. Porém, existiam também outras leis particulares, dos senhores de engenho, fazendeiros ou até mesmo do cidadão comum proprietário de escravos, havendo, ainda, a legislação interna das missões e sabe-se do papel de juiz exercido pelos jesuítas neste período (AZEVEDO, 1930). Os jesuítas, em particular “[...] concordando com a prática da escravidão, acompanhavam as tropas e, como árbitros, decidiam da justiça dos presos” (AZEVEDO, 1930, p. 139). Estes artigos visavam legitimar limitações mercantis, comportamentais e religiosas de negros escravos e livres, zelando pela ordem e os bons costumes das colônias.

Nas cidades de Belém e São Luis, durante a época da colônia, alguns negros e indígenas eram treinados pelos padres jesuítas para execução de trabalhos especializados para se tornarem úteis ao comércio e aos lavradores. Foram criados assim, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, escultores, pintores, oficiais mecânicos, onde vários foram de grande ajuda nas construções de igrejas e prédios da época. Alguns pesquisadores como Leal (2002), acreditam que a capoeira tenha se desenvolvido dentre estes negros urbanos, pois toda documentação encontrada até então sobre capoeira neste período acontece principalmente no espaço urbano.

Um fator importante, neste contexto, foi a permissão do lazer aos escravos ainda no período colonial:

Desde o início, foram introduzidos na colônia certos princípios ortodoxos, como o descanso no domingo e a guarda de certos dias santificados pela igreja. Em meados de dezembro havia um período de 15 a 16 dias de quase completa liberdade e descanso dos escravos. Os negros, nesse período de férias, festejavam Benedito e realizavam numerosas brincadeiras. Dançavam e folgavam livremente (SALLES, 1988, p. 221).

---

<sup>3</sup> Nome dado aos africanos, que em língua tapuyna significa “gente preta”.

Com isso, as manifestações culturais afro-brasileiras tiveram possibilidades maiores de se desenvolver dentro da sociedade paraense, porém percebe-se que os folguedos de cunho católico-religioso eram impostos aos escravos, sendo perseguidos os cultos de outra espécie. Nesse período, o folguedo do boi-bumbá se destacou em Belém exatamente por não ter um caráter religioso. E, por isso mesmo, mais permitido ou tolerado. Foi sobre estas manifestações que se têm as primeiras documentações da capoeiragem na Amazônia. Sobre o boi-bumbá, afirma Salles:

Era um folguedo insólito, agressivo, que derivava constantemente em baderna, com ação e atuação de capoeiras, motivando desta forma a repressão policial e seus enquadramentos nos códigos de posturas municipais - que proibiam ajuntamentos de escravos, para qualquer fim, inclusive o de divertir-se desde que o lazer não contivesse caráter religioso. Em meados do século passado, certos traços característicos desse folguedo, na Amazônia, já se achavam estabilizados, tais como: ser um folguedo de escravos, realizar-se na quadra junina, apoiar-se numa vanguarda aguerrida, a malta de capoeiras (SALLES, 1988, p. 228).

Desse modo, percebe-se que a prática da capoeiragem tem traços marcantes e decisivos no tradicional boi-bumbá paraense em meados do século XIX, sendo este fato desconhecido por boa parte dos atuais praticantes e pesquisadores desta manifestação popular tradicional da região. Esta “tolerância” da capoeiragem pelo governo paraense existia, pois a prática da capoeira era permitida. Conforme Leal (2002), o que ocorria frequentemente eram prisões de capoeiras por outros motivos do tipo: agressão, desordem entre outros.

No entanto, a capoeira tomará outro rumo dentro da sociedade paraense e brasileira no final do século XIX. Na tentativa de hegemonizar a cultura recém industrialista europeia, a primeira Constituição brasileira, de 11 de outubro de 1890, continha um artigo específico sobre capoeiragem. Trata-se do decreto 847, no capítulo XIII presente no código penal da recém criada República dos Estados Unidos do Brasil intitulado “Dos vadios e capoeiras”:

Artigo 402: Fazer nas ruas ou praças públicas, exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo terror de algum mal. Pena de seis meses a dois anos de reclusão.

§ Único: É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, impor-se-á a pena em dobro (BRASIL, apud LEAL, 2002, p. 103).

E, portanto, com a proclamação da República no país, ocorreu um processo de criminalização oficial da capoeira, remetendo-a ainda mais ao submundo e à marginalidade. Os capoeiras vistos como mais perigosos para o Estado eram enviados para prisões em ilhas marítimas como a de Fernando de Noronha. Muitos desses capoeiras da época serviam de capangas pelo partido democrata, rival dos republicanos que acabara de entrar no poder (LEAL, 2002; SOARES, 1999). E por isso, eles foram perseguidos pelo governo do estado do Pará e usados para justificar uma perseguição em larga escala aos democratas, os que eram presos em Belém eram enviados principalmente para Macapá.

Esta situação de ação proibida por lei só teve fim em 1930, pelas mãos de Getúlio Dorneles Vargas. O mesmo foi movido pelos ideais modernistas de redescobrimto das raízes históricas e culturais brasileiras, tendo então promulgado uma lei que legalizava a capoeiragem em todo território nacional (REIS, 2000). Porém, séculos de discriminação não acabariam pela simples criação de uma lei, tendo esse fenômeno cultural até os dias de hoje um caráter marginal e sub-valorizado pela sociedade.

Um dos exemplos de política pública de proteção e inserção social através da capoeira em Belém que serão problematizados neste trabalho diz respeito ao Programa Federal de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Este programa federal é gerenciado em Belém pela Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), que trabalha com crianças de 7 a 16 anos em 15 bairros da periferia de Belém como Tapanã, Aurá, Guamá, Terra Firme e Jurunas, além do distrito de Icoaraci.

## **4 PROJETO CAPOEIRA NAS ESCOLAS: ESTRUTURA, AÇÕES E RESULTADOS**

Uma das mais antigas e estratégicas secretarias do município, a Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC) detém uma importância histórica e central para melhor entendimento da cultura política belenense principalmente sobre educação, cultura e assistência social. O capítulo que se segue visa sistematizar os dados coletados através do estudo de caso que teve como objeto o projeto “Capoeira nas Escolas”, uma iniciativa da SEMEC para cumprir com a Lei Federal 10.639/03 (BRASIL, 2003) que institui o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas e a Lei Municipal 8.319/04 que posiciona a capoeira enquanto tema transversal nas disciplinas das escolas públicas municipais (BELÉM, 2004). Portanto, aborda-se o tema das ações públicas de educação no município de Belém e como se dá a relação dos capoeiras com este contexto.

### **4.1 BREVE HISTÓRICO**

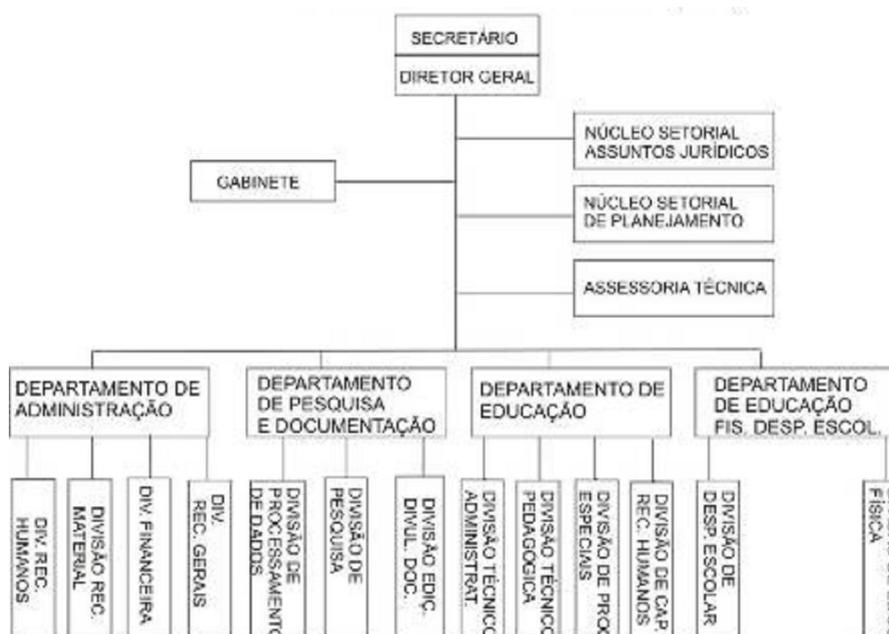
Inicialmente estabelecida como departamento de ensino da Prefeitura Municipal de Belém, em 1964, criou-se a Fundação Educacional do Município de Belém. Situação que foi alterada em 1968 pela Lei nº 6.558 com a criação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), segundo Belém (1992) com a finalidade de planejar, programar, coordenar e avaliar as atividades pertinentes à ação modular integradora da educação, cultura, desportos e lazer do município.

Posteriormente várias modificações no organograma foram feitas, principalmente pelo frequente processo de “emancipação” de vários departamentos e assim a sua necessidade de reestruturação. Instituições como a Coordenadoria Municipal de Turismo (BELEMTUR) antigo Departamento de Turismo (DETUR), FUNPAPA, FUMBEL antigo Departamento de Cultura (DECULT) e recentemente Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL) antiga CEAL foram instituições originárias do quadro funcional da SEMEC. A seguir será exposto brevemente como ocorreu o processo de “emancipação” de algumas instituições consideradas importantes para o presente trabalho.

#### *a) FUNPAPA*

Conforme as entrevistas feitas com funcionários mais antigos, a assistência social sempre teve um olhar especial na administração municipal. Essa atenção é decorrente da

administração frequente das primeiras damas, dessa maneira não havia problemas com questões orçamentárias e de recursos. Iniciada como um departamento para administração das creches municipais, a FUNPAPA se emancipou já com uma dotação orçamentária e estrutura, o que, como já visto, se ampliou com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).



Organograma 1 - Estrutura organo-funcional da SEMEC, aprovada em 1992

Fonte: SEMEC (2008)

#### b) FUMBEL

Provinda do antigo Departamento de Cultura e de Desporto da SEMEC, a FUMBEL foi emancipada por problemas orçamentários que limitavam e impossibilitavam as ações do departamento criado por uma administração municipal no início da década de 1990. Com objetivo de conseguir captação de recursos por outros caminhos, como pela iniciativa privada, a FUMBEL se efetivou com certa autonomia administrativa.

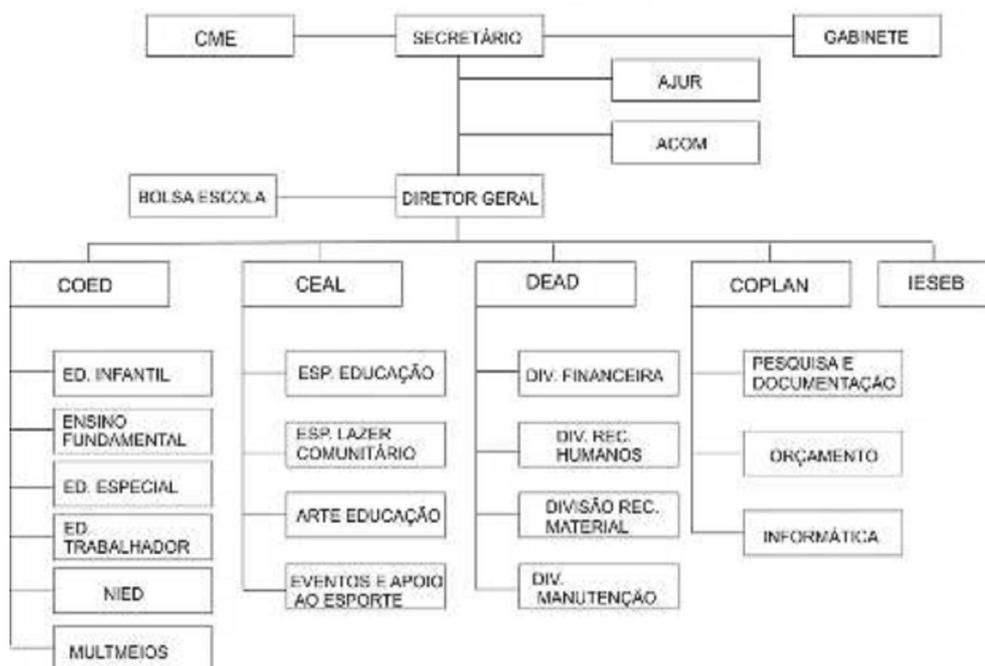
Porém, como será visto no Capítulo 6, a instituição por certo não conseguiu firmar tais parcerias, possuindo pouca capacidade de seu corpo técnico na elaboração de projetos e planos para captação de recursos. Tal realidade faz com que a instituição seja ainda totalmente dependente de recursos municipais, o que, aliado ao histórico descaso com o setor cultural, acaba limitando as ações da Fundação a políticas e governo pontuais e sem expectativas de continuidade. A única política cultural facilmente identificada no município de Belém diz respeito a Lei Municipal nº 7.850/97 denominada “Lei To Teixeira e Guilherme Paraense” de incentivo à cultura e ao desporto que será melhor abordada no Capítulo 6 (BELÉM, 1997).

c) *SEJEL*

Após o desligamento da cultura e desporto da SEMEC, as ações ligadas ao esporte da SEMEC se restringiram, como se pode perceber no Organograma 2, às ações internas ligadas à Educação Física, ficando com a FUMBEL ações direcionadas ao segmento desportivo de Belém através do CEAL.

Porém, em 2008, o CEAL já constava com grande suporte orçamentário adquirido junto a projetos ligados ao Ministério dos Esportes e Educação, ganhando a sua independência com a criação da SEJEL, que acaba trazendo consigo o departamento de esportes da FUMBEL. Porém o Organograma 2 até então não foi oficialmente alterado, estando ainda em vigência a estrutura publicada no Diário Oficial do Município de Belém nº 8.594 de 01 de setembro de 1997, ano XIX.

Uma reestruturação organizacional é tida como certa, pois a CEAL agora não pertence mais ao quadro da SEMEC. Situação que mudará provavelmente toda a estrutura funcional da administração pública municipal de Belém, levando em conta que a SEJEL já está em plena atividade, exercendo inclusive algumas ações antes de responsabilidade da FUNPAPA como as Atividades Sócio-Educativas (ASEC), além das referentes ao CEAL e à FUMBEL.



Organograma 2 - Estrutura funcional da SEMEC, aprovada em 1997

Fonte: SEMEC (2008)

#### 4.2 O PROJETO “CAPOEIRA NAS ESCOLAS”

Iniciado por influência das atividades de educação continuada promovida para cumprimento da Lei Federal nº 10.639/03<sup>4</sup> (BRASIL, 2003) aliado a Lei Municipal nº 8.319/04<sup>5</sup> (BELÉM, 2004) e tomando como modelo um projeto bem sucedido implementado na Escola Municipal Ida de Oliveira no bairro de Val-de-Cães, o “Capoeira nas Escolas” foi ganhando forma. Com a tutela da Coordenadoria de Educação (COED) o projeto teve início em junho de 2008 com atividades de capoeira em oito Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEIF), consideradas escolas estabelecidas em áreas precárias e de risco social elevado (Quadro 2).

Escola	Distr. Adm.	Nº de alunos	Dia da semana	Horários
Ida de Oliveira	Entroncamento	30	Quarta e quinta	17:30 às 19:00
		30	Terça e sexta	17:30 às 19:00
Rotary	Guamá	30	Sábado	8:00 às 11:00
Gabriel Lage	Benguí	60	Sexta e sábado	16:00 às 17:30 09:00 às 10:30
Parque Amazônia	Guamá	30	Sexta	7:30 às 9:30 9:30 às 12:00
Walter Caminha	Benguí	30	Sábado	15:00 às 18:00
Stelina Valmont	Gamá	30		
Inês Maroja	Sacramenta	60	Sábado	09:00 às 12:00
				15:00 às 18:00
Madalena Raad	Icoaraci	30	Terça e quinta	16:00 às 17:30

Quadro 2 - Dados sobre as EMEIF contempladas pelo “Capoeira nas Escolas”

Fonte: Fernandes (2008) a partir informações levantadas na administração do COED

Conforme a administração da COED, os principais objetivos a serem alcançados pela implementação do projeto “Capoeira nas Escolas” seriam:

- Desenvolver o senso crítico dos alunos a partir de reflexões sobre identidade, patrimônio cultural, cidadania, preconceito racial, discriminação, entre outros;
- Valorizar uma prática cultural significativa da cultura afro-brasileira;

<sup>4</sup> Lei que torna obrigatória o ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira no currículo do ensino fundamental.

<sup>5</sup> Lei que institui a capoeira como conteúdo transversal no currículo escolar do ensino fundamental de Belém.

- Desenvolver a capacidade de convivência em grupo, na medida em que a capoeira trabalha noção de respeito às regras do grupo e necessidade de coesão para alcançar o objetivo proposto;
- Combater o preconceito racial e trabalhar o formato de roda na capoeira onde todos são considerados em termos de igualdade quanto às possibilidades cognitivas e motoras, apesar da hierarquia do grupo;
- Desenvolver a capacidade de pensamento rápido dos alunos ao se deparar com as diversas situações do jogo;
- Desenvolver a capacidade de planejamento e observação, condição imprescindível para um capoeirista habilidoso;
- Possibilitar um trabalho interdisciplinar nas diversas disciplinas como Educação Física, História, Geografia, Arte, Língua Portuguesa, entre outras.

Com seu final estimado para janeiro de 2009, seria então neste período feita a avaliação final do projeto. Para isso será promovido um encontro com os educadores e mestres capoeiristas integrantes do projeto para avaliar e encaminhar ações pertinentes ao alcance dos objetivos propostos descritos acima.



Fotografia 1 - Mestre antigo de capoeira de Belém em aula na EMEIF Rotary Club no bairro do Guamá  
Fonte: Fernandes (2009)



Fotografia 2 - Professor de capoeira em aula do projeto Capoeira nas Escolas na EMEIF Ida de Oliveira no bairro de Val-de-Cães  
Fonte: Fernandes (2008)

Os profissionais foram escolhidos através de indicação de um grupo formado por pesquisadores e mestres de capoeira que vinham reivindicando junto à SEMEC o cumprimento da lei municipal dentro das EMEIF. O grupo de mestres em parceria com os técnicos da COED estipularam as escolas e os professores mais adequadas à execução do

projeto. A verba destinada ao projeto é do orçamento da própria SEMEC, não sendo feita nenhuma parceria estadual ou federal para sua execução.

*a) As EMEIF*

As EMEIF são instituições de ensino atualmente sobre a gestão da SEMEC, porém provindas das mais variadas origens. A Escola Municipal Professora Ida de Oliveira, por exemplo, antes era uma escola para filhos de trabalhadores da antiga Empresa de Navegação da Amazônia S. A. (ENASA), que posteriormente foi repassada à SEMEC (BELEM, 2008). Isso implica em escolas de estruturas bastante heterogêneas e com relacionamento historicamente diferenciado com a comunidade em que se insere.

Outra característica das EMEIF é a relativa independência no Planejamento Político Pedagógico (PPP) feito de maneira separada por escola e entregue posteriormente ao COED. Mesmo possuindo uma linha de ações pré-estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), cada EMEIF acaba desenvolvendo maneiras diferenciadas de executar e planejar estas ações. Neste contexto cada escola estipula o seu “Plano Pedagógico Integrado de Ações” que normalmente são delimitadas por períodos de um a dois anos e que são reavaliados ao final de cada período. O plano contém todas as ações a serem aplicadas, o conteúdo programático das disciplinas e das atividades extraclasse sendo um elemento norteador para a escola durante a sua vigência.

As relações entre as EMEIF são estimuladas pela COED que promove reuniões pedagógicas, técnicas e de diretores frequentes, além dos cursos de educação continuada e de oficinas de capacitação voltadas ao quadro funcional de toda a SEMEC e de suas EMEIF. Tais estímulos visam o estreitamento das relações entre as escolas que compartilhariam experiências e discutiriam novas oportunidades e potencialidades pedagógicas e administrativas. No caso da educação continuada, as pretensões principais seriam uma melhor adequação dos funcionários para com as novas propostas adotadas pelo MEC como a LDB e a Lei federal 10.639/03 que estipulam elementos pedagógicos mais participativos e incluídos.

Quanto às relações entre as escolas e outros centros da administração municipal, o que se percebe é uma relação não muito próxima, como exemplo os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) da FUNPAPA, que se restringem geralmente a relatórios que são

enviados sobre a conduta escolar e comportamental das crianças participantes dos programas federais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

No que diz respeito às atividades extracurriculares, a independência das EMEIF se faz presente, aonde cada escola pode elaborar projetos ou receber propostas da comunidade para execução de ações das mais variadas. No caso da escola Ida de Oliveira, localizada no Distrito Administrativo do Entroncamento (DAENT), o projeto foi proposto pelo professor de capoeira residente no bairro. Foi entregue o projeto à coordenação da escola que aprovou a sua execução e atualmente é a única atividade extracurricular executada na escola.

Outro exemplo é a escola Parque Amazônia no bairro do Tapanã que atualmente possui várias atividades nos fins de semana referentes ao programa Escola Aberta da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC) e executada pela SEJEL. No caso da escola em questão também está sendo aplicado o projeto Capoeira nas Escolas de gestão da SEMEC. Os dois exemplos refletem a diversidade de cenários que se encontram as ações da SEMEC, tendo cada EMEIF a autonomia de perceber demandas da comunidade e solicitar ações através de seus PPP. Por isso se viu necessário uma breve contextualização sobre o programa Portas Abertas e da SECAD para que se tenha uma visão sobre o ambiente em que o “Capoeira nas Escolas” foi concebido.

#### *b) Programa Escola Aberta*

Criado em 25 de outubro de 2004 pela RESOLUÇÃO/CD/FNDE/Nº 052 com o propósito de aproximar as escolas à comunidade na qual atuam, o MEC através da SECAD instituiu o programa Escola Aberta, que objetiva criar parcerias de todas as esferas para a utilização dos espaços da escola para atividades demandadas pela comunidade que a escola pertence. Em busca da melhoria das ações pedagógicas públicas, de uma educação transformadora mais socialmente participativa e cidadã o Programa Escola Aberta: educação, cultura, esporte e trabalho para a juventude propõe:

[...] a promover a ressignificação da escola como espaço alternativo para o desenvolvimento de atividades de formação, cultura, esporte, lazer para os alunos da educação básica das escolas públicas e suas comunidades nos finais de semana [...] propõe a *formação integral*, capaz de desconstruir o

muro simbólico entre escola e comunidade e entre educação, cultura, esporte e lazer (BRASIL, 2007, p. 4).

A ressignificação da escola visa diminuir a distância entre o ensino público e o cotidiano das comunidades, estabelecendo ações diversificadas para todas as faixas etárias e de maneira mais participativa com o lugar. Para isso, as atividades prezam por valorizar o saber local, o conhecimento não-formal para combater a tendência histórica excludente e reafirmadora do *status quo* das instituições de ensino. No que diz respeito a recursos, o programa tem a parceria do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), fundo que possui investimentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e que visa a melhoria do acesso e da qualidade do ensino em todo país. Em Belém este programa tem a gestão da SEJEL e já trabalha com 15 EMEIF listadas no Anexo B.

Os critérios para ser beneficiado pelo programa são estabelecidos pelo Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (IDEB) e levam em conta rendimento escolar feito através de exames como a Prova Brasil e o SAEB. O programa atualmente é administrado pela SEJEL que tem a função de acompanhamento e seleção das escolas que são beneficiadas pelo projeto, aonde a verba federal é direcionada a esta secretaria para a gestão do projeto em nível local.

#### 4.3 DISCUSSÃO

Por ser uma área vista historicamente como estratégica para o setor político, a pasta da educação em Belém sofreu ao longo dos anos transformações de toda a sorte, alterando às vezes de forma radical suas ações adaptando-se as plataformas de governo e suas “visões” sobre educação. Contudo, com a nova legislação federal e a implementação da Lei de Diretrizes Básicas da Educação as intervenções públicas no setor acabaram sendo melhor controladas, dando assim maior continuidade e direção às ações educacionais em todo Brasil. Portanto, a SEMEC vem alterando o foco de suas atuações em Belém. Em 1968, foi responsável inicialmente pelas políticas públicas municipais de ação social, turismo, cultura, educação e ações desportivas, chegando no ano de 2008 à restrição administrativa apenas referente à gestão da educação fundamental através da COED dentro das EMEIF.

Mesmo assim, a SEMEC sempre se caracterizou pela expressiva quantidade de projetos e programas por ela administrados através das mais variadas parcerias, principalmente de nível federal, com aprovação de projetos e captação de recursos das mais variadas instituições federais. Por ter a maioria do seu quadro funcional educadores concursados, a Secretaria de Educação consegue uma relativa sequência mudando somente os cargos de confiança e de gestão aonde projetos como o da educação continuada tem efeitos mais consistentes pela estabilidade de seus funcionários.

Contudo, a estabilidade pode gerar problemas como a institucionalização de estruturas rígidas e cada vez mais burocráticas que impedem uma adaptação melhor às mudanças ocasionadas por uma realidade cada vez mais globalizada e instável. Esse problema de certa maneira crônico pode ser o causador das frequentes “emancipações” de alguns setores da SEMEC, dificultando um diálogo horizontal entre esses setores e, assim, incentivando ações cada vez mais isoladas e diacrônicas. Portanto, a falta de um elemento sincronizador das ações de cultura, esporte, educação e turismo, inicialmente incorporado pela SEMEC gera ações setoriais cada vez mais isoladas e sem visão estratégica de médio e longo prazo.

As ações de capoeira são o exemplo mais fiel de tal desencontro, aonde em algumas escolas ocorrem duas atividades de capoeira administradas por setores diferentes da mesma administração pública municipal sem nenhuma conexão entre elas. Mesmo assim, as ações de capoeira são vistas como eficientes e eficazes para o que elas se propõem a fazer, ou seja, retirar crianças e adolescentes da situação de risco social. No entanto, a realidade apresentada também indica uma despreocupação total com a real valorização e a sustentabilidade destes bens culturais populares que, assim como a capoeira, possui uma já comprovada ação minimizadora das diferenças sociais através da valorização de símbolos característicos das classes populares dentro da sociedade em que atua.

O projeto “Capoeira nas Escolas” foi um projeto concebido coletivamente com o segmento de capoeira e os técnicos da SEMEC/COED, ou seja, uma intervenção baseada na participação popular em sua concepção. Conforme depoimentos e questionários coletados a equipe criada para a elaboração do projeto era formada em sua maioria por mestres mais antigos, valorizando e incorporando assim esses saberes vividos no tempo e espaço de tais sujeitos. Isso possibilitou a elaboração de objetivos direcionados tanto para a atividade de capoeira enquanto meio ou função prática, quanto ela própria enquanto bem cultural simbólico.

Em relação ao primeiro, a capoeira seria um meio para fins de ocupação saudável com inserção de valores cívicos a crianças e adolescentes em situação de risco. Enquanto que para

o segundo, era visada a valorização simbólica da capoeira como bem cultural popular focando-a enquanto fim. A aplicação do projeto na íntegra visava um acesso mais democrático a esse saber, pois pretendia incluir a capoeira de maneira transversal em algumas disciplinas do quadro das escolas municipais escolhidas.

No entanto, a sua execução efetiva acabou sendo direcionada para a inserção social e pouco foi feito no sentido da sua valorização simbólica, pois na sua prática o projeto contemplou crianças matriculadas nas escolas com problemas disciplinares e de hiper-atividade. Problemas principalmente de ordem burocrática e de pessoal qualificado foram os principais obstáculos percebidos na execução dos objetivos que visavam uma maior interação e integração da capoeira no processo ensino/aprendizado dentro dos PPP. Por ser uma proposta integrada ao modelo de inserção da cultura afro-brasileira nas escolas, o projeto “Capoeira nas Escolas” ainda carece de um melhor entendimento sobre a capoeira dentro do quadro funcional da SEMEC que possa oferecer um maior alcance no que diz respeito ao ensino da capoeira nas diversas disciplinas de forma transversal como estipula a lei municipal 8.319/04.

As atividades de qualificação do corpo docente da Secretaria em questão estão sendo feitas através de um projeto de educação continuada oferecida aos funcionários da instituição. São palestras e cursos sobre a história afro-brasileira, dos seus rituais, práticas e culturas que refletem a tentativa de enquadramento da instituição com a lei federal. Pela independência das EMEIF no que diz respeito ao planejamento, o retorno mais significativo destas ações irá depender, além da forma de gestão de cada escola, da sua relação com a comunidade. Por isso as diferenças na aplicação efetiva tanto da lei federal quanto da municipal são em grande parte devido às diferentes formas de gestão aplicada a cada EMEIF, sendo a adoção deste formato mais participativo e incluyente da educação em toda a rede municipal um projeto de médio a longo prazo.

Uma avaliação preliminar do projeto indicou um retorno positivo no sentido da melhoria do rendimento escolar das crianças e da melhor convivialidade social reafirmando mais uma vez a eficácia da capoeira para estes fins. De acordo com um dos mestres que participou do processo “... a capoeira já não precisava provar mais nada, todo mundo já sabe que ela é uma atividade que tira a criança do caminho da marginalidade. Mas a capoeira não é só isso!”. Em referência aos objetivos ligados à interdisciplinaridade pouco se avançou, já que umas das maiores reclamações dos professores de capoeira dizem respeito ao pouco ou nenhum apoio das escolas ao projeto. Pela fala de um dos mestres “A gente parece que esta lá contra a vontade deles... parece que eles fazem isso obrigados, que tão fazendo um favor para

gente”. Neste ponto a capoeira ainda foi executada de maneira marginal de atividade extracurricular, sendo a pouca informação sobre a capoeira e suas peculiaridades vistas pelos mestres e professores de capoeira como o maior obstáculo a ser superado.

A questão de captação de recursos pode ser outro ponto a ser problematizado para a discussão proposta. O projeto “Capoeira nas Escolas” foi a culminância de uma sequência de três ações da SEMEC visando a aplicação da lei federal. A primeira fora o projeto denominado “A cor da cultura” com parceria da Fundação Rômulo Maiorana. A segunda ação, agora em parceria com a Universidade de Brasília (UNB), que ofereceu o curso Africanidades Brasil. O último e decisivo evento em parceria com a SECAD atingiu um público de 200 professores com o Curso de Formação Continuada em História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

Como visto, em todas as etapas foram feitas parcerias que contribuíram com infraestrutura de recursos materiais e financeiros que contribuíram para uma execução mais abrangente de tal ação. Por ser visto como um projeto experimental, o “Capoeira nas Escolas” não contou com nenhum auxílio deste tipo, sendo discretos os recursos destinados ao projeto e bastante insipiente a mobilização para participação dos funcionários das escolas nas quais o projeto pretendia intervir. Tal ausência, segundo os professores de capoeira, dificultou em muito o comprometimento das escolas para a execução plena do projeto.

#### 4.4 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

No caso da SEMEC, por sua configuração histórica percebe-se que passou por processos de ajustamento político e administrativo aonde várias de suas funções iniciais foram desvinculadas da instituição. Por ser uma área marcada por intensas tensões em todas as esferas de governo, o setor educacional se caracteriza por uma representação mais fiel das disputas simbólicas historicamente travadas pelos segmentos ou grupos sociais. Por isso a educação institucionalizada pela escola que inicialmente tem um caráter de legitimação de um modelo educacional que reproduzia apenas a cultura dos segmentos ou grupos dominantes (BOURDIEU; PASSERON, 1998), aos poucos ganha novas funções e novos formatos. Porém, assim como nos outros setores da administração pública, a cultura política e a formação cultural se transformam de maneira lenta e gradual. Com isso toda a articulação e interferências no processo de ensino/aprendizagem só surtirão efeitos mais concretos a médio e longo prazo.

De início pode-se situar o sistema de ensino como um ator decisivo no processo das disputas simbólicas, estratificando hierarquicamente valores e saberes por ser um agente legitimador de conhecimentos dentro das sociedades (BOURDIEU; PASSERON, 1998). Com isso a institucionalização política desse sistema aqui no Brasil, iniciada durante o período modernista, era vista como um dos pilares principais para se alcançar o desenvolvimento econômico, de se criar uma cultura industrial, voltada ao trabalho precisava ser legitimada. Em consonância, neste período houve uma forte ação política no sentido de controlar o sistema de ensino brasileiro para que se tivesse nas mãos a formação educacional da sociedade brasileira.

Como dito, em contraposição à ideia desenvolvimentista de base capitalista industrial, surgiram conceitos que levavam em conta indicadores como índice de desenvolvimento humano, equidade social, qualidade ambiental e distribuição de renda (BUARQUE, 1999). Assim, a educação no Brasil começa um processo de mudança em suas diretrizes básicas sendo um dos grandes avanços nesse sentido a Lei Federal 10.639/03 incluindo o ensino da cultura afro-brasileira no conteúdo escolar, direcionado para servir como ferramenta básica para equidade social, pois estaria nas escolas a transmissão de valores e símbolos ligados a culturas historicamente pormenorizadas no processo de construção cultural da sociedade brasileira (BRASIL, 2003).

Além de visar garantir o critério da equidade social, identificado por Sachs (1993) como fundamental para se alcançar o desenvolvimento sustentável, a nova visão do ensino público includente e participativo também contemplariam em tese a sustentabilidade cultural desses saberes populares. As ações de inclusão do ensino da cultura afro-brasileira no sistema escolar gerariam um ambiente propício para a transmissão dos saberes endógenos populares assegurando a sustentabilidade cultural dos mesmos. O ambiente psicossocial adequado de Viertler (1999) serviria aqui para transmissão de conhecimentos não-formais através da escola que, em parceria com a comunidade, garantiriam a manutenção destas culturas vivas no cotidiano do local.

A mudança de paradigmas do conceito de educação sofrida a nível federal vem gerando um processo de adaptação com a realidade local. No município de Belém, como consequência, a SEMEC vem negociando suas atividades com as ações federais e a realidade política do local. Porém alguns requisitos essenciais ainda resistem ao processo de mudança como a municipalização do ensino fundamental que ainda é um desafio distante de ser realizado.

Assim a descentralização tanto econômica quanto social e política, explicitada por Buarque (2002) como um aspecto complementar importante no rumo do desenvolvimento local, se encontra aplicada de maneira parcial na pasta da educação em Belém. A autonomia de gestão e o planejamento pedagógico conquistado pelas escolas municipais se contrapõem à dependência do repasse dos recursos para execução das atividades dos órgãos superiores. Realidade que pode ser vista como descentralização dependente (BUARQUE, 2002) aonde aspectos políticos e econômicos condicionam historicamente a atuação da instituição em questão.

O processo inicial de descentralização da educação teve como característica o modelo Estado-Estado (BUARQUE, 2002), aonde o repasse foi feito da União para os municípios. Com as novas diretrizes e leis a administração em vigor das escolas tem que ser administradas através de um conselho escolar formado por representantes da sociedade civil e das instituições públicas o que caracterizaria o que Buarque (2002) denomina de uma descentralização Estado-sociedade. Apesar disso a margem de manobra desses conselhos ainda é restrita tendo ainda o município através da SEMEC poder decisivo no processo.

A antes homogênea maneira de se ver a sociedade e a sua reprodução através do sistema de ensino fora modificada por uma visão mais complexa e estratificada da sociedade tentando assim desestigmatizar a escola como uma sutil institucionalização e legitimação da cultura erudita (BOURDIEU, 1975). Em consonância com Demo (1980) a educação pública passa por um processo de aproximação do âmbito social embora a sua estrutura funcional ainda não estivesse preparada para tais mudanças. As atividades de educação continuada são um exemplo de incursões com a finalidade de requalificar os funcionários para as novas exigências postas pelo MEC.

O projeto “Capoeira nas Escolas” foi viabilizado através dos cursos promovidos pela educação continuada visando a implementação da lei federal do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas públicas. Exemplo que constata a importância do canal de diálogo que se abre da SEMEC com a cultura popular para o surgimento de soluções inovadoras e adaptadas à realidade local. Nos cursos e palestras ofertadas foram convidados palestrantes tanto da universidade quanto pessoas ligadas aos segmentos sociais populares detentores destes conhecimentos não-formais. Por consequência, o projeto foi formatado com o auxílio do segmento de capoeira, tanto do setor acadêmico quanto do popular gerando um processo de aprendizado ímpar entre academia, setor público e comunidade, mesmo que ainda majoritariamente direcionado pelo segundo.

A inserção de valores como a importância do respeito às diferenças estão sendo feitas na SEMEC através do programa de educação continuada viabilizado pelas parcerias firmadas entre a COED/SEMEC junto a várias instituições como a SECAD/MEC. O programa oferece aos funcionários da instituição a possibilidade de requalificação para com a nova realidade, mas os arranjos políticos e sociais historicamente construídos no local resistem e negociam com tais políticas federais. Essa negociação se dá de diferentes maneiras em cada EMEIF variando em sua intensidade e forma as relações de conflito e consenso com a nova diretriz. A conscientização primeiramente dos educadores e funcionários para que sejam agentes fomentadores da diversidade e consciência sociocultural dos mais variados segmentos sociais é um dos principais desafios para a implementação efetiva do novo conceito de educação pública.

Através da pesquisa realizada, percebe-se a falta de uma parceria mais efetiva entre as pastas de ação social, cultural e de educação, pois a necessidade de aproximar a educação do âmbito sócio-cultural é um dos aspectos mais relevantes defendidos pelo modelo de educação inclusiva. A FUNPAPA, que através do SUAS vem adquirindo um aprimoramento de suas ações participativas com a comunidade local poderia ser um estratégico parceiro para este fim. O que falta em um é prioridade no outro e vice-versa. A falta de profissionais da assistência social no quadro da SEMEC se percebe que é da mesma dimensão da falta de um planejamento mais pedagógico e processual nas ações da FUNPAPA. Presume-se então haver uma clara potencialidade de melhoria significativa das ações caso fossem feitas de forma integrada.

Mais uma vez se faz importante no processo as influências das relações de poder explicitado por Frey (2000), aonde o sistema de ensino, igualmente aos outros sistemas já descritos, também se caracteriza um campo de articulação e confronto das várias forças de poder materializando-se principalmente na esfera local. Por isso o município de Belém, através da SEMEC, se configura como uma arena materializada de disputa dos segmentos sociais no processo de reprodução social. Historicamente esta disputa sempre teve como hegemônicos os valores eruditos baseados no modelo educacional etnocêntrico e eurocentrado, os quais os movimentos sociais por igualdade racial e democracia cultural vêm intensivamente combatendo. A lei federal de ensino da cultura afro-brasileira nas escolas públicas e particulares é tida como umas das suas principais vitórias.

Em termos de resultados concretos ou *policy*, o projeto “Capoeira nas Escolas” indicou uma ação prática das várias ações que a SEMEC vinha realizando para com seu quadro funcional no sentido de qualificá-los para o novo desafio da educação incluyente,

multicultural e participativa. Uma real mudança no processo de elaboração das ações, pois o projeto foi discutido com representantes do segmento da capoeira além de pesquisadores acadêmicos da área. Ou seja, no projeto é proposto, em sua concepção, um diálogo com os segmentos sociais e com a academia democratizando assim a visão das ações a serem implementadas. Na realidade prática, a intervenção proposta acabou apenas tendo resultados no que diz respeito à melhoria do rendimento escolar e comportamental dos alunos, ficando a questão da transmissão do conhecimento simbólico da capoeira enquanto bem cultural claramente prejudicado por alguns motivos.

Primeiramente, as parcerias antes feitas na aplicação das ações qualificação não ocorreram nesta fase probatória do projeto, limitando significativamente a sua plena execução. Ou seja, na prática a *policy network* que na fase de treinamento se articulou, na fase de implementação, mesmo de maneira experimental, não se articulou em nenhum momento, nem com potenciais provedores de recursos nem com os potenciais colaboradores funcionários das EMEIF. Confirmando a importância do local não só pela relevância de sua cultura do cotidiano, mas também por sua cultura política e institucional, a não abertura de um canal de diálogo com as escolas gerou uma situação de resistência muitas vezes por falta de informação.

A utilização do *policy arena* do sistema escolar como forma redistributiva e participativa almejada por Demo (1980) vista como uma das metas do MEC ainda é embrionária, muito discutida e pouco experimentada na prática. A estrutura antes burocrática e conciliadora das atividades de turismo, ação social, cultura, desporto e educação da SEMEC foi gerando um processo de emancipação, tornando-se uma estrutura mais horizontal e setorializada com pouca convergência. Com a emancipação dos departamentos antes subordinados a SEMEC os setores foram perdendo o seu elemento aglutinador desenvolvendo ações cada vez menos coordenadas. Mesmo tendo tido as emancipações, os mais diversos motivos, desde os mais técnicos até os mais políticos, por uma visão estratégica, todas essas “alforriações” não presaram por nenhum resquício de diálogo, setorializando de forma incisiva as suas ações.

Como consequência do processo que desvencilhou os vários departamentos do comando da SEMEC, o *policy cycle* das ações práticas se configura uma dimensão bastante descontínua e de constantes mudanças tanto técnicas quanto política. Pela quantidade de mudanças no seu quadro funcional, a SEMEC teve que ir se adaptando e especializando suas ações cada vez mais focadas na educação básica. Os critérios, por sua vez, também sofreram

várias mudanças principalmente com as novas leis federais baseadas nos direitos universais da educação e da pluralidade cultural defendidos e patrocinados pela UNESCO.

Em sua dimensão subjetiva, ou *politics*, essa nova repaginação do sistema educacional implementada pelo MEC alterou de maneira radical as tensões e acomodações no âmbito do sistema educacional local, estando ainda em processo inicial e por isso pouco digno de análises mais aprofundadas. Porém, o que se pode já perceber é que o principal ponto de tensão se encontra no diálogo baseado em argumentos mais tecnocráticos do que participativos. Pois a lei federal instituiu que o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas é argumentado mais como obrigatoriedade com necessidade de adaptação técnica e menos com um dever baseado no exercício das diferenças através de valores mais participativos e democráticos. Tal situação pode ser definida em sua dimensão institucional, ou *polity*, como de transição entre um momento de cultura política de súditos para uma mais participativa, pois algumas escolas já têm exercitado a questão do diálogo com a comunidade ao seu entorno desenvolvendo ações voltadas às necessidades da comunidade e menos às demandas políticas.

Como o único dos três estudos de caso que tem em sua concepção a capoeira como atividade fim, o projeto “Capoeira nas Escolas” na prática acabou reproduzindo a cultura política da capoeira como um dos principais meios de inserção social de crianças e adolescentes em situação de risco. O senso comum que é compartilhado entre as instituições públicas municipais da capoeira como ferramenta, mais uma vez prevalece sobrepondo-se às ações que garantissem uma sustentabilidade maior da capoeira. Mesmo sendo uma reivindicação prioritária dos capoeiras para que fosse oferecida infraestrutura mínima necessária para que as aulas pudessem contemplar todo o conjunto simbólico que a capoeira detém, não fora possível ser assegurada pela coordenação da SEMEC.

Como nos outros estudos sobressaiu a criatividade e adaptação dos educadores de capoeira para que conseguissem transmitir um mínimo destes conhecimentos. Portanto mantiveram-se em todas as atividades executadas algumas das características básicas da metodologia de ensino pela não-formalidade como a oralidade e a observação além do aprender fazendo (GOHN, 1999), pelo que se percebeu, fora minimamente preservadas. Principalmente pelo pouco tempo disponibilizado, algumas das peculiaridades dos chamados métodos tradicionais pedagógicos (ABIB, 2006) não foram ponderados. A valorização e a construção da experiência individual, o amadurecimento através de um vínculo mais estável entre mestre/discípulo é um elemento que se constrói a médio e longo prazo e com ações mais continuadas.

Um ponto importante percebido na pesquisa reflete um avanço em direção à inserção de valores ligados à valorização da experiência social construída no local. A constituição de um quadro de professores de capoeira residentes ou atuantes na comunidade aonde se encontra as escolas e a faixa etária mais elevada destes profissionais em comparação aos outros estudos de caso reflete este avanço, mesmo ainda não sendo considerado ideal pelos capoeiras a possibilidade de um estreitamento maior dos capoeiras com seus alunos através da convivência cotidiana. O convívio de professor e aluno em uma mesma comunidade auxilia a construção de um sentimento de pertença e para a criação de uma identidade cultural e social construídas por relações mais estáveis e frequentes.

Dos professores de capoeira participantes do projeto apenas um não reside na comunidade ao entorno das escolas, colaborando assim com a transmissão das experiências e sabedoria dos professores e mestres para os seus alunos. Mesmo criando-se um ambiente favorável para a transmissão da capoeira enquanto cultura popular pela maneira participativa com o cotidiano dos alunos e discípulos, o conjunto simbólico referente à capoeira não se vê contemplado. As aulas rítmicas, de ensino das regras e rituais da roda de capoeira foram prejudicadas pela falta de instrumentos de percussão como berimbau, atabaque e pandeiro, essenciais para a prática das rodas de capoeira. O que ocasionou uma ausência de uma metodologia que abrangesse mais as variedades de temas que a capoeira possui. Ou seja, no projeto se tem a condição psicossocial, porém sem os recursos necessários para uma transmissão adequada.

Por fim, como o projeto tinha caráter experimental, a promoção do batizado visto como o ritual de iniciação do aluno no mundo da capoeira (ABIB, 2006) não foi possível ser efetivado. Situação que gerou alguns percalços como a evasão acima do normal de alunos em algumas escolas, pois as atividades do projeto terminariam em dezembro, período em que os alunos já se encontram de férias escolares e sem mais nenhum elemento motivador para sua permanência nas aulas de capoeira. Desta maneira, o batizado de capoeira se apresenta também neste estudo de caso como um problema não resolvido.

## **5 PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: ESTRUTURA, AÇÕES E RESULTADOS**

São abordadas neste capítulo as informações coletadas sobre a Fundação Papa João XXIII, instituição responsável pelas ações ligadas à assistência social, porém o foco proposto se delimita ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), um programa federal administrado pelo município e que tem a capoeira como uma das principais Atividades Sócio Educativas (ASEC). Por isso, a contribuição esperada na análise da prática da capoeira nas ações de assistência social ganha importância aqui para um melhor entendimento das interferências das ações públicas municipais para com a capoeiragem local.

### **5.1 BREVE HISTÓRICO**

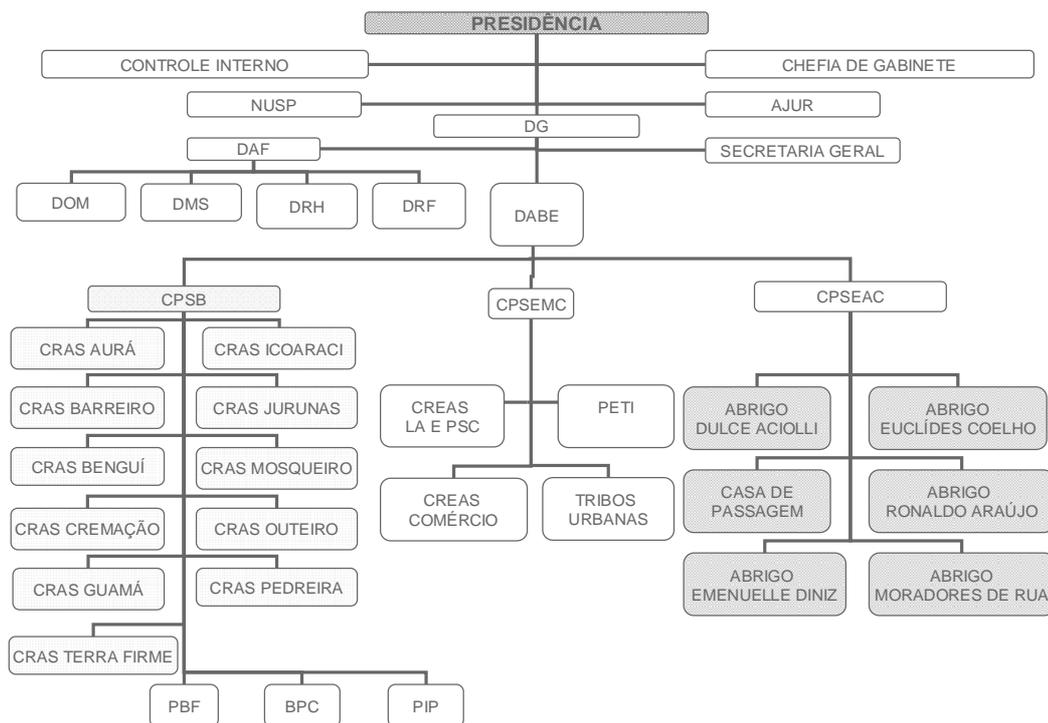
A Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) foi criada no dia 08 de maio de 1966, através da Lei Municipal nº 6.022 (BELÉM, 1966), dentro de um processo brasileiro social-econômico expansionista em relação à Amazônia. Dentro de um contexto desenvolvimentista do Estado ditatorial militar, a FUNPAPA tinha a perspectiva de conter as insatisfações da população decorrentes do acirramento das contradições sociais em Belém. Como se depreende em Belém (1996), ações que visavam uma racionalização da Assistência Social objetivando um “ajustamento social” centralizando o problema no homem.

Com o processo de redemocratização na década de 1980, a FUNPAPA ganha novos rumos baseados em conceitos progressistas aonde a reabertura e a democracia realimentavam ações norteadas por ideais como a defesa dos direitos humanos, direitos da mulher e da criança. Ideais estes apoiados e difundidos fortemente também por organizações internacionais como a UNESCO.

Em 1996 a FUNPAPA já era constituída de 04 departamentos: Departamento Financeiro, Departamento Administrativo, Departamento de Assistência à Criança e ao Adolescente e Departamento de Assistência Pública. Porém, em 2005 ocorre um fator determinante para a construção funcional e social da FUNPAPA, a criação do SUAS, que visa a:

[...] regulação e organização em todo território nacional dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de caráter continuado ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil [...] (BRASIL, 2008, não paginado).

Tal política federal dá um novo direcionamento às políticas de assistência social em todo país, estipulando competências e responsabilidades para as esferas federais, estaduais e municipais. Estabelece-se assim um novo ordenamento nas ações do setor, o SUAS define as ações por nível de complexidade sendo assim dividido em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Outro fator importante no sistema é que, visando a descentralização e territorialização de suas ações, o SUAS visa principalmente o acolhimento e suporte à família, estipulando-a como núcleo decisivo no atendimento de indivíduos em situação de risco.



Organograma 3 - Estrutura funcional da FUNPAPA, aprovada em 2005

Fonte: FUNPAPA (2008)

Em continuidade com os preceitos acima descritos, a FUNPAPA em 2005 instaura em seu organograma funcional e estrutural o SUAS (Organograma 3). Percebe-se através de seu organograma o direcionamento maior do seu corpo funcional à atividade de execução propriamente dita. De um lado compõe a estrutura administrativa e de planejamento que começa na presidência e de outro a estrutura responsável pela execução dos programas, projetos e serviços de assistência social coordenado pelo DABE. O Organograma 3 mostra ainda a subdivisão do setor executivo em três eixos distintos: o Centro de Proteção Social Básica, o Centro de Proteção Social Especial de Média Complexidade (CPSEMC) e o Centro de Proteção Social de Alta Complexidade (CPSAC).

## 5.2 PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O PETI é um programa federal dentro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, criado em 1996, e implementado em 2000 em Belém com o objetivo de retirar crianças e adolescentes de 7 a 15 anos do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante (BRASIL, 2008). Tem por finalidade erradicar as chamadas piores formas de trabalho infantil no país<sup>6</sup>, aquelas consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. Para isso, o PETI concede uma bolsa às famílias desses meninos e meninas em substituição à renda que traziam para casa. Em contrapartida, as famílias têm que matricular seus filhos na escola e fazê-los frequentar a jornada ampliada.

Considerado um programa que atende situações de média complexidade o mesmo é administrado (Organograma 3) pelo Centro de Proteção Social Especial de Média Complexidade estabelecido fisicamente na sede da FUNPAPA em Belém. No entanto as ASEC, que condizem com a jornada ampliada obrigatória, são executadas pelos CRAS que são centros ligados à baixa complexidade. Assim, os CRAS representam uma “peça-chave” dentro da aplicabilidade do PETI em Belém.

### *a) Os CRAS*

Os CRAS são centros ligados ao Centro de Proteção Social Básica da FUNPAPA onde se encontram também as unidades mais antigas deste órgão público. São ao todo 11 CRAS distribuídos pelos bairros identificados como em situação de vulnerabilidade e risco social. Estes centros são responsáveis pela administração dos programas: Programa Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC) e o Programa de Inclusão Produtiva (PIP). No entanto, como já foi visto, programas de média complexidade como o PETI e o ProJovem são executados dentro dos CRAS por serem estabelecimentos mais adequados e de maior quantidade para melhor suprir as demandas por essas atividades. Então as atividades do PETI acabam administradas pelo CPSEMC, porém executadas pelos CRAS e diretamente dependentes da verba federal (Quadro 3).

---

<sup>6</sup> Portaria nº 20, de 13 de setembro de 2001, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego. Entre elas, podem ser citadas as atividades em carvoarias, olarias, no corte de cana-de-açúcar (*Saccharum Officinarum*), nas plantações de fumo (*Nicotiana Tabacum*) e lixões.

DESCRIÇÃO - CRAS	DATA DE FUNDAÇÃO	Nº DE ASEC PETI	CONTRATADOS PETI / ASEC	CONTROLE DO PETI NOS CRAS	CRIANÇAS ATENDIDAS PETI
Aurá – Semente do Amanha	1997	07	02	1 TEC PETI 1 CONCUR	90
Cremação - Escola Circo	1998	06	01	1 TEC PETI 1 CONCUR	75
Pedreira – Aldeia Cabana	1997/1998	04	04	TEC PETI (CONCURSADA)	228
Guamá – Linceu de Artes e Ofício	1998	06	03	PEDAGOGO (CONCURSADO)	120
Mosqueiro -	1998	06	03	1 CONTRAT. (DAS)	150
Jurunas	2005	04	04	TEC SUAS (FUNPAPA)	90
Benguí	2005	02	01	1 CONTRAT. (DAS)	50
Terra Firme	2005	05	04	1 CONCURSADO	180
Barreiro	2005	04	02	1 CONTRAT. (DAS)	100
Outeiro	2005	02	01	1 CONTRAT. (DAS)	48
Icoarací	2005	06	04	1 CONTRAT. (DAS)	130
<b>TOTAL</b>		<b>52</b>	<b>29</b>		<b>1.261</b>

Quadro 3 - Dados quantitativos sobre a ação do PETI dentro dos CRAS 2008

Fonte: Fernandes (2008) a partir informações das administrações dos CRAS

Assim como as EMEIF da SEMEC, os CRAS são espaços bastante diferenciados pois alguns faziam parte de projetos anteriores que foram adaptados ao novo modelo do SUAS e outros que são residências adquiridas pelo município. Como exemplo da Fotografia 3 pode-se observar a fachada do CRAS da Terra Firme que anteriormente era uma residência e que foi adaptada para que se fosse implementado um Centro do CRAS. Ao outro ponto pode-se dar como referência, conforme a Fotografia 4, ao CRAS do Aurá, antiga residência oficial do Prefeito de Belém e que atualmente funciona, além do CRAS Aurá, algumas atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA).



Fotografia 3 - Casa alugada para funcionamento do CRAS da Terra Firme  
Fonte: Fernandes (2008)



Fotografia 4 - Estrutura física da antiga residência oficial do prefeito de Belém, atual CRAS do Aurá  
Fonte: Fernandes (2008)

Para receber a bolsa do programa PETI, as famílias têm que assumir compromissos com o Governo Federal, garantindo:

- Frequência mínima das crianças e adolescentes na escola e na jornada ampliada equivalente a 75% do período total;
- Afastamento definitivo das crianças e adolescentes menores de 16 anos do mercado de trabalho;
- Participação das famílias nas ações socioeducativas e de ampliação e geração de renda que lhes forem oferecidas;

O cumprimento de tais compromissos é executado também pelos CRAS através de relatórios periódicos das ASEC e de dados fornecidos pela família como boletim escolar e frequência. Os monitores ou oficinairos que executam as atividades são selecionados das mais variadas formas e contratados quase que totalmente através de contrato temporário, sendo o treinamento e o aperfeiçoamento um fator de risco pela pouca ou nenhuma estabilidade destes profissionais.

### 5.3 DISCUSSÃO

O processo de normatização federal das ações em assistência social, materializado pelo SUAS, tem a pretensão de regulamentar tais intervenções em todo o território federal. Porém percebe-se que, embora esteja em vigor a nova estrutura organizacional, na prática o

que ocorre é uma certa negociação do sistema com as diversas e complexas realidades representadas principalmente pelos CRAS existentes em Belém. Portanto a FUNPAPA carrega uma mistura de tradição em ações ligadas ao modelo político-religioso municipal adaptada a um moderno e desafiador plano federal de combate às desigualdades sociais.

A FUNPAPA representa então a concentração das intervenções municipais, estaduais e federais na área da equidade social, aonde se tenta minorizar as desigualdades de oportunidades sociais causadas pelo processo desenvolvimentista de base capitalista implantado na Amazônia desde o período militar. Os informantes entrevistados relataram que o pioneirismo na área da assistência social dentro da região é dado à Igreja Católica que primeiro implementou ações de assistência social de cunho caritativo, cultura arraigada nos costumes e tradições católicas.

A parte maior dos recursos federais são destinados a pagamento de funcionários, técnicos e educadores, resultando um aumento significativo da capilaridade das ações da instituição por todos os bairros periféricos de Belém (Quadro 3). As principais referências desta capilaridade são os 11 CRAS e quatro instituições parceiras situadas nos bairros de elevado risco social, contribuindo assim para uma maior aproximação do poder público com o local. No entanto todo esse potencial concentrado nos CRAS ainda tem uma utilização modesta no que diz respeito a uma percepção mais qualitativa das necessidades do cotidiano.

Antes da criação dos CRAS em 2005, a FUNPAPA já executava desde 1996 alguns projetos segmentados por bairros, por isso nestes locais fez-se alterações de cunho administrativo nas estruturas que lá já existiam. Assim sendo, os centros do Aurá, Cremação, Pedreira, Guamá e Mosqueiro já nasceram com uma infraestrutura estabelecida em gestões passadas. Por tal situação em vista, pode-se subdividir os CRAS em dois subgrupos levando em consideração fatores históricos e estruturais. Primeiramente, os cinco CRAS que, por assim dizer, já nasceram grandes, fundados no final da década de 1990 e em seguida os seis centros implementados junto com o novo sistema único de assistência social em 2005.

Os CRAS, haja vista suas trajetórias históricas, se apresentam de diversas maneiras tanto em sua composição funcional quanto em suas ações efetivas. Porém, alguns aspectos se apresentam relevantes com maior ou menor intensidade no cotidiano destes centros e suas ações com a comunidade.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA								
CRAS DIRETO								
PAIF / ano		PBF / ano		BPC / ano	AG JOV. / ano		PIP / ano	
Pess	Fam	Pes	Famil	Pes	Pes	Famil	Pes	Famil
247.500	55.000	355.977	79.106	8.000	825	825	2.250	500
CRAS INDIRETO								
PSB - C								
CREM	AURA	BARR	BENG	GUAM	PEDR	T FIR	ICOA	MOSQ
756	1.023	1.370	1.637	1.840	1.049	1.785	2.125	273

Quadro 4 - Número de atendidos PSB nos CRAS

Fonte: Fernandes (2008) a partir do Plano Municipal FUNPAPA de 2008

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE									
CREAS DIRETO									
SEEVS		PETI / CRAS		PESR / CRAS		PTU		NAEESSE / LA PSC	
Pess	Fam	Pess	Fam	Pess	Fam	Pess	Fam	Pess	Fam
5.400	1.200	3.900	867	1.800	400	100	100	300	300
CREAS INDIRETO									
PCAC		PAV		PSE - D					
100	100	80		792	792				

Quadro 5 - Números de atendimentos nos CREAS

Fonte: Fernandes (2008) a partir do Plano Municipal FUNPAPA de 2008

Em relação ao PETI, conforme visto no Organograma 3, é de responsabilidade do PSEMC, sendo considerado uma atividade de média complexidade. Porém, o programa é executado e acompanhado pelos CRAS aonde são efetivadas as ASEC – consideradas como eixo estratégico do PETI – e por onde é feito contato com as escolas para acompanhamento das crianças que participam do programa. A contrapartida a ser concedida aos CRAS parece vir pelo aproveitamento dos técnicos PETI para outras atividades dentro do CRAS e pela possibilidade de participação das crianças cadastradas nos programas de responsabilidade dos CRAS como o PBF nas ASEC custeada pelo PETI.

Através do acesso a relatórios, pela observação direta executada e pelo relato de alguns informantes ligados à própria FUNPAPA percebe-se a participação baixa de alguns segmentos vistos como importantes no enfrentamento da questão e refletem um fator relevante a ser colocado. Pode-se citar os representantes das Associações de empregadores e empregados além dos Conselhos de Direitos Humanos, Tutelares e de Assistência Social como a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil. A inexistência de uma proposta pedagógica referencial para a jornada ampliada e a superficial articulação entre as ações realizadas na rede regular de ensino contribui para resultados limitados em termos de aprendizagem das crianças e adolescentes.

Outro ponto importante levantado pela pesquisa realizada, principalmente referente aos novos CRAS implementados em 2005, é quanto aos espaços físicos para a execução das jornadas ampliadas. São espaços às vezes inadequados e insuficientes para estas atividades onde muitas delas são realizadas em espaços cedidos por escolas, associações, igrejas, clubes, centros comunitários, galpões, que às vezes nem são cadastrados nos CRAS para tais atividades. Esse problema pode ser compreendido mais uma vez pela desarticulação entre as políticas públicas municipais e o desinteresse de secretarias afins de outras instâncias para integração dos seus programas de interferência nas comunidades visando à equidade social, cultural e econômica.

Em suma, podem ser identificados alguns pontos principais levantados na pesquisa. Primeiramente, a falta de uma proposta básica de capacitação para os monitores do PETI. Isto se dá pela maioria ser contratada e não efetivada devido à Lei de Responsabilidade Fiscal que não permite a contratação dos educadores pelo regime estatutário, “[...] pois esta forma de contratação exige o aumento permanente de receitas ou a redução permanente de despesas” (BRASIL, 2004, p. 25).

Em segundo, relaciona-se a falta da participação da comunidade na operacionalização e deliberação do programa gerando com isso um desinteresse das famílias em sua participação efetiva. Reconhece-se um grande avanço o acolhimento das famílias como um todo e a preocupação com a sua melhoria no que diz respeito a renda, trabalho, saúde e educação. Porém as escolhas das atividades a serem disponibilizadas e a seleção dos educadores ainda são ações feitas de forma pouco participativa pelas instâncias administrativas do PETI.

Por último foi visto, principalmente pelos relatórios oficiais e narrativas de informantes, como fator relevante que as intervenções do PETI têm gerado um retorno positivo para que o mesmo se propõe:

- a) Melhoria na qualidade de vida da criança e da família e da auto-estima da criança;
- b) Permanência das crianças na escola e na jornada ampliada;
- c) Incremento de recursos que movimentam a economia dos municípios.

No que diz respeito à capoeira nos CRAS, em 2008, dos 11 centros em funcionamento oito possuem atividades de capoeira sendo que apenas um deles nunca teve nenhuma experiência com esta manifestação cultural. Pelas informações coletadas através de funcionários da FUNPAPA a capoeira é a atividade que mais tem demanda entre as crianças do Programa PETI e que se mantém desde os anos de 1990 até a atualidade. Porém, o modo de seleção dos educadores do PETI pode ser visto como um fator importante nesta discussão.

O primeiro diz respeito à formação tida como critério decisivo, pois todos os profissionais de capoeira em exercício neste programa em Belém, tem ao mínimo nível médio completo. Dos oito educadores empregados apenas um tem idade acima dos quarenta anos e todos têm o ensino médio completo. Conforme um mestre antigo do bairro do Jurunas o que é priorizado mais é a escolaridade formal do capoeira e não o seu domínio e credibilidade que se tem deste saber em si.

Um segundo ponto importante que será analisado é que poucos são os profissionais de capoeira que residem nos bairros aonde trabalham, isso prejudica a criação de redes sociais mais estáveis e duradouras dos alunos com os grupos de capoeira. Em uma das entrevistas um dos professores relatou que em época de chuva quase não consegue dar as aulas, pois são quase 02 horas para chegar no CRAS aonde trabalha como educador e com as chuvas o trajeto fica impossível. Em consequência o que se tem é um aproveitamento limitado do potencial socializador que os grupos de capoeira possuem para criar sentimentos de pertença e identidade no local.

#### 5.4 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A FUNPAPA e o SUAS representam então a transitoriedade que Sachs (1993) coloca como importante para que se alcance um desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade baseada na equidade social defendida por Sachs (1993) vai se estruturando no município principalmente com o apoio da Igreja Católica, processo que finda com o Sistema Único de Assistência Social trazendo novos rumos para o setor em Belém. Contudo, as necessidades de complementaridade das dimensões salientadas por este mesmo autor refletem um desafio ainda não alcançado pelo programa, pois a parceria estratégica com o estado e o município para o programa deixa a desejar como será visto a seguir.

As ações de assistência social acabam limitando seus impactos pelo baixo cofinanciamento dos estados e municípios que, através das informações coletadas, não dão relevância ao PETI em seus orçamentos, pois a maior parte da verba para o programa vem de recursos federais. Esta situação é percebida nas próprias ASEC que contam quase que totalmente com a verba provinda do âmbito federal, restringindo assim qualitativa e quantitativamente essas ações. Além do aspecto vertical da participação vista, em termos horizontais há uma tímida articulação com os demais setores da administração pública municipal como a educação e a cultura além da relação esporádica entre os próprios centros avançados da FUNPAPA.

Com isso as demandas pela sustentabilidade cultural e sua importância de transversalidade vista como necessária por Botelho (2001) e foco da discussão desta pesquisa, acabam não sendo contemplados. Tal situação impede que as experiências e percepções do cotidiano proporcionado pelos programas e projetos estudados tramitem por entre os setores.

Ao considerar o bairro o plano físico por onde são estabelecidos vínculos sociais mais fortes, uma utilização melhor dos CRAS no fornecimento de informações poderia garantir um alcance e contemplação maior das diversidades, diferenças e multiplicidades das escalas sociais nas ações públicas. Principalmente, em relação a um desenvolvimento local sustentável, pois conforme Buarque (2002) todo e qualquer planejamento do desenvolvimento que vise a sustentabilidade perpassaria impreterivelmente pelo âmbito local, ou estaria provavelmente fadada ao fracasso. No entanto, a falta de articulações intersetoriais no município acaba reduzindo as potencialidades dos CRAS para a função fim desta que é a assistência social básica.

Percebe-se assim que o PETI por si só não consegue resolver o problema do trabalho infantil, pois o problema perpassa por questões culturais e principalmente educacionais sendo então ele uma parte de um projeto maior principalmente no plano local. Conforme Buarque (2002), o PETI se caracteriza por uma *descentralização dependente* aonde os órgãos superiores detêm a decisão dos repasses às unidades hierarquicamente inferiores com alguma forma de parceria decisória.

Assim sendo, as instituições já existentes em nível local, como a FUNPAPA, sofreram poucas alterações em sua estrutura, ocorrendo apenas um alargamento funcional e organizacional destas. Um exemplo disto são os cinco projetos já existentes que, com a implantação do SUAS, se transformara em CRAS mantendo quase a mesma estrutura, alguns até mantiveram as mesmas oficinas do PETI com os mesmos educadores. Mesmo diminuindo a margem de influência de fatores subjetivos e de racionalidade política (SILVA; SILVA, 2001) através de um sistema único federal, as ações micro de poder ainda se apresentam de maneira delegativa, porém ligadas mais às necessidades do que às demandas.

Além disso, a implementação de uma nova política pública baseada em ações coordenadas das diversas instâncias é um fato recente e ainda um desafio principalmente nas esferas locais. A utilização de práticas culturais e desportivas nas ASEC, como a capoeira, não zela pela sustentabilidade cultural destas práticas, pois a assistência social se preocupa em formar cidadãos e não formar novos mestres de capoeira, função cabível aos segmentos de cultura do município. O mesmo ocorre no que tange à educação, com uma relação pautada em ações pontuais, o setor educacional acaba minimizando sua capacidade redistributiva e

participativa defendida por Demo (1980), comprometendo a importante e decisiva função social do setor.

Nesses termos, as políticas públicas voltadas à assistência social, como o PETI, se apresentam eficazes para que se propõem, determinando um sistema que estabelece direitos e deveres de todas as esferas públicas sincronizando e direcionando essas ações temáticas. Porém, a sustentabilidade dos resultados alcançados acaba comprometida pela tradicional estrutura política local ainda com bases em uma democracia delegativa, de racionalidade mais voltada a demandas do que a necessidades. Esta racionalidade que circunda as ações coordenadas da assistência social, vez por outra acaba interferindo no domínio dos resultados efetivos alcançados, a chamada *policy* (FREY, 2000).

Já como se trata de um setor antigo e fechado em si e responsável pelo enfrentamento dos problemas causados pelo próprio modelo capitalista em vigência, a assistência social municipal alterna entre o confronto e o diálogo pacífico com estas estruturas. A situação de “dormir com o inimigo” e o fator temporal de tais ações formaram uma arena política relativamente estável, por uma conveniência estabelecida, e um ciclo político, mesmo que radicalmente modificado em sua superfície, permanecem estáveis em sua base. A maior parte das redes políticas ou *policy networks* desenhadas são fincadas em valores político-religiosos da caridade, sendo assim, o PETI que trata de uma nova concepção de assistência social acaba moldando uma inexpressiva rede política no âmbito local.

Por se tratar de um setor regulamentado por um sistema único, a assistência social local apreende uma concepção institucional forte dentro de suas ações, a chamada *polity*, que de certa forma determina as ações dos agentes. Como exemplo, pode-se destacar as ações de capoeira que, mesmo com profissionais capacitados, acabam restritos em suas ações graças aos recursos limitados disponibilizados, infraestrutura e cronograma. De maneira que na dimensão *politics* pode-se considerar o que Frey (2000) designa uma “cultura de súditos” pois a sociedade ainda detém um papel passivo, consultivo, porém com algum interesse nos resultados que os beneficiará.

Em se tratando da relação das atividades de capoeira com as ações do PETI, verifica-se que a sua utilização como atividade socioeducativa foi herdada dos projetos antes existentes, pois dos cinco projetos antigos todos utilizavam e continuam utilizando-se de tal prática. Com a finalidade de inserção social e ocupação saudável, além dos resultados sempre positivos a capoeira manteve sua presença após 2005. Com isso, o que se pode perceber é que, no que diz respeito às ASEC, executadas dentro dos CRAS, levou-se em conta as

experiências anteriores, sendo que as atividades foram escolhidas tentando-se aproveitar o seu quadro funcional e suas habilidades.

CRAS ANTIGOS	Atividades de capoeira antes CRAS	Atividade de capoeira após os CRAS	Motivo da troca ou continuidade
<b>Aurá</b>	-	Robson	
<b>Pedreira</b>	Walcir	Walcir	
<b>Cremação</b>	Cobra Preta	Fernando	mudança de estado
<b>Guamá</b>	-	Daniel	
<b>Mosqueiro</b>	-	Paulinho	

Quadro 6 - Levantamento do histórico das atividades de capoeira nos CRAS antigos

Fonte: Fernandes (2008) a partir informações coletadas nos CRAS

A capoeira então acaba sendo utilizada com eficácia e eficiência dentro da concepção a que se propõe o PETI, porém ficando a mesma, enquanto prática cultural e desportiva, comprometida em seus aspectos mais básicos. Algumas de suas características de manifestação afro-brasileira, como a oralidade, a observação e o aprender fazendo denominada como educação não-formal (GOHN, 1999) ou não legitimada (SETTON, 2005) ainda são de certo modo preservadas. Porém, a tornar-se o entendimento de Abib (2006) por ser utilizada não como “fim” e sim como “meio”, a prática da capoeira como ASEC não contemplam algumas das características do chamado método tradicional pedagógico.



Fotografia 5 - Professor e alunos do PETI em roda de treino no CRAS da Cremação  
Fonte: Fernandes (2008)



Fotografia 6 - Roda de treino no CRAS do Guamá  
Fonte: Fernandes (2008)

A valorização da experiência individual, a inserção dos valores, símbolos e códigos presentes na filosofia da capoeira enquanto movimento cultural popular afro-brasileiro acaba sendo prejudicado, pois não há um vínculo desejável mais estável entre mestre e discípulo. Devido a esta relação superficial, os sentimentos de pertença, de criação de uma identidade

cultural e social construídas por relações mais estáveis e frequentes com o mestre e o seu grupo de capoeira acabam não ocorrendo. Dos CRAS visitados, apenas um possui educador de capoeira residente na área de alcance do CRAS, ou seja, as crianças e adolescentes não têm a possibilidade de manter um contato mais frequente com esses professores, limitando assim a transmissão das experiências e sabedoria dos professores e mestres para os seus alunos.

Outro ponto importante levantado é sobre a valorização do conhecimento técnico na contratação dos profissionais educadores do PETI que sobrepõe a capacitação técnica dos mais jovens à experiência dos mais velhos. Fato que se confirma pelos educadores PETI serem em média relativamente jovens e com formação técnica. Não se questiona aqui a capacidade destes profissionais e sim a pouca utilização das experiências sociais e de vida dos mais velhos na construção do que Viertler (1999, p. 26-27) denomina *tantrum quid*, ou seja, no processo de “[...] construção de novas alternativas de conduta social que interligue valores culturais básicos a novas modalidades de ação”.

A relação mestre/discípulo precisa ser frequente e participativa do cotidiano, aonde através de tal vivência contínua, são transmitidos os valores e códigos tradicionais da capoeira. O que ocorre então são ambientes psicossociais (VIERTLER, 1999) não propícios para que esses recursos sejam apropriados e “traduzidos” da melhor forma pela geração mais nova. Em síntese, a prática da capoeira poderia ser utilizada também para criar um sentimento maior de pertença e de identidade cultural nestas crianças, no bairro e na própria família.

A capoeira em si não se vê contemplada enquanto cultura viva pelas ações do PETI, situação que se resolveria com ações integradas com o setor cultural do município e através de ações mais participativas com a comunidade na qual as intervenções são realizadas.

As características mais prejudicadas com a parceria entre o PETI e a capoeira dizem respeito ao seu teor cultural. Nos CRAS visitados, as rodas de capoeira em si, registradas no Livro das Formas de Expressão (BRASIL, 2008) como patrimônio cultural brasileiro são raramente vistas nas aulas. A musicalidade é limitada pela falta de instrumentos para tal atividade, fazendo com que as crianças tenham pouco ou nenhum contato com tal dimensão essencial para capoeira.

Por fim o batizado, ritual tradicional de iniciação do aluno ao mundo da capoeira, é sempre uma tarefa difícil de ser organizada pelos professores, pois como já dito, a FUNPAPA visa a formação de cidadãos. Desta maneira, o batizado de capoeira se apresenta como um problema quase nunca resolvido por questões burocráticas e da cultura política característica da assistência social municipal.

## **6 LEI TÓ TEIXEIRA E GUILHERME PARAENSE: ESTRUTURA, AÇÕES E RESULTADOS**

Neste capítulo comentar-se-á os dados produzidos no contexto do estudo de caso feito sobre a Lei Municipal nº 7.850/97 denominada “Lei Tó Teixeira e Guilherme Paraense” e como a capoeira enquanto prática cultural popular se relaciona com tal intervenção. Porém antes far-se-á uma necessária contextualização sobre Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), instituição municipal responsável pela pasta cultural das ações públicas da Prefeitura de Belém e responsável pela administração e execução da lei mencionada. Com isso pretende-se analisar a importância histórica e atual da instituição e sua potencialidade estratégica interdisciplinar na administração pública municipal (BELÉM, 1997).

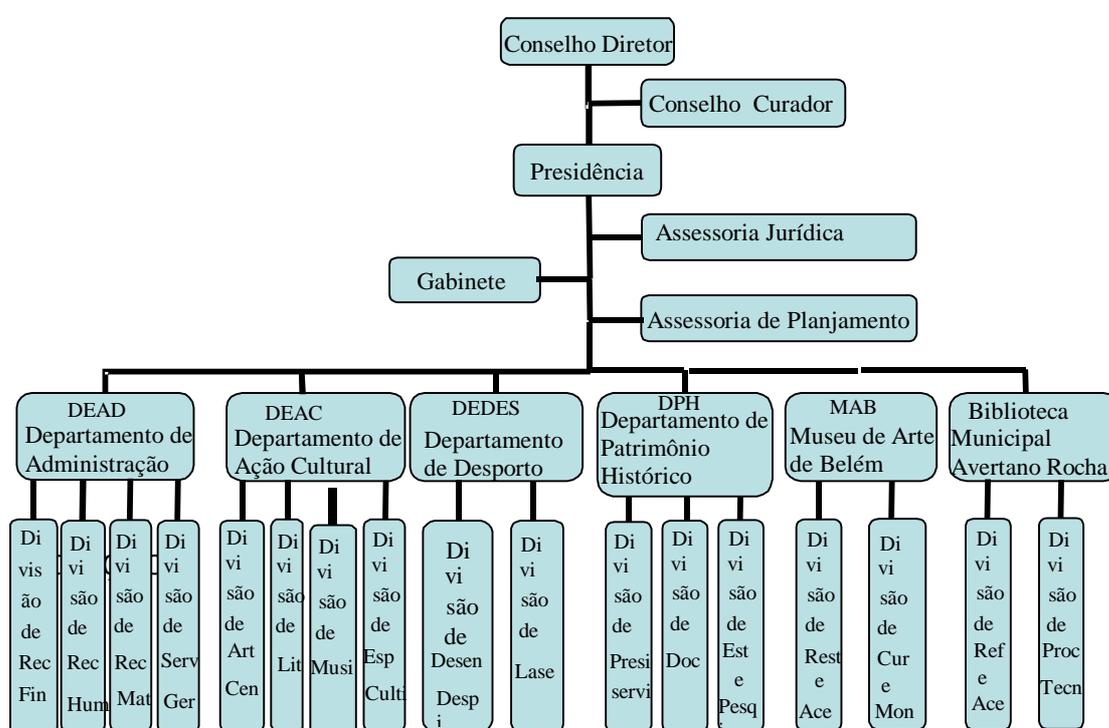
### **6.1 BREVE HISTÓRICO**

A Constituição de 1988 tornou-se um marco para a definição do conceito novo de patrimônio cultural brasileiro material e imaterial, aonde a cultura imaterial referente à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira ganha vez dentro do pensamento cultural do país. O inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal estipula regras para a criação de fundações em todo território federal o que gerou um movimento nacional de criação de fundações de cultura municipais. Segundo Heitor Pinheiro, primeiro presidente da FUMBEL, o modelo das fundações tinha flexibilidade organizacional maior, seriam instituições mais independentes do governo, tendo assim mobilidade administrativa e de captação de verbas para este setor de modo mais independente do Estado.

Em Belém, a descentralização política e o conceito novo de cultura legitimado pela Constituição de 1988 ganham um patamar definitivo com a criação da FUMBEL, em 1990. Tal ação se deu pelo desmembramento do departamento de cultura da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), que seria criada em contraponto ao Departamento de Turismo (DETUR) que tinha suas atividades culturais mais ligadas a eventos como o Carnaval e as festas de São João.

Institui-se a FUMBEL no dia 17 de julho de 1989, pela Lei 7.455, de acordo com o disposto no art. 37, inciso XIX da Constituição Federal, no governo de Said Sherfan, conforme publicação no Diário Oficial nº 6.606 de 21 de julho de 1989 (BELÉM, 1989).

Porém, seu estatuto e regimento interno foram aprovados em 1990 pela gestão municipal de Augusto Resende, respectivamente pelo Decreto nº 21.763/90 de 18 de abril de 1990 e Decreto nº 21.824/90 de 04 de maio de 1990 tendo como fins específicos o planejamento, a coordenação, a execução, o controle e a avaliação das atividades de cultura no município de Belém e seus distritos. Com a missão formal de desenvolver e gerenciar ações de políticas públicas de cultura e esporte para o município de Belém a FUMBEL desde sua criação legalmente possui a mesma estrutura organizacional formadas por 03 subdivisões distintas (Organograma 4).



Organograma 4 - Estrutura funcional da FUMBEL, aprovada em 1990

Fonte: FUMBEL (2008)

Primeiramente, a Fundação é composta em seu grau maior pelos conselhos diretor e curador, pela presidência formada pelas assessorias jurídica e de planejamento além do gabinete e do departamento administrativo. A posterior percebe-se a função de administração de espaços e equipamentos de cultura compostas pelo Museu de Arte de Belém e pela Biblioteca Municipal Avertano Rocha. No âmbito executivo então ficam os departamentos de Ação Cultural, de Desporto e de Patrimônio Histórico.

## 6.2 LEI Nº 7.850/97– TÓ TEIXEIRA E GUILHERME PARAENSE

A Lei Municipal nº 7.850/97, popularmente conhecida como “Tó Teixeira e Guilherme Paraense”, tem com objetivo estimular, por meio de incentivo fiscal, a criação de projetos culturais e esportivos, na cidade de Belém. Aprovada pela Câmara Municipal de Belém em 17.10.1997 e regulamentada em 25.06.1999 pelo Decreto Municipal N. 35416, a lei representa a atividade de cultura e desporto municipal mais significativa em termos de continuidade, alcance, divulgação e orçamento desde sua criação. Através dos dados levantados na Fundação principalmente em Belém (2008) em sua totalidade, a lei já incentivou cerca de 588 projetos, sendo cerca de 269 para cultura e 264 para o esporte o que corresponde à cerca de seis milhões e seiscentos mil reais (BELÉM, 1997).

Através dos dados coletados durante a pesquisa, a Lei Tó Teixeira teve como base os conceitos das leis de incentivo fiscal, principalmente a Lei Federal nº 8.313/91 intitulada Lei Rouanet, que tem a finalidade de aproximar a iniciativa privada do segmento cultural e suas produções. Tal modelo prevê a dedução de impostos para os patrocinadores dos projetos de cultura aprovados em edital. Outra característica do modelo seria a existência de um Fundo perdido para os projetos culturais sem apelo mercadológico, fazendo com que a Lei Rouanet conseguisse contemplar os mais variados formatos de projetos culturais (BRASIL, 1991).

Desta maneira, o formato da lei contemplaria parcerias da iniciativa privada com a cultura local, mas também estaria beneficiando, através do fundo perdido, uma maior divulgação e promoção dos saberes e práticas populares. Através do fundo perdido estar-se-ia valorizando um segmento da cultura local que não teria um perfil para negociar com o mercado, porém de valor cultural significativo para construção sócio-cultural do lugar. Assim sendo, a Lei visa uma intervenção mais abrangente da cultura em toda sua diversidade de símbolos e signos.

Essa lei teria como meta mediar uma relação mais próxima entre artistas, atletas, pessoas físicas e empresas interessadas em patrocinar estas iniciativas. Os incentivadores dos projetos recebem isenção de até 20% do valor total de pagamento do Imposto Sobre Serviço (ISS) e do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). O montante é repassado aos projetos inscritos e aprovados pelo Comitê Avaliador da Lei. O Comitê de Avaliação de projetos é composto por oito membros, sendo quatro indicados autonomamente pelas entidades de

classe, representativas dos setores culturais ou esportivos, e quatro indicados pelo Executivo Municipal. Atualmente a Lei Tó Teixeira se encontra ligada diretamente ao Gabinete do Presidente da FUMBEL tendo em seu corpo funcional 04 funcionários, sendo uma secretária executiva; uma contadora e dois auxiliares administrativos.

ANO	PROJETOS DE CULTURA			PROJETOS DE ESPORTE		
	PROJETOS RECEBIDOS	PROJETOS APROVADOS	PROJETOS EXECUTADOS	PROJETOS RECEBIDOS	PROJETOS APROVADOS	PROJETOS EXECUTADOS
2006-2007	312	258	90	226	223	110
2005-2006	174	162	83	100	88	81
2004-2005	168	64	18	77	45	16
2003-2004	110	70	34	37	32	17
2002-2003	150	43	24	50	33	13
2001-2002	37	37	20	11	11	7

Quadro 7 - Planilha anual de projetos da Lei Tó Teixeira

Fonte: Fernandes (2008) a partir dos arquivos Belém (2008)

Através das informações documentais e de entrevistas com administradores, proponentes de projetos e algumas lideranças do setor cultural foi organizado um histórico da Lei desde 2001 (Quadro 6). Através das informações históricas sistematizadas quantitativamente percebe-se que a Lei pode ser dividida em dois períodos bem distintos o que coincide com a mudança de gestão, uma de 2001 a 2004 e a outra de 2005 a 2008. Conforme o Quadro 6, houve um aumento significativo de projetos recebidos, representando a maior divulgação e conhecimento principalmente pelo setor desportivo que quase dobrou a quantidade de projetos recebidos. Ainda conforme o Quadro 6, o edital de 2004-2005 sofreu uma forte queda na quantidade de projetos aprovados e executados na área da cultura sofrendo uma redução de 47% de projetos executados em relação a 2003-2004, sendo que na área dos esportes a quantidade permaneceu quase a mesma.

No total referente aos projetos aprovados e os que realmente foram executados com os seus respectivos valores, dos quase 1500 projetos aprovados desde 2001, cerca de 588 foram realmente executados com a verba destinada à Lei. Ou seja, historicamente, em média quase

60% da verba que é destinada a esse fim não consegue ser captada pelos projetos aprovados. Os Gráficos 1 e 2 especificam melhor as informações apresentadas.

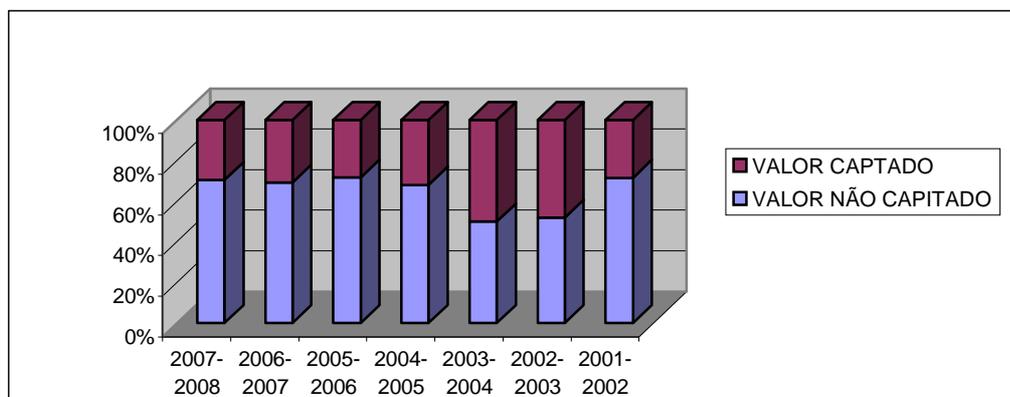


Gráfico 1 - Valores destinados à Lei Tó Teixeira (2001-2008)  
Fonte: Fernandes (2008) a partir dos arquivos FUMBEL (2008)

Estes gráficos apontam também para uma tendência desde 2005 até 2008 de um aumento significativo dos projetos aprovados, porém com a execução efetiva de apenas 40% deste total de projetos. Situação diferente de 2001 a 2004 que chegou à média de 60% de captação nos anos de 2002 e 2003, com uma quantidade menor de projetos aprovados.

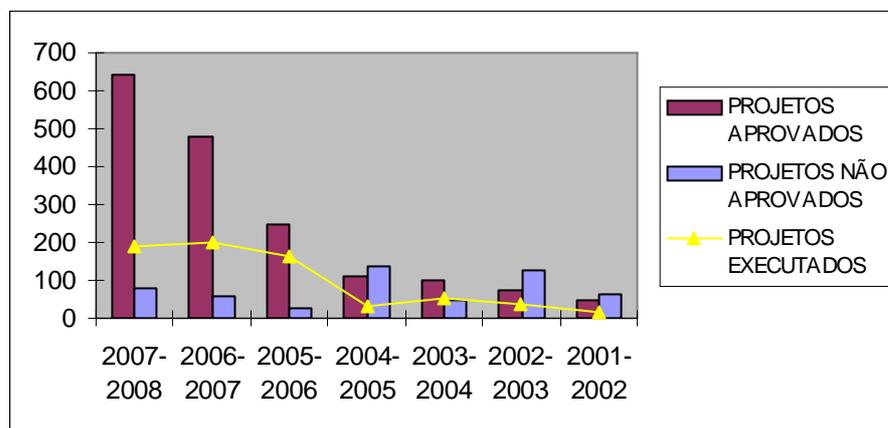


Gráfico 2 - Situação anual dos projetos inscritos na Lei Tó Teixeira  
Fonte: Fernandes (2008) a partir dos arquivos FUMBEL (2008)

Outros dados quantitativos relacionados aos segmentos de cultura e de desporto aprovados podem servir também como base para se perceber algumas situações importantes para o trabalho (Gráfico 3), as gravações de CD representam a maior parte dos projetos aprovados e com captação de recursos no segmento de cultura. A literatura e o teatro são também os mais frequentes no histórico da Lei.

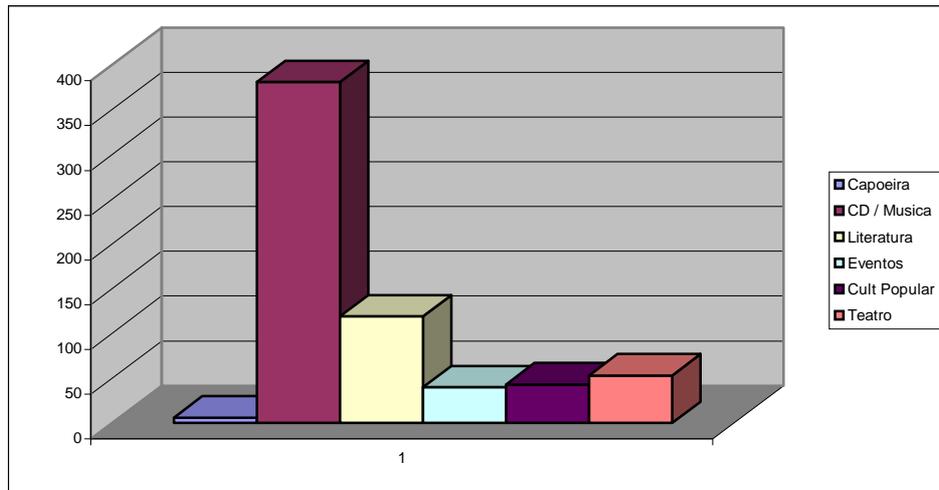


Gráfico 3 - Quadro geral aproximado das principais modalidades de cultura, 2001-2007

Fonte: Fernandes (2008) a partir dos arquivos FUMBEL (2008)

O que se percebe na parte de esporte é uma maior igualdade entre as modalidades mais frequentes nos editais, alternando entre elas no decorrer dos editais publicados (Gráfico 4). Mesmo variando de modalidade, o que se tem é uma grande quantidade de projetos de patrocínios de atletas individuais, sendo as atividades de judô, natação, ciclismo e thriathlon/atletismo, as que mais são aprovadas e que conseguem captação. Os dados mostrados são aproximações feitas pela escassez de dados fidedignos e sistematizados sobre o histórico dos editais.

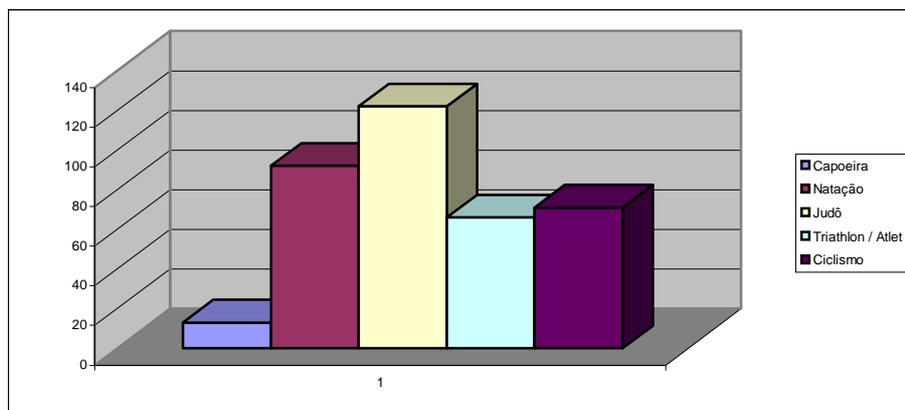


Gráfico 4 - Quadro geral aproximado das principais modalidades de esporte 2001-2007.

Fonte: Fernandes (2008) a partir dos arquivos da FUMBEL (BELÉM, 2008)

Os projetos de capoeira inscritos para a lei, desde 2001 até 2008, conforme o Quadro 8, representam um total de 21 projetos, sendo 15 no segmento de esporte e 07 de cultura. Mesmo que quase todos os projetos tenham sido postos em prática, dos 21 somente 04 conseguiram captação de recursos através da lei. E dos projetos executados, todos foram inscritos na modalidade desporto.

<b>Item</b>	<b>Educação</b>	<b>Evento</b>	<b>Proj sociais</b>	<b>Cidadania</b>
<b>Esporte</b>	1	9	4	1
<b>Cultura</b>	1	2	1	2

Quadro 8 - Projetos de capoeira Lei Tó Teixeira (2001-2008)

Fonte: Fernandes (2008) a partir dos arquivos FUMBEL (BELÉM, 2008)

### 6.3 DISCUSSÃO

Mesmo com todo o processo nacional de valorização do patrimônio imaterial, poucos avanços concretos foram conseguidos no sentido do estabelecimento real de uma política cultural no município de Belém. As poucas leis que têm esse viés normalmente são frágeis, ao exemplo da Tó Teixeira, sem detalhamentos que amarrem melhor sua forma, infraestrutura e dotação orçamentária. Sem essas leis que dariam corpo a uma política de cultura, as ações no setor em Belém se caracterizam mais por políticas de governo do que políticas públicas culturais, comprometendo assim significativamente a sustentabilidade de tais ações de cultura.

Na formação político-administrativa do município de Belém, a FUMBEL tem a função de concentrar as ações de governo ligadas à cultura, no entanto, pela cultura política historicamente enraizada no município, este setor sempre é tratado como periférico, de ações pontuais ligadas principalmente a eventos culturais. Outra característica diferenciadora da fundação das outras no Brasil é por ela ser responsável também pelas ações de desportos no município. Percebe-se que, inclusive na Lei Tó Teixeira, há a junção destes dois setores nas ações públicas da fundação. Tal característica acabou por gerar uma relação de competição direta por recursos públicos destes setores, tendo a área do desporto uma crescente vantagem por alguns fatores importantes a serem citados.

Por ser o desporto uma área de visibilidade maior e facilmente mais voltada ao mercado e pela forte organização do segmento através das diversas federações que regulamentarizam, fiscalizam e apoiam a nível federal tais modalidades desportivas. Percebe-se a crescente influência política que o desporto vem alcançando na esfera pública municipal, chegando em 2008 a ser criado no município a Secretaria de Esporte Juventude e Lazer (SEJEL). O crescente papel do setor desportivo na FUMBEL pode ser evidenciado claramente pelo histórico da lei Tó Teixeira aonde se percebe que o setor desportivo vem aumentando consideravelmente a sua participação em projetos executados durante os vários editais já publicados (Quadro 7).

Através das entrevistas com pessoas que ocupam ou já ocuparam cargos de comando da FUMBEL, o que se percebe é que a área do desporto foi ganhando espaço dentro da instituição, principalmente no que diz respeito a Lei Tó Teixeira pois o mesmo possui um caráter mais “objetivo e palpável”. Nestes termos, o desporto se adequou mais facilmente ao modelo de produto voltado ao mercado, tendo mais facilidade de captação junto à iniciativa privada.

Em termos organizacionais, um consenso dentro das entrevistas é que sua estrutura organizacional há tempos encontra-se defasada. Desde sua implementação em 1989 até agora é utilizado o mesmo organograma para a fundação, o que reflete também a pouca influência do setor da cultura no poder legislativo municipal, pois os parlamentares que já legislaram sobre o setor de cultura provêm das mais variadas áreas de atuações como da área social e até de saneamento. Ainda de acordo com as entrevistas, alguns equipamentos mais eficazes como o Conselho de Cultura em lugar do Conselho Diretor e o Núcleo de Controle Interno ocupando a função do Conselho Curador seriam soluções bem mais condizentes com a realidade administrativa local.

Outro ponto importante a ser levantado diz respeito à flexibilidade e à independência para captação de recursos na iniciativa privada que seria uma das vantagens principais das fundações e que seria um dos objetivos para a sua implementação no setor de cultura do município. Pouco se articula nesse direcionamento, sendo que quase todas as ações da FUMBEL são custeadas com recursos públicos municipais fazendo com que o diferencial maior da aplicabilidade de uma fundação de cultura não tivera sido até agora explorada de maneira representativa.

A mais expressiva ação de cultura do município de Belém corresponde à Lei de Incentivo Fiscal Tó Teixeira e Guilherme Paraense, que teve como modelo a Lei Rouanet.

Entretanto, é necessário que se faça algumas considerações sobre essa relação. A Lei Rouanet é uma lei federal de cultura baseada em modelos europeus, já a Lei Tó Teixeira contempla o segmento de cultura e desporto, mudando com isso a maneira com que a lei interfere nesses segmentos. Outro fator importante é que a Lei municipal, ao contrario da Lei Rouanet, não contém um fundo perdido. Com isto a Lei acaba não contemplando um segmento importante da cultura local relacionado aos fazeres e práticas mais populares, contemplando em sua maioria projetos com viés mercadológico patrocinados pela iniciativa privada.

Pela Tó Teixeira ter em sua concepção a lógica de mercado, tal contexto pode ser analisado através da lei da oferta e da demanda. O último se caracteriza pela diversidade cultural rica e certa tradição desportiva que o local apresenta gerando assim uma alta demanda por investimentos e recursos que auxiliem no desenvolvimento destes setores. Porém, pelo baixo nível de oferta de recursos destinados ao setor, acaba-se criando uma situação de concorrência e pressão destes setores junto ao respectivo órgão público, imediatizando assim as ações do setor na esfera municipal. Projetos de prazo longo como o do inventário cultural belenense saem e entram da agenda de ações municipais, não conseguindo assim se estabelecer de forma mais determinante na cultura política do município dando vez assim a maior “visibilidade” das políticas voltadas a eventos.

Além das restrições em sua concepção já comentada acima, na pesquisa feita foram levantados alguns pontos importantes referentes à Lei Tó Teixeira para a discussão aqui proposta. Primeiramente identificou-se que a Lei não estipula em seu conteúdo, qual secretaria estaria lotada, ficando então a cargo do gabinete da prefeitura a sua gestão. Em consequência, a lei acaba tomando diferentes contextos de acordo com a gestão municipal em vigência além de não poder ter uma dotação orçamentária para o suporte administrativo necessário.

Como exemplo da dependência da lei para com o tipo de gestão em vigência se tem os dados quantitativos sistematizados aonde há uma clara diferença nos critérios de aprovação dos projetos (Quadro 7). O período de 2001 a 2004 é caracterizado por uma seletividade maior dos projetos aprovados, porém com uma quantidade maior de projetos executados pela lei. O período de 2005 a 2008 é aonde há uma relação bem maior de projetos recebidos e aprovados, porém com uma reduzida quantia que conseguiram captação pela lei.

O segundo ponto é referente aos recursos que são destinados a este fim que acabam não sendo utilizados, descompasso este causado principalmente pela falta da presença do município, principalmente no período de 2005 a 2008, como mediador da classe artística e desportiva para com os empresários. Através de entrevistas com alguns proponentes de

projetos inscritos nos editais da lei, tal mediação se vê decisiva no sentido de dar credibilidade aos projetos, que não mais seriam apresentados por pessoas desconhecidas do empresariado e sim por representantes do poder público municipal.

Em terceiro, o que se percebe nos Gráficos 3 e 4, é que quase a totalidade dos projetos aprovados e executados por patrocínio com isenção fiscal são ligados a eventos sem nenhuma preocupação de continuidade. Na área de cultura o grande contemplado é o segmento de gravação e produção de CD, dos mais variados estilos e na área do desporto o patrocínio a atletas de atividades individuais condizem com a quase totalidade dos projetos que foram patrocinados.

Por fim a prática da capoeira, que pode ser considerada tanto cultura quanto esporte, acaba se adequando a situação de “lei voltada a lógica de mercado” que a Tó Teixeira se caracteriza. Como já dito, a facilidade de conseguir captação de recursos no mercado para projetos que possam ter maior visibilidade em termos de produto mercadoria, acaba influenciando as produções ligadas à capoeira que são inscritas nos editais da lei. Mesmo com uma participação inexpressiva do segmento de capoeira nos editais publicados, a capoeira pode refletir as influências na produção e na reprodução das práticas culturais e desportivas pela lei em Belém.

Utilizada aqui como um “sensor” para se perceber as influências causadas no setor cultural, a capoeira representa um exemplo de interferência aonde ações pontuais ligadas a eventos acabam fragilizando um pensar mais articulado e planejado para com a cultura popular local. A capoeiragem, portanto relaciona-se de maneira patronal e clientelista com as políticas públicas de cultura e desporto, com nenhuma preocupação da mesma enquanto foco das ações, mas principalmente seguindo o senso comum das políticas públicas municipais de perceberem a capoeira enquanto ferramenta de inserção social e não enquanto bem cultural em si.

#### 6.4 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A queda do modelo desenvolvimentista implementado na Amazônia na década de 1970 (MITSCHEIN, 1989) deu início à influência do processo iniciado em âmbito nacional de valorização dos saberes endógenos como modo imprescindível de desenvolvimento sustentável (BUARQUE, 1999; SACHS, 1993). Assim como em todas as capitais, Belém aderiu a esse movimento de emancipação do setor cultural criando assim a FUMBEL, antigo

Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC). A importância da dimensão da sustentabilidade cultural defendida por Sachs (1993) e Botelho (2001) seria então a finalidade de todo movimento federal. Em Belém, a criação da FUMBEL se deu por um problema de falta de profissionais de cultura na prefeitura que pudessem planejar e executar intervenções públicas na área de cultura no município.

Porém, pelos dados levantados, no que se refere ao processo de criação efetiva de um setor municipal de cultura e seu percurso até 2008, a FUMBEL se constituiu por uma tendência de fragmentação e descontinuidade de suas ações. Percebe-se acentuadas diferenciações conceituais causadas pela grande dependência do setor ao modelo gestor municipal em vigor já mencionada. A falta de continuidade promove escassez de interferências mais profundas e de longo prazo comprometendo assim a promoção da dimensão cultural, que compõe, segundo Sachs (1993), uma dimensão importante para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Assim, a atuação do setor na administração dos bens, signos e saberes endógenos, acaba tendo pouca interferência na garantia da condição orgânica viva dessas culturas no dia-a-dia da sociedade, aspecto-chave para um setor de gestão pública de cultura.

No campo da descentralização, o setor cultural em Belém, mesmo acompanhando o movimento nacional da década de 1980 não conseguiu um posicionamento político satisfatório, devido ao inexpressivo valor municipal destinado ao mesmo. O que pode ser caracterizado como um processo de descentralização tutelada (BUARQUE, 2002) das ações de cultura, pois o que ocorre na prática é uma grande dependência política e financeira da gestão municipal e da União. Os planos, os programas e os projetos de parceria federal são imprescindíveis para as ações de médio e longo porte na área da cultura. Dois exemplos disso são o Departamento de Patrimônio e a criação da SEJEL. A primeira que, em parceria com o programa federal Monumenta, consegue articular projetos de maior amplitude e gerar ações integradas das três esferas públicas. A segunda, que tem como principal objetivo ser o responsável pela gestão das várias linhas de recursos federais do Ministério do Desporto e da Educação destinados a programas e projetos de juventude e lazer.

Mesmo por variar entre modelos mais participativos até os mais tecnocráticos, o setor de cultura sempre teve em suas ações uma forte tendência a uma Racionalidade Política (SILVA; SILVA, 2001), direcionada a questões pontuais e emergenciais provocadas por demandas tanto da esfera pública quanto de segmentos sociais. Assim, as ações de cultura se veem reféns das coligações que se apresentam no poder, mudando também os segmentos, os

atores e as suas maneiras de se fazer política. Através das políticas públicas municipais, tal situação pode ser explicada pelo fato de não se ter uma política clara de cultura que pudesse direcionar as ações públicas municipais. Esta realidade é percebida também no que tange a baixa representatividade direta do tema cultural no legislativo municipal.

Com relação à transversalidade nas ações e a importância estratégica da cultura defendida por Chauí (1995), devido ao contexto explicitado acima, a Fundação de Cultura de Belém não consegue assumir um papel articulador nas políticas públicas. Sua não importância na cultura política do município impede que o setor tenha esse poder articulatório intersetorial. Assim, o setor de cultura de Belém desenvolveu um caráter de ações mais reativas do que proativas, o que compromete a sua função de acompanhamento do cotidiano além de restringir as suas ações conjuntas a outras secretarias do município a eventos, permissão de uso de infraestrutura e outras ações de curto prazo.

Em relação à Lei Tó Teixeira, por sua característica neoliberal de repassar a questão das produções e ações culturais para o mercado e sem um fundo perdido de contraponto, ela pode ser considerada uma descentralização Estado-mercado. Tal categoria foi uma adaptação dos conceitos de descentralização Estado-Estado e Estado-sociedade de Buarque (2002), pois há um afastamento do Estado no processo e o repasse da responsabilidade das ações de cultura para a iniciativa privada com sua lógica de mercado. Situação esta que se acentua no período de 2005 a 2008 aonde se percebe através do Gráfico 2 um aumento significativo na quantidade de projetos aprovados, acirrando assim a competição para patrocínio no mercado.

Portanto, a Lei Tó Teixeira em referência ao conceito de cidadania cultural proposto por Chauí (1995) remete a mais uma ação que reafirma o *status quo* social, cultural e econômico do local. Afirmção que se justifica pela lei privilegiar as ações culturais mais focadas no mercado, não prezando, portanto ao acesso mais democrático dos bens imateriais e equipamentos culturais, principalmente os mais tradicionais e populares. Tal situação acaba comprometendo a sustentabilidade destas culturas que continuam posicionadas à margem do campo das disputas simbólicas culturais.

A Lei Tó Teixeira e Guilherme Paraense é caracterizada por uma *policy network* (FREY, 2000) de certa maneira consolidada entre um limitado grupo da iniciativa privada, principalmente as grandes redes de lojas de Belém; alguns projetos principalmente ligados à gravação e lançamento de CD e de patrocínios de atletas além de alguns mediadores ligados a classe política e tecnocrata do município. Na análise da arena política ou *policy arena*, pela limitação de empresas que participam com certa frequência, acaba sendo uma arena de conflito e de manutenção do cenário cultural de Belém, exercendo assim de forma branda a

função redistributiva das possibilidades e recursos na área de cultura. Ao final da dimensão *policy* (FREY, 2000) a Lei de incentivo fiscal em debate se caracteriza por interferências distintas e de não continuidade caracterizando o seu *policy cycle* por rupturas frequentes de objetivos, de atores e critérios, porém com pouca participação da sociedade.

Em termos da dimensão subjetiva das políticas públicas, chamada por Frey (2000) de *politics*, da FUMBEL e conseqüentemente da Lei Tó Teixeira, vale destacar as modalidades diversas de gestão e de ação de cultura mesmo com seu estatuto, regimento e organograma nunca terem sido modificados desde sua concepção. O que se vê são as maneiras de articulações que se estabelecem e desfazem dentro da estrutura institucional da FUMBEL. Devido à competitividade alta das áreas de cultura e desporto e o escasso recurso destinado a tal, estas redes são bastante dinâmicas, densas e flexíveis adaptando-se rapidamente aos movimentos políticos e tecnocráticos da Prefeitura e suas ações públicas.

Pelo conjunto de fatores levantados e pela análise feita, as ações setoriais de cultura em Belém sugerem uma linha com pouca autonomia financeira e de gestão, cabendo a mesma a maior parte de suas ações ligadas à execução de eventos culturais pontuais. O chamado por O'Donnell (1991) de “democracia delegativa”, aonde a instituição é caracterizada pela multiplicidade, volatilidade e inconstância de seus arranjos, as políticas públicas tendem cada vez mais a fragmentação e setorialização (FREY, 2000). No caso das ações de cultura do município de Belém, a detenção do poder de decisão recai principalmente da área tecnocrática com o que Frey (2000) denomina de “cultura paroquial”, aonde não há uma mínima mobilidade social nas ações públicas.

Através do recorte proposto para esta dissertação, a capoeira é posta em foco no sentido de visualizar mais “de perto” as ações públicas municipais, em seus setores que lidam diretamente com o processo de construção da cultura local e sua forma de negociação pelas classes sociais. A capoeira, por ter em sua essência a multidisciplinariedade, pode se perceber através dela as diversas nuances entre as ações públicas e as influências que elas exercem sobre a sustentabilidade das culturas e saberes locais.

A capoeira é uma luta disfarçada em dança, conduzida e dirigida pelo ritmo e canto de origens afro-brasileiras. Dessa maneira, ela pode ser classificada como manifestação cultural popular, como educação não-formal e como desporto. Além disso, pelo seu teor de cultura popular, ela simboliza uma ferramenta eficaz de inserção social de crianças e adolescentes provindos dos segmentos sociais mais carentes. Caracteriza-se assim para a pesquisa proposta a capoeira como um interessante indicador de como se dá a negociação dos segmentos sociais populares com as ações públicas municipais e sua cultura política.

Pelo que se demonstrou sobre a instituição de cultura e desporto do município de Belém, as ações de capoeira acabam seguindo a conformidade da cultura política setorial já descrita. Através dos editais da Lei Tó Teixeira, desde 2001 foram apresentados 21 projetos contendo a temática da capoeira nos quais quinze foram inscritos como projetos desportivos e seis de teor cultural. Do total, onze dizem respeito a eventos, cinco são de projetos sociais, dois de teor educacional de capoeira nas escolas, e três de cidadania. Tais dados demonstram a predominância pela lei, assim como a FUMBEL, da capoeira enquanto desporto e suas ações diretamente ligadas à execução de eventos.

Outra informação que contribui para a pesquisa seria a disponibilidade temporal dos projetos de capoeira e suas captações de recursos. Pelos dados até então levantados e sistematizados, seguindo uma tendência geral, os projetos de capoeira aprovados pelos editais aumentam significativamente após o ano de 2005 chegando a 14 projetos aprovados de 2005 a 2007, porém sem conseguir nenhuma captação. Ao contrário, no período de 2001 a 2004 foram aprovados sete projetos de capoeira, porém quatro conseguiram captação. O quadro referido reflete primeiramente o teor clientelista do setor cultural, sendo claramente a segunda gestão menos articulada com o segmento de capoeira o que fez com que nenhum projeto de capoeira tenha sido executado pela captação de verba através da lei de incentivo.

Assim, das atividades de capoeira citadas apenas três têm um teor mais ligado à transmissão dos fundamentos, signos e rituais da capoeira e cinco são de projetos sociais que poderiam ter também este viés. Tal quadro reforça a tendência que a cultura política municipal de Belém ainda está, pelos motivos já citados, ligada a demandas pontuais de cunho clientelista e pouco direcionadas a ações mais estratégicas ou planejadas de médio e longo prazo. Como consequência há um não comprometimento das intervenções regidas pela Lei Tó Teixeira e Guilherme Paraense com a sustentabilidade e cidadania cultural, aonde o acesso às culturas populares e seus códigos deveriam ser mais democratizados e viabilizados ambientes psicossociais mais adequados para a transmissão e adaptação dos saberes e experiências de vida que compõem a capoeira e sua prática.

## 7 DISCUSSÃO E NOTAS CONCLUSIVAS

A pesquisa realizada teve a pretensão de ser um exercício de análise de políticas públicas de maneira interdisciplinar aonde se procurou identificar os pontos de interseção entre os setores da assistência social, da cultura e da educação. As potencialidades e os limites em direção ao planejamento estratégico convergente voltado a ações que garantam sustentabilidade de seus resultados. A capoeira aqui se confirmou um indicador eficaz para percepção e análise destes pontos de interseção entre os setores e as ações selecionadas como objeto central da pesquisa se mostraram relevantes para que se tivesse parâmetros consistentes para dialogar com as microhipóteses levantadas para o trabalho.

O Quadro 9 faz um resumo do levantamento realizado nos três estudos de caso, sistematizando suas características principais.

Ítem	Lei Tó Teixeira	PETI	Capoeira nas Escolas
Cultura	Paroquial	De súditos	De súditos / participativa
Lógica	De mercado	Caritativa / inclusiva	Etnocêntrica / inclusiva
Resultados	Curto prazo	Médio prazo	Curto prazo
Descentralização	Estado-mercado	Estado-Estado	Estado-sociedade
Critérios	Dependência da gestão	Regulamentado - SUAS	Parcialmente regulamentado - LDB

Quadro 9 - Sistematização das características principais das intervenções analisadas  
Fonte: Fernandes (2009)

De início se faz necessário a conclusão referente ao ambiente por onde as ações são planejadas, executadas e avaliadas. Estruturas que delimitam o contexto por onde os tópicos imediatos dos estudos de caso selecionados estão inseridos. No trabalho executado, as estruturas contextuais dos casos abordados foram a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC); a Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA); e a Fundação Cultural de Belém (FUMBEL).

Constatou-se que essas estruturas são construídas de processos históricos bastante diferentes aonde a descentralização que visava instituições mais flexíveis e adaptáveis ao cotidiano local acabou por gerar um processo de fragmentação e desarticulação entre as intervenções. A setorialização das ações públicas podem ser justificadas pela inoperância do setor de cultura no município de Belém, em que a função estratégica de dar condições para o fomento e sustentabilidade dos saberes construídos localmente promovendo ambientes

propícios ao desenvolvimento e sustentabilidade sócio-cultural foi identificada como um elo faltante.

A utilização da FUMBEL como uma promotora de eventos se distancia da necessidade deste setor de ser uma instância percebida do cotidiano do lugar e suas nuances. A falta de “proximidade” da realidade pode ser justificada por três aspectos principais: o primeiro, referente ao modelo clientelista pouco participativo adotado; o segundo diz respeito à centralização administrativa e funcional; por último a falta de articulação para captação de recursos.

O modo clientelista impossibilita uma relação mais participativa e democrática da comunidade; e sem uma política clara as ações são restritas a políticas de governo baseadas na racionalidade da demanda e de maneira reativa. A centralidade dificulta a participação do dia-a-dia das comunidades, fazendo com que as ações do setor tenham pouca interferência real na cultura do cotidiano. Por último a carência de uma articulação tanto para com as instâncias da administração pública quanto para com a iniciativa privada acaba impossibilitando ações mais significativas pela falta de recursos disponíveis pela administração municipal para o setor.

A capilaridade faltante na FUMBEL pode ser encontrada na FUNPAPA e na SEMEC, através respectivamente dos CRAS e das EMEIF que são organismos articuladores das instituições e suas ações com a comunidade local. Porém as funções e ações estabelecidas por políticas federais regulamentadoras aliadas à cultura política local, tradicionalmente caritativa e etnocentrada, impossibilitam tanto FUNPAPA quanto SEMEC de aproveitar melhor a estrutura descentralizada destas instituições no sentido de perceber as potencialidades culturais além da ineficiência em acompanhar novas e dinâmicas necessidades sócio-culturais.

A importância da aplicação dos estudos de caso múltiplos associando dados qualitativos e quantitativos como metodologia se justificou pela visualização, através da prática da capoeira, da importância estratégica do setor de cultura como articulador de ações conjuntas desta com a área da educação e da assistência social. Setores que historicamente foram se dissociando, fragmentando assim ações que deveriam em tese se complementar. Em suma, a falta de uma política cultural integradora do social e do educacional no município de Belém se apresenta aqui como um ponto chave na questão que acaba desarticulando ações essencialmente complementares.

Quanto aos casos tidos como objeto da pesquisa, constatou-se alguns pontos importantes para o fechamento conclusivo da pesquisa. Com a finalidade de melhor entender os projetos e as influências por eles sofridas, far-se-á primeiramente aqui algumas observações referentes à influência exercida sobre as estruturas aonde tais ações estão

emergidas. Um primeiro fator refere-se à importância dos sistemas regulamentadores das ações públicas setoriais em todas as esferas. Outro ponto relevante diz respeito ao modelo de gestão e estruturas historicamente construídas pelas instituições. Por último, ressalta-se a necessidade estratégica de cooperação e integração de ações percebidas através das análises das atividades de capoeira executadas pelas três ações objeto desta pesquisa.

No caso dos sistemas federais de regulamentação setorial, o que foi constatado é que tais políticas asseguram um mínimo de continuidade das intervenções públicas, limitando as ações clientelistas e patronais locais através do estabelecimento de critérios pelas quais as políticas devem ser direcionadas. Assim o PETI regularizado pelo SUAS e o “Capoeira nas Escolas” tutorado pela LDB garantem atividades setoriais mais claras, participativas e inclusivas o que os editais referentes à Lei Tó Teixeira não conseguem garantir. Quanto a isso, os setores regulamentados por leis federais, mesmo variando em níveis de regulamentação, estipulam metas e objetivos que direcionam esforços administrativos, técnicos e financeiros otimizando assim as iniciativas auferidas a cada setor.

Os modelos de gestão das instituições interferem também sobremaneira os projetos e ações a elas subordinadas, pois o que foi relatado através da pesquisa demonstra as interferências e adaptações que sofrem as políticas públicas, que nos três casos são modelos copiados ou determinados por lei federal e aplicados pelo município. A aplicabilidade destas políticas depende, como visto na pesquisa, do processo de adaptação e negociação com o poder local aliado à organização social que cada setor mobiliza. Desde os mais independentes e participativos deliberativos como as EMEIF/SEMEC e os seus conselhos escolares, passando pelos CRAS com o seu modelo tecnocrático deliberativo e participativo consultivo, até a mais dependente e delegativa como a FUMBEL. Os modelos de gestão influenciam, de maior ou menor grau, as políticas por serem o primeiro contato da política com a realidade do lugar.

Como mencionado, a mobilidade social é tida como um fator que determina a aplicabilidade dos modelos participativos das leis federais, o capital social endógeno se manifesta aqui através da capacidade de articulação de certos temas, concretizando e inviabilizando a efetivação de políticas públicas. A maior interação e mobilização das comunidades de Belém para com o tema da educação viabilizou um processo de mudança concreta para uma realidade mais participativa e menos de súditos, ao contrário da área da cultura que criou um relação patronal com a gestão municipal.

No que se refere às políticas públicas problematizadas, observa-se que as mesmas condizem à reunião de todas as questões levantadas neste capítulo, formando assim um

mosaico resumido no Quadro 9. Neste ponto é de se ressaltar que as políticas públicas setoriais vão se assentando no terreno local e seu formato dependerá exatamente da tensão e intensidade de forças que serão aplicadas a esses pontos de tensão. As várias influências vão se estabelecendo através de conflitos e coalizões que dialeticamente vão delineando os contornos dos estilos políticos característicos de cada área.

A capoeira se confirmou um eficaz indicador aonde através dela foi possível entender melhor a atuação da Prefeitura Municipal de Belém à luz do planejamento setorial interdisciplinar ligado à temática da sustentabilidade das ações públicas que têm como objetivo a equidade social, a cidadania cultural e a educação inclusiva. Elementos tidos como essenciais para um desenvolvimento local sustentável e que permeiam as ações setoriais de educação, assistência social e cultura. A capoeira possibilitou então a análise, através de uma mesma via, das relações existentes entre as várias instâncias de poder com a comunidade local.

O que se constatou na pesquisa foi a falta de um elemento articulador de ações setoriais com os mesmos objetivos. Caso que se instituiu na administração pública municipal com o processo de descentralização das atividades de cultura, educação e assistência social aonde se foi criando barreiras políticas e administrativas que inviabilizaram ações mais coesas e intersetorializadas. Todos falam do mesmo “assunto”, porém falam “sozinhos”, todos falam de capoeira, porém falam em separado. Como em suas essências os setores estudados interdependem um dos outros, o que acontece é o comprometimento da sustentabilidade em longo prazo dos resultados alcançados. Pois, se o sistema educacional não garante a disponibilidade dos saberes provindos dos mais variados segmentos sociais acaba comprometendo os avanços tidos nas ações de inserção e equidade social.

O que ocorre é a reprodução do sistema de classes sociais, aonde a capoeira é sempre vista como prática para os segmentos mais pobres da sociedade, impossibilitando assim um acesso mais democrático a essa manifestação cultural. Através da capoeira pode ser visto como se dá a disputa de classes dentro do campo simbólico e como as instituições públicas acabam reproduzindo estas diferenças incorporando estas hierarquias culturais nas ações públicas. Desta maneira pode-se identificar a precariedade com que é tratado o tema de democracia cultural e como este fator interfere sobremaneira no desenvolvimento local ajudando a manutenção do *status quo* que desarticula as ações públicas com esta finalidade.

Ainda através da capoeira pode-se perceber dois pontos importantes referentes à relação entre o segmento e as políticas públicas municipais. A capoeira, mesmo tendo uma relação de quase 10 anos com as ações públicas em Belém não consegue ser entendida e

respeitada em sua diversidade simbólica, territorialidade e por seu caráter de conhecimento não-formal.

Simbólica, pois os elementos que tradicionalmente compõem a capoeira não costumam ser valorizados como o ritual de iniciação do capoeira chamado de “batizado”, a infraestrutura necessária como instrumentos e o uniforme chamado de “abadá” em raras exceções são disponibilizados aos professores.

Territorialidade, pois a organização do segmento de capoeira em Belém se faz através dos grupos de capoeira que delimitam historicamente suas áreas de atuação, o seu “pedaço”, no qual os grupos se estabelecem e criam vínculos com a comunidade. A contratação de professores de capoeira residentes em bairros distantes do local aonde fora executado o projeto gerou problemas de aceitação das atividades pela população, além de dificultar para o próprio capoeira a plena execução de suas atividades devido à distância e pouco vínculo do professor com os seus alunos.

Por último, o respeito ao tipo de conhecimento no qual a capoeira se insere, o conhecimento construído pela vivência, pela experiência do saber fazer que é o conhecimento não-formal. A pouca preocupação em oferecer uma educação continuada não só em temas ligados à sexualidade e drogas, mas de assuntos relacionados à capoeira em si, como cursos ou debates entre os próprios capoeiras sobre os desafios e as boas práticas desenvolvidas por eles. Atividades que incentivem a troca de experiências entre os capoeiras e que de certa maneira contribua para a melhoria coletiva para com a atividade fim que é a capoeira. Há de se destacar também a não valorização do conhecimento não-formal, principalmente pela FUNPAPA que usa como critério principal de seleção a escolaridade do capoeira, descartando assim mestres de renomado valor no mundo da capoeira em Belém, mas que não tem nível médio.

Como se viu, a desarticulação histórica das áreas estudadas, aliada à situação agonizante do setor cultural impede a máquina pública de acumular conhecimento sobre o cotidiano e da multiplicidade de contextos culturais, sociais e educacionais referentes à cidade de Belém. A falta de sistematização de informações e de estratégias mais efetivas de acompanhamento e avaliação das intervenções faz com que atividades semelhantes sejam aplicadas nos mesmos espaços e que os mesmos problemas e equívocos realizados continuem a ocorrer.

## REFERÊNCIAS

ABIB, P. R. J. Os velhos capoeiras ensinam pegando na mão. *Cadernos do CEDES*, Campinas, v. 26, p. 86-98, 2006.

AZEVEDO, J. L. de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. 2. ed. Coimbra: Universidade, 1930.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. v. 2. São Paulo: Cortez, 2006.

BELÉM. Fundação Cultural do Município de Belém. Belém: FUMBEL, 2008.

\_\_\_\_\_. Lei municipal 8.318, dispõe sobre o ensino transversal da capoeira no ensino fundamental do município. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém: 28 de maio de 2004. n. 10219.

\_\_\_\_\_. Lei municipal 7.850 (Tó Teixeira e Guilherme Paraense), dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais ou esportivos, amadores, no âmbito do Município de Belém. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém: 17 de outubro de 1997. n. 7850

\_\_\_\_\_. *Fundação Papa João XXIII: um compromisso com a cidadania (1993 a 1996)*. Belém: FUNPAPA, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei municipal 7.455, dispõe sobre a criação da Fundação Cultural do Município de Belém. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém: 17 de julho de 1989.

\_\_\_\_\_. Lei municipal 6.022, dispõe sobre a criação da Fundação Papa João XIII. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém: 08 de maio de 1966.

BETTENDORFF, J. F. *Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão*. 2 ed. Belém: CEJUP - Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

BRASIL. *Sistema Único de Assistência Social*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. *Mandinga em Manhatam*. Brasília: Secretaria do Audio-Visual, 2004. (Digital Vídeo Disc – DVD).

\_\_\_\_\_. Análise situacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Disponível em <[http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protacao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti/relatorio\\_final\\_peti.pdf/view](http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protacao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti/relatorio_final_peti.pdf/view)>. Acesso em: 2004.

\_\_\_\_\_. Lei Federal 10.639, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". *Diário Oficial da União*, Brasil: 9 de janeiro de 2003, n. 11645.

\_\_\_\_\_. Lei Federal 8313 (Lei Rouanet), dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. *Diário Oficial da União*, Brasil: 24 de dezembro de 1991, p. 30261.

\_\_\_\_\_. Lei Federal 7.505 (Lei Sarney), dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. *Diário Oficial da União*, Brasil: 03 de julho de 1986, p. 9763.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. *Perspectiva*, São Paulo v. 15, n. 2, abr./jun. 2001.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRITO, D. Reforma do Estado e sustentabilidade: a questão das instituições desenvolvimentistas da Amazônia. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: CEJUP; NAEA/UFPA, 2001, p. 147-176.

BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília: IICA, 1999.

\_\_\_\_\_. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CHAUÍ, M. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, São Paulo: USP, n. 23, p. 71-85, 1995.

COSTA, F. A. Desenvolvimento sustentável na Amazônia: o papel estratégico do campesinato. In: GILNEY, V. et al. (Org). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 25-56.

\_\_\_\_\_. Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEAUSP, v. 19, n. 53, jan./abr. 2005.

CREWE, E.; HARRISON, E. Seeing culture as a barrier. In: EDELMAN, A.; HAUGERUD, A. (Ed). *The Anthropology of development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism*. Oxford: Blackwell, 2005. p. 232-234.

DEMO, P. *Educação, cultura e política social*. Porto Alegre: Fundação Educacional Padre Landell de Moura; Feplan, 1980.

DIAMOND, L. Introduction: political culture and democracy. In: \_\_\_\_\_ (Org). *Political culture and democracy in developing countries*. Boulder/ London. Lynne Rienner. 1994, p. 1-27.

DOWBOR, L. *Introdução ao planejamento municipal*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ELMORE, R. Organizational models of social program implementation. *Public Policy*, v. 26, n. 2, p. 185-228, 1978.

FENZL, N. Estudo de parâmetros capazes de dimensionar a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento. In: XIMENES, T. (Org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia* 21. Belém: UFPA/NAEA, SUDAM, 1997. p. 1-31.

FERNANDES, A. C. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. *Espaço & Debates*, NERU, São Paulo, n. 41, p. 26-45, 2001.

FERNANDES, F. A; MALHEIRO, B. C. *A Capoeiragem Amazônida: a experiência social de mestres e praticantes da capoeira em Belém*. Relatório parcial do projeto de pesquisa. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2008.

FIGUEIREDO, M; FIGUEIREDO, A. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, 1986.

FOLADORI, G. *Limites para o desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FRANCO, A. *Porque precisamos de desenvolvimento local, integrado e sustentável*. Brasília: Instituto de Política; Millenium, 2000.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21. p. 211-259. jun. 2000.

GEERTZ, C. *A interpretação da cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GEMAQUE, R. M. O. *Políticas públicas educacionais: o governo Lula em questão*. Belém: CEJUP, 2006.

GIDDENS, A. The consequences of modernity. Cambridge: *Polity*, 1990.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1994.

GOHN, M. da G. *Educação não formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Questões de Nossa Época).

GUTBERLET, J. *Desenvolvimento desigual: impasses para a sustentabilidade*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1998. (Série Pesquisas)

HAM, C. *The policy process in the modern capitalist state*. Londres: [s.n], 1993.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HECLO, H. Issues networks and the executive establishment. In: KING, A. (Org). *The new American political system*. Washington D. C., 1978, p. 87-124.

IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização, 2002.

IPHAN. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13993&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

KUGELMAS, E.; SOLA, L. Recentralização/descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil dos anos 90. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 63-83, fev. 2000.

LEAL, L. A. P. *Deixa a política da capoeiragem gritar*. Capoeiras e discursos de vadiagem no Pará republicano (1888-1906). Salvador: UFBA, 2002.

LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. In: \_\_\_\_\_. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1962] 1976. p. 19-55.

LOBO, T. Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão. In: RICO, E. M. (Org). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 75-84.

MALAGODI, M. E.; CESNIK, F. de S. *Projetos culturais: elaboração, administração, aspectos legais, busca de patrocínio*. 5. ed. São Paulo: Escrituras, 2004.

MARCH, J.; OLSEN, J. *Democratic governance*. New York: Free Press, 1995.

MARX, Karl. *O capital: crítica de economia política*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Os Economistas).

MATHIS, A. Reflexões sobre a reforma do Estado na Amazônia. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: CEJUP; NAEA/UFPA, 2001. p. 121-136.

MELO, L. do S. A. *Nas trilhas da ginga: tradição e fundamento construindo a prática educativa da capoeira em Belém*. 2000. 157 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

\_\_\_\_\_. *Capoeira, religião, ludicidade: A capoeira angola em dois grupos de Belém*. 1997. 126 f. Monografia (Especialização em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

MICELI, S. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

MITSCHEIN, T. A. *Urbanização selvagem e proletarização passiva na Amazônia: o caso de Belém*. Belém: CEJUP; NAEA, 1989.

O'DONNELL, G. Democracias delegativas? *Novos Estudos*, São Paulo: CEBRAP, n. 31, p. 25-40, 1991.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 19-26, 1995.

OLIVIERI, C. G. *Cultura neoliberal: leis de incentivo como política pública de cultura*. São Paulo: *Escrituras*, 2004.

ORTEGA, Antônio César. *Desenvolvimento Territorial e Descentralização da Gestão Pública no Brasil: limites e potencialidades dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 10., 2005, Santiago. *Anais...* Santiago: Clad, 2005. p. 18-21.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

PARÁ. Lei estadual 6.572 de 08 de agosto de 2003 (SEMEAR), dispõe sobre a obtenção de incentivo fiscal à realização de projetos culturais no âmbito do estado do Pará e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Pará*, n. 6572, ago. 2003.

PONT VIDAL, J. *A realidade social é externa ao indivíduo? Uma aproximação à pesquisa qualitativa*. Belém: NAEA/UFPa, nov. 2006. (Paper do NAEA, 203)

REIS, L. V. *O mundo de pernas pro ar: a capoeira no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 28-56.

\_\_\_\_\_. Da armadilha da pobreza ao desenvolvimento incluyente em países menos desenvolvidos In: \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 69-109, (1927) 1994.

SALLES, V. *O negro no Pará: sob o regime de escravidão*. Brasília: Ministério da Cultura. Belém: Secretaria de Estado da Cultura; Centur, 1988.

\_\_\_\_\_. *A defesa pessoal do negro: a capoeira no Pará*. Brasília: Micro-edição do autor, 1994.

\_\_\_\_\_. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992. (Coleção Amazoniana)

SAMAIN, E. “Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 19-49, 1995.

SETTON, M. G. J. Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 90, p. 77-105, jan./abr, 2005.

SILVA E SILVA, M. O. DA. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: \_\_\_\_\_ (Org). *Avaliação de políticas e programas sociais*. Teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001 (Série Núcleo de Pesquisas).

SIMONIAN, L. T. L. *Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPa, p. 1-31, 2006. (Paper do NAEA, n. 196)

\_\_\_\_\_. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre populações tradicionais amazônicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Série Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 119-134, maio/ago. 2005.

SOARES, C. E. L. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

\_\_\_\_\_. *A negrada instituição: os capoeiras na corte imperial (1850-1890)*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

VELHO, G. Observando o familiar. In: \_\_\_\_\_. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1987. p. 123-132.

VERGOLINO-HENRY, A.; FIGUEIREDO, A. N. *A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica*. Belém: APP; SECULT, 1990.

VIERTLER, R. B. A idéia de “sustentabilidade cultural”: considerações e críticas pela antropologia. In: BASTOS FILHO, J. B.; AMORIM, N. F. M.; LAGES, V. N. (Org). *Cultura e desenvolvimento: a sustentabilidade em questão*. Maceió: PRODEMA; UFAL, 1999. p. 17-35.

WALLACE, A. F. C. Revitalization movements: some theoretical considerations for their comparative study. *American Anthropologist*, Arlington, v. 58, p. 264-281, 1956.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

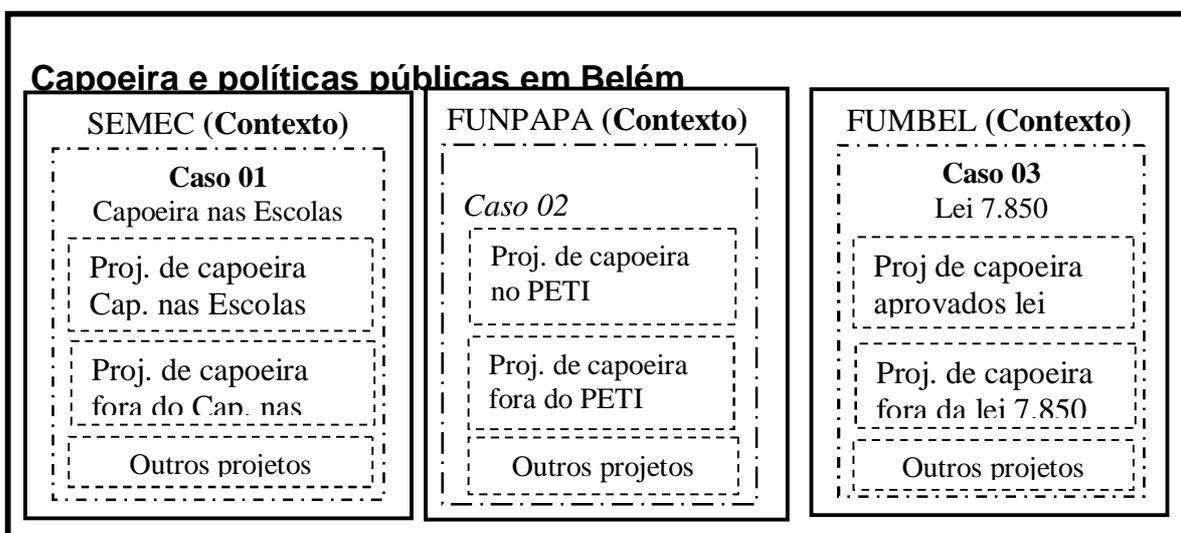
**ANEXOS**

## ANEXO A – PROJETO DE ESTUDO DE CASO

### ESTUDOS DE CASO MÚLTIPLO

- **Caso 01 – Projeto Capoeira nas Escolas na SEMEC**
  - Fundamento lógico:
    - Caso raro ou extremo; pelo projeto representar um caso isolado e estranho nas práticas políticas municipais.
    - Caso decisivo; pois o caso será decisivo à confirmação ou refutação da teoria construída para este trabalho.
  - Estudo de caso único incorporado
  - Unidade incorporada de análise:
    - Replicação literal; Projetos de capoeira executados pela SEMEC através do Capoeira nas Escolas
    - Replicação teórica; Projetos de capoeira desenvolvidos fora do projeto nas escolas.
    - Replicação teórica; Outros projetos desenvolvidos pela SEMEC.
- **Caso 02 – Projetos de capoeira no PETI Belém**
  - Fundamento lógico:
    - Caso representativo ou típico; por se tratar de ação comumente utilizada nas políticas sociais do município de Belém.
  - Estudo de caso único incorporado
  - Unidade incorporada de análise:
    - Replicação literal (resultado direto); Projetos de capoeira apoiados pelo PETI. (2001-2008).
    - Replicação teórica (condições contraditórias); Projetos de capoeira desenvolvidos fora do PETI pelos mesmos mestres de capoeira.
    - Replicação teórica (condições contraditórias); Outros projetos, além do de capoeira, apoiados pelo PETI.
- **Caso 03 – Projetos de capoeira contemplados pela Lei Municipal 7.850**
  - Fundamento lógico:
    - Caso raro ou extremo; pois a quantidade de projetos de capoeira aprovada pela lei é ínfima ao comparar-se às outras manifestações esportivas e culturais.

- Estudo de caso único incorporado
- Unidade incorporada de análise:
  - Replicação literal; Os projetos de capoeira aprovados pela lei.
  - Replicação teórica; Projetos de capoeira desenvolvidos fora da Lei pelos mesmos mestres de capoeira.
  - Replicação teórica; Outros projetos, além do de capoeira, contemplados pela Lei.



## PROTOCOLO PARA ESTUDO DE CASO

### 1 VISÃO GERAL

#### 1.1 TÍTULO

A capoeiragem amazônica: políticas públicas setoriais e sustentabilidade cultural em Belém

#### 1.2 OBJETIVO DO ESTUDO

Pretende-se através das ações públicas que tenham a temática da capoeira, analisar os modelos de intervenção municipal adotado e a cultura política do local nas áreas social (FUNPAPA), educacional (SEMEC) e cultural (FUMBEL), suas convergências e conflitos e a influência destas ações no processo de apropriação, transmissão e adaptação da capoeira em Belém focando assim a sustentabilidade cultural da capoeira na sociedade belenense.

#### 1.3 RESUMO

Pretende-se neste trabalho de dissertação a análise de três políticas públicas ligadas ao desenvolvimento social, a saber: o projeto Capoeira nas Escolas; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); e a Lei Municipal nº 7.850/97. Objetiva-se, também, analisar as relações entre estas intervenções e suas contribuições para o desenvolvimento sustentável utilizando as atividades de capoeira como unidades de análise. Para isso foram feitas pesquisas documentais e bibliográficas sobre as estruturas nas quais as unidades de análises estão imersas, além de pesquisas de campo nas atividades que são o objeto de estudo. Com base nas informações levantadas foi possível entender as particularidades das ações pesquisadas e suas estruturas, as semelhanças e diferenças históricas e contextuais além de levantar a importância estratégica da área da cultura dentro de uma perspectiva sustentável destas ações ligadas ao desenvolvimento social. Deste modo pretende-se oferecer “novos

olhares” para a temática delimitada dentro de premissas mais interdisciplinares e sustentáveis cultural e socialmente.

#### 1.4 LEITURAS RELEVANTES

**Desenvolvimento Local Sustentável** - Autores utilizados (BRITO, 2001; BUARQUE, 1999; COSTA, 2005; FOLADORI, 2001; MITSCHHEIN, 1989 SACHS, 1994).

**Descentralização, Municipalização e Políticas Públicas** - Autores utilizados (BEHRING E BOCHETTI, 2006; BOTELHO, 2001; BOURDIEU, 2007; BUARQUE, 2002; CHAUI, 1995; DEMO, 1980; FREY, 2000; MARCH E OLSON, 1995; O’DONNELL, 1991; SILVA E SILVA, 2001).

**Educação Não-Formal** - Autores Utilizados (BOURDIER E PASSERON, 1998; DEMO, 1980; GEMAQUE, 2006; GOHN, 1999; MELO, 2000; SETTON, 2005).

**Sustentabilidade e Cidadania Cultural** – Autores utilizados (CHAUI, 1989; CREWE E HARRISON, 2005; HALL, 2006; SACHS, 1993; SETTON, 2005; VIERTLER, 1999).

**Capoeira, Educação e Cultura** - Autores Utilizados (ABIB, 2006; LEAL, 2002; MELLO, 2000; REIS, 1997; SALLES, 1988, 1994; SOARES, 1995).

## 2 PROCEDIMENTOS DE CAMPO

### 2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Pesquisa de natureza explanatória, qualitativa com uso do método de estudo de caso. Trata-se de uma investigação de casos múltiplos.

## 2.2 ORGANIZAÇÕES ESTUDADAS

**Fundação Cultural de Belém (FUMBEL)**  
**Secretaria Municipal de Educação (SEMEC)**  
**Fundação Papa João XXII (FUNPAPA)**

## 2.3 UNIDADES DE ANÁLISE

As atividades de capoeira contempladas pelas intervenções:

- Projeto “Capoeira nas Escolas”
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
- Lei municipal nº 7.850/97

## 2.4 FONTES DE EVIDÊNCIA

Entrevistas semi-estruturadas com os principais sujeitos / observação direta e participante / documentos internos e externos das instituições selecionadas.

## 2.5 PLANO DE COLETA DE DADOS

### **Fundação Cultural de Belém (FUMBEL)**

- Calendário (duração de 03 a 04 semanas)
  - a. As entrevistas com as peças-chave do quadro funcional e da formulação da lei serão preferencialmente pela manhã, por este ser o horário de atendimento externo.
  - b. As entrevistas com os beneficiários das leis e dos projetos aprovados pela lei serão agendadas conforme a disponibilidade dos mesmos.
- Instrumentos de coleta de dados
  - a. Entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos
  - b. Entrevistas semi-estruturadas, observação simples.

### **Secretaria Municipal de Educação (SEMEC)**

- Calendário (duração de 03 a 04 semanas)
  - c. Pela parte da manhã far-se-iam as entrevistas com os responsáveis pela administração do projeto “Capoeira nas Escolas”

- d. Dar-se-á preferência para agendamentos pela parte da tarde para as entrevistas com os educadores de capoeira e alguns dos alunos
- Instrumentos de coleta de dados
  - c. Entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos
  - d. Entrevistas semi-estruturadas, observação simples.

### **Fundação Papa João XXII (FUNPAPA)**

- Calendário (duração de 04 a 08 semanas)
  - e. Coordenadores e gestores da FUNPAPA e do PETI pela parte da manhã
  - f. Educadores de capoeira e outras atividades e seus alunos identificados como relevantes para a pesquisa dar-se-á preferência pelo turno da tarde
- Instrumentos de coleta de dados
  - e. Entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos
  - f. Entrevistas semi-estruturadas, observação simples.

## **2.6 EXECUTORES DA PESQUISA**

Fabio Araújo Fernandes

**ANEXO B – QUADRO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS CONTEMPLADAS COM O PROJETO ESCOLA ABERTA**

<b>Nome</b>	<b>Bairro</b>
E.M. INES MAROJA	Barreiro
E.M. NESTOR NONATO LIMA	Jurunas
E.M. ALMERINDO TRINDADE	Pedreira
E.M. REPUBLICA DE PORTUGAL	Marambaia
E.M. ALFREDO CHAVES	Icoaraci
E.M. MONSENHOR JOSE MARIA AZEVEDO	Distrito de Outeiro
LICEU ESC MESTRE RAIMUNDO CARDOSO	Paracuri
E.M. GABRIEL LAGE DA SILVA	Tapanã
E.M. ABEL MARTINS	Distrito de Mosqueiro
BOSQUE - ESCOLA PROF. EIDORFE MOREIRA	Distrito de Outeiro
E.M. PARQUE AMAZONIA	Terra Firme
E.M. JOAO CARLOS BATISTA	Cabanagem
E.M. CIRO PIMENTA	Icoaraci
E.M. TEREZINHA SOUZA	Cabanagem
E.M. CORDOLINA FONTELLES DE LIMA	Pratinha

Fonte: Fernandes (2008) a partir de informações da SEJEL

## ANEXO C – QUESTIONÁRIO COM OS PROFESSORES DE CAPOEIRA FUMBEL

### “A CAPOEIRAGEM AMAZÔNIDA: POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE CULTURAL EM BELÉM”

Data: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_  
 Pesquisado: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Perfil do pesquisado:

1. Sexo: masculino ( ) feminino ( )

2. Idade: \_\_\_\_\_

3. Naturalidade: \_\_\_\_\_

4. Escolaridade: ( ) fundamental ( ) médio ( ) superior

Caso superior, qual curso? \_\_\_\_\_

5. Bairro de moradia: \_\_\_\_\_

6. Qual o número de pessoas que compõe sua família? \_\_\_\_\_

7. Chefe de família? ( ) sim ( ) não

8. Caso seja chefe de família, tem outros dependentes fora filho e mulher?

( ) pais ( ) tios ( ) primos ( ) afilhados

outros: \_\_\_\_\_

9. Quantos filhos?

( ) nenhum ( ) um filho ( ) dois filhos ( ) três ou mais filhos

10. Possui mais de uma fonte de renda além da capoeira? Quais? Sim.

( ) vivo da capoeira ( ) servidor público ( ) trabalhador autônomo

11. Qual sua fonte principal de renda?

( ) capoeira ( ) outros

12. Possui carteira assinada?

( ) sim ( ) não

13. Qual a sua renda média mensal?

( ) até salário mínimo ( ) até R\$ 800,00

( ) de R\$ 800,00 a R\$ 1.500,00 ( ) acima de R\$ 1.500,00

14. Quanto tempo pratica capoeira?

Resp: \_\_\_\_\_

15. Pratica outras atividades culturais ou desportivas?

( ) não ( ) sim. Quais?

16. Seu primeiro professor ou mestre de capoeira é de que local?

( ) Belém ( ) Manaus ( ) São Luís

Outros: \_\_\_\_\_

17. Qual o nome do seu primeiro grupo? Qual o bairro principal das atividades deste grupo?

Qual o nome de seu primeiro professor ou mestre?

Resp: \_\_\_\_\_

17. Quanto tempo é professor de capoeira?

Resp: \_\_\_\_\_

18. Qual o grupo de capoeira a que pertence e há quanto tempo é membro?

Resp: \_\_\_\_\_

19. O grupo que faz parte tem sede principal aonde?

( ) Belém ( ) Rio de Janeiro ( ) Salvador

Outros: \_\_\_\_\_

21. O senhor é um dos coordenadores do grupo em Belém?  
 sim  não
22. Você se considera capoeira Regional ou Angola?  
 Regional  Angola  outros: \_\_\_\_\_
23. Pertence desde o início ao grupo?  
 sim  não
24. Caso não seja desde o início, qual o motivo da troca ou criação de outro grupo?  
 Resp.: \_\_\_\_\_
25. Com qual instituição já trabalhou em parceria?  
 FUNPAPA  FUMBEL  SEMEC  
 Outros: \_\_\_\_\_
26. Quantos projetos seus já foram propostos para esta(s) instituição(ões)?  
 nenhum  um projeto  dois projetos  três ou mais projetos
27. Deste(s) projeto(s), quantos conseguiram verba para execução pela Lei?  
 nenhum  todos  alguns. Quantos? \_\_\_\_\_ Qual motivo?  
 Resp. \_\_\_\_\_
28. Existiram projetos propostos executados mesmo sem a captação pela Lei? Quantos?  
 Resp: \_\_\_\_\_
30. Qual seria o número estimado de beneficiados através do(s) projeto(s) proposto(s) para o município no total?  
 Resp.: \_\_\_\_\_
27. Qual a faixa etária média destes beneficiários?  
 0 a 07 anos  07 a 15 anos  15 a 18 anos  independente de faixa etária
29. Qual a sua opinião sobre a Lei Tó Teixeira?  
 Resp. \_\_\_\_\_
- 
29. Os beneficiários deste(s) projeto(s) acabam continuando as aulas de capoeira após o término, ou seja, os beneficiários acabam se tornando alunos frequentes seus ou de outros mestres ou professores?  
 quase todos  alguns  poucos  nenhum
30. Como estes projetos ou atividades se enquadram dentro do seu trabalho total de capoeira?  
 todas são em parceria com o município  mais de 50% são com o município  
 50% são com município  Menos de 50%  Nenhuma ou irrelevante
31. Com que finalidade os projetos capoeira foram propostos e/ou executados dentro da Lei Tó Teixeira? Existe diferença entre o projeto para Tó Teixeira e o seu trabalho com capoeira normal? Como isso é feito?

Outras observações:

## ANEXO D - QUESTIONÁRIO COM OS PROFESSORES DE CAPOEIRA PETI

### “A CAPOEIRAGEM AMAZÔNIDA: POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE CULTURAL EM BELÉM”

Data: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

Pesquisado: \_\_\_\_\_

Perfil do pesquisado:

1. Sexo: masculino ( ) feminino ( )

2. Idade: \_\_\_\_\_

3. Naturalidade: \_\_\_\_\_

4. Escolaridade: ( ) fundamental ( ) médio ( ) superior.

Caso superior, qual curso? \_\_\_\_\_

5. Bairro de moradia: \_\_\_\_\_

6. Qual o número de pessoas que compõem sua família? \_\_\_\_\_

7. Chefe de família? ( ) sim ( ) não

8. Caso seja chefe de família, tem outros dependentes fora filho e mulher?

( ) pais ( ) tios ( ) primos ( ) afilhados

outros: \_\_\_\_\_

9. Quantos filhos?

( ) nenhum ( ) um filho ( ) dois filhos ( ) três ou mais filhos

10. Possui mais de uma fonte de renda além da capoeira? Quais?

( ) vivo da capoeira ( ) servidor público ( ) trabalhador autônomo

11. Qual sua fonte principal de renda?

( ) Capoeira ( ) Outros

12. Possui carteira assinada?

( ) sim ( ) não

13. Qual a sua renda média mensal?

( ) até salário mínimo ( ) até R\$ 800,00

( ) de R\$ 800,00 a R\$ 1.500,00 ( ) acima de R\$ 1.500,00

14. Quanto tempo pratica capoeira?

Resp: \_\_\_\_\_

15. Pratica outras atividades culturais ou desportivas?

( ) Não ( ) Sim. Quais?

16. Seu primeiro professor ou mestre de capoeira é de que local?

( ) Belém ( ) Manaus ( ) São Luís

Outros: \_\_\_\_\_

17. Há quanto tempo é professor de capoeira?

Resp: \_\_\_\_\_

18. Qual o grupo de capoeira a que pertence e há quanto tempo é membro?

Resp: \_\_\_\_\_

19. O grupo que faz parte tem sede principal aonde?

( ) Belém ( ) Rio de Janeiro ( ) Salvador

Outros: \_\_\_\_\_

20. O senhor é um dos coordenadores do grupo em Belém?

( ) Sim ( ) Não

21. Você se considera capoeira Regional ou Angola?

( ) Regional ( ) Angola ( ) outros: \_\_\_\_\_

22. Pertence desde o início ao grupo?

( ) Sim ( ) Não

23. Caso não seja desde o início, qual o motivo da troca ou criação de outro grupo?

Resp.: \_\_\_\_\_

24. Que tipo de projeto de capoeira tem ou já teve em parceria com o município

( ) Social ( ) Batizado ( ) Oficina ( ) Educacional

Outros: \_\_\_\_\_

25. Há quanto tempo trabalha em parceria com o município?

( ) 0 a 05 anos ( ) 05 a 10 anos ( ) mais de 10 anos

26. Qual instituição já trabalhou em parceria?

( ) FUNPAPA ( ) FUMBEL ( ) SEMEC

Outros: \_\_\_\_\_

27. Qual a duração destes projetos?

( ) 0 a 03 meses ( ) 03 a 06 meses ( ) 06 meses a um ano

Outros: \_\_\_\_\_

28. Qual a sua opinião sobre o PETI? Benefícios e malefícios para a capoeira?

R. \_\_\_\_\_

28. Qual o número estimado de beneficiados através da parceria com o município no total?

R: \_\_\_\_\_

27. Qual a faixa etária destes beneficiários?

( ) 0 a 07 anos ( ) 07 a 15 anos ( ) 15 a 18 anos ( ) acima de 18 anos

29. Os beneficiários destes projetos acabam continuando as aulas de capoeira após o término, ou seja, os beneficiários acabam se tornando alunos frequentes em outros estabelecimentos de ensino?

( ) Quase todos ( ) Alguns ( ) Poucos ( ) Nenhum

30. Como estas atividades em parceria municipal se enquadram dentro do seu trabalho total de capoeira?

( ) todas são em parceria com o município ( ) mais de 50% são com o município

( ) 50% são com município ( ) Menos de 50 % ( ) Nenhuma ou irrelevante

31. Com que finalidade as atividades de capoeira são executadas dentro do PETI? Existe diferença no método de avaliação para cada programa? Como isso é feito?

Outras observações:

## ANEXO E – QUADRO FUNCIONAL DA FUNPAPA

“A CAPOEIRAGEM AMAZÔNIDA: POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE CULTURAL EM BELÉM”

Categoria Funcional	Efetivo	Efetivo cedido	Contratado	Total
Cargos de Comissão	6	1	50	57
Conselheiros Tutelares	—	—	25	25
Bel. em Serviço Social	57	08	38	103
Bel. em Psicologia	14	—	20	34
Bel. em Pedagogia	16	04	08	28
Bel. em Nutrição	05	—	—	05
Bel. em Direito	—	01	—	01
Bel. em Terapia Ocupacional	02	—	01	03
Bel. em Sociologia	02	—	—	02
Téc. em Desporto	04	02	—	06
Bel. em Contabilidade	03	—	—	03
Bel. em Administração	02	01	—	03
Educador Social	127	06	09	142
Educador Social de Rua	42	—	—	42
Arte Educador	22	—	07	29
Agente Administrativo	46	—	—	46
Auxiliar Administrativo	19	—	08	27
Ag. Copa e Cozinha	84	—	01	85
Ag. Serviços Gerais	56	—	01	57
Ag. Vigilância	27	—	—	27
Motorista	46	—	—	46
Encarregado	03	—	—	03
Pedreiro	01	—	—	01
Eletricista	01	—	—	01
Auxiliar Técnico	—	—	03	03
Cadastrador	—	—	07	07
Digitador	—	—	06	06
Educador de Abordagem	—	—	20	20
Educador de ASEC/PETI	—	—	23	23
Estatístico	—	—	01	01
Instrutor	—	—	16	16
Monitor	—	—	12	12
Oficineiro	—	—	29	29
Orientador	—	—	14	14
Recepcionista	—	—	03	03
Supervisor de Cadastro	—	—	02	02
<b>TOTAL</b>	<b>585</b>	<b>23</b>	<b>304</b>	<b>912</b>